

TRIBUNAL DO REGIONAL DO TRABALHO
DA 22ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Teresina-PI

2017

Sumário

TÍTULO I	4
COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	4
TÍTULO II	5
COMPOSIÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA.....	5
TÍTULO III	7
COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	7
TÍTULO IV	9
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA - SGP	9
TÍTULO V	23
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS.....	23
TÍTULO VI	32
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC.....	32
TÍTULO VII	38
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA - SDB	38
TÍTULO VIII	44
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA - SGE.....	44
TÍTULO IX	99
SECRETARIA JUDICIÁRIA – SEJ	99
TÍTULO X	107
DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - DGA	107
TÍTULO XI	109
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIROS - CPL	109
TÍTULO XII	115
SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	115
TÍTULO XIII	117
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS - GCS.....	117
TÍTULO XIV	121
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - CGP.....	121
TÍTULO XV	139
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML	139
TÍTULO XVI.....	141
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CFIN	141
TÍTULO XVII.....	149

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO - CCI	149
TÍTULO XVIII.....	155
SECRETARIA DA CORREGEDORIA - SECOR	155
TÍTULO XIX.....	166
OUVIDORIA REGIONAL	166
TÍTULO XX.....	171
ESCOLA JUDICIAL – EJUD22.....	171

TÍTULO I

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

(ordenada por antiguidade)

Desembargador WELLINGTON JIM BOAVISTA

Desembargador FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA

Desembargador FAUSTO LUSTOSA NETO

Desembargadora ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS

Desembargadora LIANA CHAIB

Desembargador ARNALDO BOSON PAES

Desembargador MANOEL EDILSON CARDOSO

Desembargador GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO

TÍTULO II
COMPOSIÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA

JUIZES TITULARES DAS VARAS DO TRABALHO

THANIA MARIA BASTOS LIMA FERRO

1ª Vara do Trabalho de Teresina

LIANA FERRAZ DE CARVALO

2ª Vara do Trabalho de Teresina

TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA

3ª Vara do Trabalho

BASILIÇA ALVES DA SILVA

4ª Vara do Trabalho de Teresina

JOSÉ CARLOS VILANOVA OLIVEIRA

Vara do Trabalho de Parnaíba

FRANCÍLIO BIBIO TRINDADE DE CARVALHO

Vara do Trabalho de Piripiri

JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

Vara do Trabalho de Floriano

FERDINAND GOMES DOS SANTOS

Vara do Trabalho de Picos

CARLOS WAGNER ARAÚJO NERY DA CRUZ

Vara do Trabalho de Oeiras

ALBA CRISTINA DA SILVA

Vara do Trabalho de Valença do Piauí

THIAGO SPODE

Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato

KELLY CARDOSO DA SILVA

Vara do Trabalho de Bom Jesus

GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS

Vara do Trabalho de Uruçuí

DELANO SERRA COELHO

Vara do Trabalho de Corrente

JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS (lista por antiguidade)

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

SYLVIA HELENA NUNES MIRANDA

DANIELA MARTINS SOARES BARBOSA

ADRIANO CRAVEIRO NEVES

NARA ZOÉ FURTADO GOMES

BENEDITA GUERRA CAVALCANTE

REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO

ANA LYGYAN DE SOUSA LUSTOSA FORTES DO RÊGO

LUCIANE RIDRIGUES DO REGO MONTEIRO SOBRAL

ELISABETH RODRIGUES

MARIANA SIQUEIRA PRADO

JOÃO HENRIQUE GAYOSO E ALMENDRA NETO

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

LUIS FORTES DO REGO JÚNIOR

FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO

TÍTULO III

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO

Desembargador-Presidente

ARNALDO BOSON PAES

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Regional

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

Juiz Auxiliar da Presidência

JOÃO BATISTA NOBRE LINHARES

Secretário-Geral da Presidência

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE

Diretor-Geral

REGINALDO FARIAS DIAS

Assessor Administrativo

ADÃO ALVES DOS SANTOS

Assessor Jurídico

FERNANDA DA ROCHA SOUZA

Assessora Judicial

JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA FILHO

Coordenador de Comunicação Social

FLÁVIA SILVANA TAVARES BRAGA

Coordenadora de Turmas

PAULO CEZAR GONÇALVES DE MOURA

Coordenadora do Tribunal Pleno

ROCICLEBER ASSIS DAMASCENO

Secretário da Corregedoria

RAIMUNDO DE CERQUEIRA GOMES

Secretário Geral Judiciário

RODRIGO PIZZATTO

Coordenador de Controle Interno

JORSELINS RODRIGUES BARBOSA

Coordenador de Serviços Gerais

JOSÉ WALLACE DE MACEDO JÚNIOR

Coordenador de Tecnologia da Informação

DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA
Coordenador de Material e Logística
HELVÍDIO MOREIRA REIS SOBRINHO
Coordenador de Orçamento e Finanças
JUSTINO BARBOSA NETO
Coordenador de Gestão de Pessoas
RONILDO FONTENELE DE MENESES
Secretário-Executivo da Escola Judicial

TÍTULO IV

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA - SGP

A Secretaria-Geral da Presidência tem por finalidade assessorar o Presidente no desempenho de suas atribuições, além de organizar e coordenar as atividades administrativas, judiciais e de representação vinculadas à Presidência.

Neste sentido, todas as atividades de planejamento, coordenação, orientação, direção e controle das atividades que atendem ao Presidente no desempenho de suas funções, são executadas por esta Secretaria, destacando-se, no ano de 2017, as seguintes atividades:

- Controle da agenda do Presidente;
- Recebimento, protocolo, autuação, processamento e encaminhamento dos documentos destinados à Presidência;
- Elaboração e conferência de expedientes, memorandos, despachos, ofícios, cartões, a serem submetidos à assinatura do Presidente, promovendo a publicação dos atos no Órgão Oficial, quando necessário;
- Encaminhamento, ao Presidente, de expedientes e processos sujeitos à sua deliberação, assessorando-o, quando solicitado;
- Encaminhamento e autuação de matérias administrativas;
- Elaboração e controle de portarias e atos que digam respeito aos magistrados, servidores e questões relacionadas ao Tribunal e enviados para publicação no DEJT;
- Confeção de minutas de despachos para serem assinados pelo Presidente (atividade desempenhada em conjunto com a Assessoria Administrativa);
- Apresentação de proposições de alterações do Regimento Interno e de Resoluções Administrativas;
- Compra de passagens aéreas dos magistrados e servidores;
- Organização e execução dos serviços de cerimonial;
- Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT das portarias e atos da presidência, bem como dos demais normativos administrativos da Coordenadoria do Tribunal Pleno, da Coordenadoria das Turmas e da Diretoria-Geral de Administração;
- Disponibilização dos normativos editados pela Presidência (portarias e atos) no sítio eletrônico do Regional;
- Coordenação e/ou acompanhamento dos eventos promovidos pelo TRT;
- Organização do Calendário da Justiça Itinerante;
- Organização e encaminhamento à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da escala de férias dos servidores lotados na Secretaria-Geral da Presidência;

- Controle do ponto eletrônico dos servidores subordinados a SGP, Assessoria Administrativa e SEGE;
- Elaboração de respostas às intimações eletrônicas do Conselho Nacional de Justiça (PJE-CNJ).

1. DEMONSTRATIVO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ELABORADOS:

PORTARIAS – GP	591
ATOS – GP	118
OFÍCIOS – GP	354
OFÍCIOS – SGP	21
OFÍCIO CIRCULAR GP	02
OFÍCIO CIRCULAR SGP	00
MEMORANDOS – GP	41
MEMORANDOS – SGP	104
MEMORANDOS CIRCULARES – GP	46
MEMORANDOS CIRCULARES – SGP	61

2. ATOS NORMATIVOS EXPEDIDOS PELA PRESIDÊNCIA

Ato GP Nº 001/2017 - Delega ao Diretor-Geral de Administração a competência para celebrar convênios de estágio com as instituições de ensino. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.01.2017)

Ato GP Nº 002/2017 - Convoca a 1ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 1º de fevereiro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 26.01.2017)

Ato GP Nº 003/2017 - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2016 (Anexo I e Anexo II). (Disponibilizado no DeJT do dia 30.01.2017)

Ato GP Nº 004/2017 - Institui o Processo de Elaboração do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPEGP) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 31.01.2017)

Ato GP Nº 005/2017 - Altera a redação do artigo 1º do ATO GP nº 86/2016, que instituiu o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 06.02.2017)

Ato GP Nº 006/2017 - Altera a redação do artigo 2º do ATO GP nº 24/2011, que instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 06.02.2017)

Ato GP Nº 007/2017 - Fixa o horário de funcionamento do consultório odontológico e estabelece turnos alternados de atendimento. (Disponibilizado no DeJT do dia 07.02.2017, Republicado no DeJT do dia 21.02.2017) Revogado pelo Ato GP nº 097/2017

Ato GP Nº 008/2017 - Altera a redação do art. 8º da Resolução Administrativa nº 07/2017. (Disponibilizado no DeJT do dia 08.02.2017)

Ato GP Nº 009/2017 - Convoca a 2ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 15 de fevereiro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.02.2017)

Ato GP Nº 010/2017 - Estabelecer calendário de leilões para o biênio 2017/2018. (Disponibilizado no DeJT do dia 13.02.2017)

Ato GP Nº 011/2017 - Dispõe sobre o ponto facultativo do dia 1º de março de 2017, quarta-feira de cinzas. (Disponibilizado no DeJT do dia 13.02.2017, Republicado no DeJT do dia 16.02.2017) Revogado pelo Ato GP nº 19/2017

Ato GP Nº 012/2017 - Regulamenta a homologação de horas crédito/débito, nos termos da Resolução Administrativa nº 01/2017 (Anexo único). (Republicado no DeJT do dia 16.02.2017)

Ato GP Nº 013/2017 - Altera artigos do Ato GP nº 34/2013, que dispõe sobre a utilização do serviço de telefonia móvel celular no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.02.2017)

Ato GP Nº 014/2017 - Convoca a 3ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 22 de fevereiro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.02.2017)

Ato GP Nº 015/2017 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de MARÇO e ABRIL de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 20.02.2017)

Ato GP Nº 016/2017 - Altera o § 3º do art. 7º do Ato GP nº 81/2010, que dispõe sobre a regulamentação do PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL (PAMHA) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 21.02.2017)

Ato GP Nº 017/2017 - Cria a Central de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 20.02.2017)

Ato GP Nº 018/2017 - Encerra as Comissões de que tratam as Portarias GP nº 168/2015 e nº 339/2015, e o Ato GP nº 31/2016. (Disponibilizado no DeJT do dia 21.02.2017)

Ato GP Nº 019/2017 - Dispõe sobre o ponto facultativo do dia 1º de março de 2017, quarta-feira de cinzas. (Disponibilizado no DeJT do dia 24.02.2017)

Ato GP Nº 020/2017 - Recomenda a utilização do "Selo Ouro" do CNJ nas comunicações oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e determina sua inserção no sítio eletrônico. (Disponibilizado no DeJT do dia 03.03.2017)

Ato GP Nº 021/2017 - Suspender, para o 1º grau de jurisdição, os prazos processuais no dia 06 de março de 2017 (segunda-feira), retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 07 de março de 2017 (terça-feira). (Disponibilizado no DeJT do dia 06.03.2017)

Ato GP Nº 022/2017 - Convoca a 4ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 15 de março de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.03.2017)

Ato GP Nº 023/2017 - Convoca a 5ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 20 de março de 2017, às 11h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 14.03.2017)

Ato GP Nº 024/2017 - Indica, pelo período de 01 (um) ano, a Exma. Sra. Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina, BASILIÇA ALVES DA SILVA, para exercer função de Diretora do Fórum Trabalhista de Teresina e, nos afastamentos eventuais da titular, a Exma. Sra. Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Teresina, THÂNIA MARIA BASTOS LIMA FERRO, como substituta. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.03.2017)

Ato GP Nº 025/2017 - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 20 de março de 2017 (segunda-feira), às 11h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 17.03.2017)

Ato GP Nº 026/2017 - Convoca a 6ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 29 de março de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 23.03.2017)

Ato GP Nº 027/2017 - Altera artigo 4º do Ato GP nº 45/2013, que dispõe sobre a composição do Comitê Permanente de Gestão de Crises do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.03.2017)

Ato GP Nº 028/2017 - Convoca a 7ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 05 de abril de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.03.2017)

Ato GP Nº 029/2017 - Reestabelece o pagamento das substituições dos titulares do cargo de Assessor de Desembargador, cessando os efeitos do Ato GP nº 64/2016 desde o dia 10.03.2017. (Disponibilizado no DeJT do dia 31.03.2017)

Ato GP nº 030/2017 - Autoriza os Exmos. Juízes Titulares das Varas do Trabalho, no período de 03/04/2017 a 31/12/2018, a dispensar/designar os ocupantes das funções comissionadas integradas às respectivas Varas, quando a alteração constituir-se em mera troca de ocupantes. (Disponibilizado no DeJT do dia 05.04.2017)

Ato GP nº 031/2017 - Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos proporcionais ao tempo de serviço e contribuição, à servidora MARIA DAS DORES SILVA DE ASSIS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Apoio de Serviços Diversos, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, com fundamento no art. 40, § 1º, III, “b”, da Constituição Federal de 1988 e Orientação Normativa nº 2/2009 do Ministério da Previdência Social, especialmente os artigos 59, 61 e 62. (Disponibilizado no DeJT do dia 07.04.2016)

Ato GP nº 032/2017 - Altera a redação do § 2º do artigo 29º da Resolução Administrativa nº 30/2009, que instituiu o registro eletrônico de ponto no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 10.04.2017)

Ato GP nº 033/2017 - Convoca a 7ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 19 de abril de 2017, às 10h, anteriormente designada para o dia de 05 de abril de 2017, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 10.04.2017)

Ato GP nº 034/2017 - DESIGNA a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta MARIANA SIQUEIRA PRADO para atuar na escala de Plantão Judiciário de Primeira Instância no dia 13 de abril de 2017 em substituição à Exma. Juíza Nara Zoé Furtado Abreu. (Disponibilizado no DeJT do dia 11.04.2017)

Ato GP nº 035/2017 - Atualiza parâmetros para o pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ aos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 25.04.2017)

Ato GP nº 036/2017 - Institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP) e o Comitê Operacional de Gestão de Pessoas (COGP) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 25.04.2017)

Ato GP nº 037/2017 - Institui as políticas e diretrizes do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 25.04.2017) - PDG e PDL regulamentado pelo Ato GP nº 081/2017

Ato GP nº 038/2017 - Convoca a 8ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 03 de maio de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.04.2017)

Ato GP nº 039/2017 - Designa a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta ELISABETH RODRIGUES para atuar na escala de Plantão Judiciário de Primeira Instância no dia 29 de abril de 2017 em substituição à Exma. Juíza do Trabalho Basílica Alves da Silva. Designa a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta LUCIANE RODRIGUES DO REGO MONTEIRO SOBRAL para atuar na escala de Plantão Judiciário de Primeira Instância no dia 30 de abril de 2017 em substituição à Exma. Juíza do Trabalho Liana Ferraz de Carvalho.

Ato GP nº 40/2017 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de MAIO e JUNHO de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 02.05.2017)

Ato GP nº 041/2017 - Estabelece os critérios para solicitação, concessão, indenização, parcelamento e usufruto de férias dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, bem como o pagamento das vantagens pecuniárias delas decorrentes. (Disponibilizado no DeJT do dia 08.05.2017)

Ato GP nº 042/2017 - Convoca a 9ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 17 de maio de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 15.05.2017)

Ato GP nº 043/2017 - Convoca a 10ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 31 de maio de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 25.05.2017)

Ato GP nº 044/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Teresina, LIANA FERRAZ DE CARVALHO, para a 2ª Sessão Extraordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 31 de maio de 2017, às 16h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. (Disponibilizado no DeJT do dia 26.05.2017)

Ato GP nº 045/2017 - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio/2016 a abril/2017, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato. (Disponibilizado no DeJT do dia 29.05.2017)

Ato GP nº 046/2017 - Indica, pelo período de 01/06/2016 a 22/06/2017, o Exmo. Sr. Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Teresina, TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA, para exercer função de Diretor do Fórum Trabalhista de Teresina, como substituto. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.06.2017, Republicado no DeJT do dia 06.06.2017)

Ato GP nº 047/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Teresina, LIANA FERRAZ DE CARVALHO, para a 14ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 05 de junho de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.06.2017)

Ato GP nº 048/2017 - Altera o Anexo II do Ato GP nº 125/2014, que dispõe sobre a concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e regulamenta a distribuição de vagas de estágio nas Varas do Trabalho. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.06.2017) - Revogado pelo Ato GP nº 71/2017.

Ato GP nº 049/2017 - Institui o Manual de Gestão de Processos - MGProc do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (anexo). (Disponibilizado no DeJT do dia 02.06.2017)

Ato GP nº 050/2017 - Dispõe sobre solução de antivírus no âmbito do Tribunal. (Disponibilizado no DeJT do dia 07.06.2017)

Ato GP nº 051/2017 - Convoca a 11ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 14 de junho de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT no dia 08.06.2017, Republicado no DeJT do dia 09.06.2017)

Ato GP nº 052/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Teresina, LIANA FERRAZ DE CARVALHO, para a 15ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 12 de junho de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. Convoca a Exma. Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Teresina, LIANA FERRAZ DE CARVALHO, para a 10ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, que será realizada no dia 14 de junho de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.06.2017)

Ato GP nº 053/2017 - Altera a vinculação da Unidade Sócioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, e dá outras providências. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.06.2017)

Ato GP nº 054/2017 - Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais, baseada na última remuneração percebida, e paridade total à remuneração dos servidores da ativa de mesma classe e padrão, à servidora GISELLE NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.06.2017)

Ato GP nº 055/2017 - Institui os processos de elaboração, execução, monitoramento e adequação do Planejamento Estratégico Participativo do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.06.2017) - Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI, Anexo VII, Anexo VIII.

Ato GP nº 056/2017 - Atualiza a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 14.06.2017)

Ato GP nº 057/2017 - Convoca a 12ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 28 de junho de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Republicado no DeJT do dia 26.06.2017)

Ato GP nº 058/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina, BASILIÇA ALVES DA SILVA, para a 11ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, que será realizada no dia 28 de junho de 2017, às 9h, e para a 18ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 03 de julho de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. (Disponibilizado no DeJT do dia 23.06.2017)

Ato GP nº 059/2017 - Convoca a 13ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 04 de julho de 2017, às 11h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 29.06.2017)

Ato GP nº 060/2017 - Estabelece escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de JULHO e AGOSTO de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 29.06.2017) - Alterado pelo Ato GP nº 73/2017

Ato GP nº 061/2017 - Altera o artigo primeiro do Ato GP Nº 63/2013 que trata da composição do Comitê Gestor Regional, com a finalidade de assegurar a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.06.2017)

Ato GP nº 062/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina, BASILIÇA ALVES DA SILVA, para a 12ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, que será realizada no dia 12 de julho de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes e pedido de Vista Regimental. (Disponibilizado no DeJT do dia 05.07.2017)

Ato GP nº 063/2017 - Convoca a 14ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 12 de julho de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 06.07.2017)

Ato GP nº 064/2017 - Convoca a 15ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 02 de agosto de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.07.2017, Republicado no DeJT do dia 31.07.2017)

Ato GP nº 065/2017 - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 03 de agosto de 2017 (quinta-feira), às 9h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.07.2017)

Ato GP nº 066/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Teresina, THÂNIA MARIA BASTOS LIMA FERRO, para atuar na 03ª Sessão Extraordinária e na 20ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que serão realizadas nos dias 03 e 07 de agosto de 2017, respectivamente, às 9h, a fim de participar do julgamento dos processos em que figura como relatora, bem como para compor quorum regimental em relação aos demais processos incluídos nas pautas de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.07.2017)

Ato GP nº 067/2017 - Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais e paridade total à remuneração dos servidores da ativa, ao servidor JOACY EVANGELISTA MADEIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 186, inciso III, alínea “a”, art. 188 e art. 189 da Lei 8.112/90. (Disponibilizado no DeJT do dia 31.07.2017)

Ato GP nº 068/2017 - Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA com proventos integrais e paridade total à remuneração dos servidores da ativa, à servidora FABIOLA ARAÚJO MARQUES RIBEIRO, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Enfermagem, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 186, inciso III, alínea “a”, art. 188 e art. 189 da Lei 8.112/90. (Disponibilizado no DeJT do dia 31.07.2017)

Ato GP nº 069/2017 - Convoca a 16ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 15 de agosto de 2017, às 12h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 08.08.2017)

Ato GP nº 070/2017 - Convoca Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para o dia 15 de agosto de 2017 (terça-feira), às 11h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.08.2017)

Ato GP nº 071/2017 - Altera o Anexo II do Ato GP nº 125/2014, que dispõe sobre a concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e regulamenta a distribuição de vagas de estágio nas Varas do Trabalho. (Disponibilizado no DeJT do dia 14.08.2017)

Ato GP nº 072/2017 - Transfere o feriado Municipal alusivo ao aniversário da cidade de Uruçuí do dia 06/09/2017 (quarta-feira), para o dia 08/09/2017 (sexta-feira). (Disponibilizado no DeJT do dia 17.08.2017)

Ato GP nº 073/2017 - Altera O ATO GP Nº 60/2017 em relação à escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância no mês de AGOSTO de 2017. (Disponibilizado no DeJT do dia 18.08.2017)

Ato GP nº 074/2017 - Convoca a 17ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 30 de agosto de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 28.08.2017)

Ato GP nº 075/2017 - Institui o Monitoramento da Movimentação Interna/Externa e do Desligamento de Magistrados e de Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Anexo) - (Disponibilizado no DeJT do dia 29.08.2017)

Ato GP nº 076/2017 - Dispõe sobre os períodos de férias ofertados pela Administração para o exercício de 2018. (Disponibilizada no DeJT do dia 31.08.2017)

Ato GP nº 077/2017 - Convoca a 18ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 06 de setembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizada no DeJT do dia 31.08.2017)

Ato GP nº 078/2017 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de SETEMBRO e OUTUBRO de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.09.2017)

Ato GP nº 079/2017 - Institui Projeto Piloto para implantação do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.09.2017)

Ato GP nº 080/2017 - Convoca sessão extraordinária da 2ª Turma de Julgamento para o dia 06 de setembro de 2017 (quarta-feira), às 10h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 04.09.2017)

Ato GP nº 081/2017 - Regulamenta o Projeto de Formação de Novos Líderes do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) e do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 08.09.2017)

Ato GP nº 082/2017 - Convalida a participação da Exma. Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Teresina, THÂNIA MARIA BASTOS LIMA FERRO, na 24ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, realizada no dia 11 de setembro de 2017, às 9h, no julgamento dos processos em que figurava como relatora, bem como nos processos de vista regimental e adiados. (Disponibilizado no DeJT do dia 11.09.2017)

Ato GP nº 083/2017 - Convoca a 19ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 20 de setembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 14.08.2017)

Ato GP nº 084/2017 - Altera o Ato GP nº 95/2016 que trata do Plano Anual de Auditoria da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 21.09.2017)

Ato GP nº 085/2017 - Dispõe sobre a antecipação da gratificação natalina, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 22.09.2017)

Ato GP nº 086/2017 - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2016 a agosto/2017, e ainda a Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal a partir do 2º quadrimestre/2015, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato (Anexo I e Anexo II). (Disponibilizado no DeJT do dia 22.09.2017)

Ato GP nº 087/2017 - Convoca a 20ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 04 de outubro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 28.09.2017; Republicado no DeJT do dia 02.10.2017)

Ato GP nº 088/2017 - Dispõe sobre a contratação de serviço de transporte de bagagem quando o deslocamento de magistrado ou servidor exigir pernoite fora da localidade do seu exercício e forem devidas diárias. (Disponibilizado no DeJT do dia 03.10.2017)

Ato GP nº 089/2017 - Padroniza o modelo do formulário CONTROLE DIÁRIO DE VIATURA, ora intitulado BDT (Boletim Diário de Tráfego), para fazer constar os dados de data, hora, hodômetro, condutor e itinerário, conforme anexo único deste Ato. (Disponibilizado no DeJT do dia 06.10.2017)

Ato GP nº 090/2017 - Define competências e uniformiza os trabalhos a serem desenvolvidos pelos servidores investidos nas funções comissionadas que atuem como assistentes de Juiz do Trabalho Substituto. (Disponibilizado no DeJT do dia 10.10.2017) Tornado sem efeito pelo Ato GP nº 094/2017

Ato GP nº 091/2017 - Convoca o Exmo. Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Teresina, TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA, para atuar na 18ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, que será realizada no dia 18 de outubro de 2017, às 9h, a fim de participar do julgamento dos processos em que figura como relator. (Disponibilizado no DeJT do dia 10.10.2017)

Ato GP nº 092/2017 - Suspende os prazos dos processos que tramitam no Sistema Processual APT do dia 06 de outubro de 2017 (sexta-feira) ao dia 09 de outubro de 2017 (segunda-feira), retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 10 de outubro de 2017 (terça-feira). (Disponibilizado no DeJT do dia 10.10.2017)

Ato GP nº 093/2017 - Convoca a 21ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 18 de outubro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 11.10.2017)

Ato GP nº 094/2017 - Define competências e uniformiza os trabalhos a serem desenvolvidos pelos servidores investidos nas funções comissionadas que atuem como assistentes de Juiz do Trabalho Substituto Volante. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.10.2017)

Ato GP nº 095/2017 - Determina a utilização do Selo, do Carimbo e da Logomarca, instituídos pela Resolução Administrativa nº 77/2017, por todas as unidades do TRT da 22ª Região durante todo o exercício de 2017/2018, nas respectivas comunicações oficiais. (Disponibilizado no DeJT do dia 16.10.2017)

Ato GP nº 096/2017 - Altera o Anexo II do Ato GP nº 125/2014, que dispõe sobre a concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e regulamenta a distribuição de vagas de estágio nas Varas do Trabalho. (Disponibilizado no DeJT do dia 18.10.2017)

Ato GP nº 097/2017 - Fixa o horário de funcionamento do consultório odontológico e estabelece turnos alternados de atendimento. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.10.2017)

Ato GP nº 098/2017 - Convoca a 22ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 08 de novembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.10.2017)

Ato GP nº 099/2017 - Considerar o dia 03 de novembro de 2017 (sexta-feira) como ponto facultativo, mediante compensação. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.10.2017)

Ato GP nº 100/2017 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2017, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 30.10.2017)

Ato GP nº 101/2017 - Suspende os prazos dos processos que tramitam nas Varas da capital no dia 03 de novembro de 2017 (sexta-feira), retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 06 de novembro de 2017 (segunda-feira). (Disponibilizado no DeJT do dia 03.11.2017)

Ato GP nº 102/2017 - Fixa, às 10h (dez horas), o horário de saída do veículo responsável pelo transporte do malote da Biblioteca para o Edifício Sede e Fórum Trabalhista. (Disponibilizado no DeJT do dia 03.11.2017)

Ato GP nº 103/2017 - Suspende os prazos processuais em toda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região no dia 10 de novembro de 2017 (sexta-feira), retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 13 de novembro de 2017 (segunda-feira). Autoriza o início da operação de atualização do Sistema PJE a partir das 14:00h do dia 10 de novembro de 2017, ficando o sistema indisponível até a conclusão do procedimento. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.11.2017)

Ato GP nº 104/2017 - Convoca o Exmo. Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Teresina, TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA, para atuar na 30ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 13 de novembro de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes. (Disponibilizado no DeJT do dia 09.11.2017)

Ato GP nº 105/2017 - Dispõe sobre a Gestão de Riscos e o Sistema de Controles Internos do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 14.11.2017)

Ato GP nº 106/2017 - Concede aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade total à remuneração dos servidores da ativa, à servidora MARIA RUTH GOMES, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, nos termos do art. 3º da EC n.º 47/2005 c/c art. 186, III, "a", art. 188 e art. 189 da Lei 8.112/90. (Disponibilizado no DeJT do dia 20.11.2017)

Ato GP nº 107/2017 - Convoca a 23ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 29 de novembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processos de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 23.11.2017)

Ato GP nº 108/2017 - Convoca sessão extraordinária da 2ª Turma de Julgamento para o dia 1º de dezembro de 2017 (sexta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento. (Disponibilizado no DeJT do dia 24.11.2017)

Ato GP nº 109/2017 - Majora a bolsa de estágio de nível superior e de nível médio de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) e R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), respectivamente, para R\$ 900,00 (novecentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais), com efeitos a partir de novembro/2017. Revoga as disposições em contrário, em especial o Ato GP nº 21/2014. (Disponibilizado no DeJT do dia 27.11.2017)

Ato GP nº 110/2017 - Transforma 01(um) cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Enfermagem, criado pela Lei nº 8.221/91, vago em razão da aposentadoria da servidora FABIOLA ARAÚJO MARQUES RIBEIRO (Ato GP nº 68/2017, DOU 1-8-2017), para o de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem especialidade. (Disponibilizado no DeJT do dia 28.11.2017)

Ato GP nº 111/2017 - Convoca a 24ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 06 de dezembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar o processo de natureza administrativa. (Disponibilizado no DeJT do dia 01.12.2017)

Ato GP nº 112/2017 - Estabelece o calendário de feriados para o exercício de 2018. (Disponibilizado no DeJT do dia 04.12.2017)

Ato GP nº 113/2017 - Estabelece unidades que funcionarão em regime de plantão durante o recesso. (Disponibilizado no DeJT do dia 04.12.2017)

Ato GP nº 114/2017 - Convoca a 25ª Sessão Administrativa do ano de 2017 para o dia 13 de dezembro de 2017, às 10h, a fim de apreciar os processo de natureza administrativa. (Republicado no DeJT do dia 11.12.2017)

Ato GP nº 115/2017 - Convoca a Exma. Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Teresina, BASILIÇA ALVES DA SILVA, para a 34ª Sessão Ordinária da 1ª Turma, que será realizada no dia 18 de dezembro de 2017, às 9h, a fim de julgar processos remanescentes. (Disponibilizado no DeJT do dia 13.12.2017)

Ato GP nº 116/2017 - Suspende os prazos processuais em toda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região pelo período de 20 de dezembro de 2017 (quarta-feira) a 20 de janeiro de 2018 (sábado), retomando a contagem, pelo tempo que faltava para sua complementação, a partir de 22 de janeiro de 2018 (segunda-feira). (Disponibilizado no DeJT do dia 13.12.2017)

Ato GP nº 117/2017 - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de JANEIRO e FEVEREIRO de 2018, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região. (Disponibilizado no DeJT do dia 19.12.2017)

Ato GP nº 118/2017 - Autoriza que servidores lotados nas Varas do Trabalho da Capital trabalhem durante recesso forense, de 20/12/2017 a 06/01/2018, na virtualização de processos físicos, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 horas

às 12 horas, e determina outras providências. (Disponibilizado no DeJT do dia 21.12.2017)

TÍTULO V

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

1. NOTÍCIAS PUBLICADAS NO PORTAL DO TRT 22

De janeiro a dezembro de 2017 foram publicadas 298 matérias informativas no portal do TRT/PI, totalizando 88.966 acessos somente a este item do portal, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 01 - MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE DO TRIBUNAL – 2017

MÊS	QUANTIDADE DE MATÉRIAS	NÚMERO DE DIAS ÚTEIS
JAN	17	15
FEV	30	18
MAR	41	21
ABR	32	17
MAI	33	22
JUN	34	19
JUL	20	21
AGO	32	21
SET	26	19
OUT	26	19
NOV	24	18
DEZ	23	12
TOTAL	291	222

2. REDES SOCIAIS

O TRT 22 dispõe de perfis institucionais no *Twitter* e no *Facebook*.

Pelo *Twitter* foram publicados 203 posts em 2017, a grande maioria com links para matérias do portal do Tribunal. Até 2016, a conta do TRT no *Twitter* (@trt22piaui), acumulou 7.595 seguidores, desde sua criação, em agosto de 2009.

Já no *Facebook*, a página do TRT Piauí tem sido muito visualizada, ampliando, sobremaneira, o alcance das matérias institucionais e de decisões proferidas pela Corte. De janeiro a dezembro, foram publicados 284 posts que geraram 314.283 visualizações.

QUADRO 02 - POSTAGENS NO FACEBOOK

MÊS	QUANTIDADE DE VISUALIZAÇÕES	QUANTIDADE DE POSTS
JAN	17.126	10
FEV	21.158	17
MAR	55.797	32
ABR	37.312	27
MAI	14.495	18
JUN	21.992	22
JUL	34.312	25
AGO	34.115	27
SET	22.562	23
OUT	23.521	25
NOV	24.978	24
DEZ	6.905	6
TOTAL	314.283	284

Segundo registro obtidos a partir das ferramentas estatísticas do aplicativo, o Facebook do TRT 22 alcança, com 4.883 “curtidas” (seguidores) acumuladas até 2017.

3. AÇÕES REGULARES E EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRT 22

Em 2017, a CCS atuou na cobertura e divulgação das ações regulares, decisões judiciais e eventos realizados pelo Tribunal, como seminários, palestras, cursos e capacitação e outros, realizados pela Escola Judicial. As ações de comunicação incluíram, nestes casos, a divulgação prévia (por meio do portal do Tribunal e de releases encaminhados à imprensa local), assim como a cobertura durante a realização de cada evento e produção de material após sua conclusão.

Especificamente em relação ao “Passeio pela Vida” – Edição 2017, coube à Coordenadoria de Comunicação Social coordenar as ações de planejamento e execução de peças de divulgação, além dos entendimentos institucionais junto a órgãos estaduais, para a realização do evento. Trata-se de passeio ciclístico, com a participação do público de Teresina, com o objetivo de divulgar o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho, ambos coordenados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

A seguir, algumas das principais notícias relacionadas com ações institucionais direcionadas ao público interno, usuários da Justiça do Trabalho e à população em geral, durante o exercício de 2017:

13/01/2017 - TRT/PI divulga calendário anual de correições - A Corregedoria Regional do TRT/PI lançou o calendário de correições ordinárias que serão realizadas nas Varas do Trabalho em 2017. Confira.

13/01/2017 - Escola Judicial promove a VIII Semana de Formação Continuada para Magistrados - O evento será realizado de 16 a 20 de janeiro de 2017 e compreende um conjunto de ações de capacitação e treinamento com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos

17/01/2017 - Magistrados participam da Semana de Formação Continuada - A VIII Semana de Formação Continuada para Magistrados foi aberta na última segunda-feira (16) pelo presidente do TRT/PI, desembargador Giorgi Alan Machado Araújo e prossegue até sexta, dia 20.

06/02/2017 - Corregedoria do TRT 22 publica recomendação para priorizar ações coletivas - Recomendação foi assinada no dia 3 de fevereiro pelo corregedor regional, desembargador Arnaldo Boson Paes (foto)

23/02/2017 - Servidores participam de treinamento sobre orçamento e Governança Corporativa - Servidores e magistrados do TRT/PI participaram do treinamento "Panorama Orçamentário Integrado ao SIGEO e Governança Corporativa".

17/03/2017 - Ouvidoria divulga serviços durante atividade na Praça Rio Branco - Foram distribuídas cartilhas com dicas e orientações contra o trabalho infantil, além de esclarecer dúvidas da população sobre direitos trabalhistas.

29/03/2017 - TRT/PI fará correições ordinárias em Picos e Valença, nesta quinta e sexta - Na ocasião, o corregedor estará à disposição de advogados, partes, servidores e público em geral.

29/03/2017 - Instituições, sindicatos e lideranças políticas do Piauí se unem em defesa dos direitos trabalhistas - O movimento em defesa dos direitos trabalhistas será realizado simultaneamente em todos os Estados e no DF

01/04/2017 - Instituições, entidades e lideranças destacam importância da Justiça do Trabalho no Piauí - Veja como foi o Ato Público em Defesa dos Direitos Trabalhistas, realizado na sede do TRT 22 em 31 de março de 2017

01/04/2017 - Recomendação da Corregedoria do TRT/PI aponta medidas para aperfeiçoamento do funcionamento das Varas do Trabalho - A recomendação orienta a atuação de juízes a adotarem algumas providências para garantir uma maior efetividade no funcionamento da Justiça do Trabalho.

10/04/2017 - Empresas de grande porte vão propor acordos a trabalhadores com ações na Justiça do Trabalho - As negociações vão ocorrer ao longo da III Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, durante audiências que serão realizadas de 22

a 26 de maio de 2017, em âmbito nacional. No TRT/PI, o contato para agendar conciliação é o telefone: 2106-9544.

11/04/2017 - TRT/PI realizará correições na 1ª e 2ª Varas do Trabalho - As correições serão realizadas nos dias 17 e 18 de abril, na 1ª Vara de Teresina, e nos dias 19 e 20 de abril, na 2ª Vara. Advogados, servidores e a comunidade poderão fazer reclamações, fiscalizar ou dar sugestões para que o serviço prestado pela Justiça do Trabalho possa ser melhorado.

18/04/2017 - Faça sua inscrição no III Seminário Piauiense de Combate ao Trabalho Infantil - O III Seminário Piauiense de Combate ao Trabalho Infantil será realizado no dia 5 de maio e é promovido pelo TRT/PI.

24/04/2017 - TRT Solidário promove palestra sobre combate ao trabalho infantil - Crianças do bairro Porto do Centro participaram de uma palestra sobre o Combate do Trabalho Infantil. O TRT/PI tem se posicionado firmemente no combate ao trabalho infantil e desenvolvido atividades que contribuam para a conscientização social sobre o tema.

02/05/2017 - Central de Itinerância e Cidadania julga ações trabalhistas da região de Castelo do Piauí - A equipe da Central de Itinerância e Cidadania (CIC) do TRT/PI viaja nesta quarta-feira (03) para Castelo do Piauí para dar continuidade as audiências de julgamento de processos.

02/05/2017 - Seminário Piauiense de Combate ao Trabalho Infantil será realizado nesta sexta (05) - O Seminário é uma oportunidade única de discutir um tema tão delicado, e, ao mesmo tempo, formar porta-vozes multiplicadores em defesa da infância das crianças. As inscrições podem ser feitas até quinta, dia 4 de maio.

03/05/2017 - O trabalho infantil provoca o círculo da pobreza, alerta ministra do TST - “O trabalho infantil faz com a criança continue na pobreza quando crescer. É um círculo da pobreza”. A afirmação contundente é da ministra do TST, Kátia Magalhães Arruda, feita durante a palestra de abertura do III Seminário de Combate ao Trabalho Infantil, realizado pelo TRT/PI nesta sexta-feira (05).

05/05/2017 - Seminário de combate ao Trabalho Infantil terá transmissão ao vivo pelo YouTube - Evento será realizado nesta sexta (5/5) no período das 8 às 18h, no Auditório da Escola Judicial do TRT 22.

09/05/2017 - TRT/PI realiza ato público em defesa da Justiça do Trabalho - O evento, realizado pelo TRT/PI, contou com a presença de trabalhadores, servidores, magistrados, procuradores do Ministério Público do Trabalho, advogados e sindicalistas. Representando o Legislativo, a senadora Regina Sousa prestigiou e apoiou o movimento.

17/05/2017 - Justiça do Trabalho se prepara para solucionar milhares de processos em Semana da Conciliação - No Piauí, as inscrições para participar ainda estão abertas, com a possibilidade de adesão, inclusive, durante a Semana da Conciliação, no período de 22 a 26 de maio.

31/05/2017 - TRT/PI homologa acordos que totalizam mais de R\$ 14 milhões durante a Semana de Conciliação - Mais de 550 processos trabalhistas foram solucionados através de acordos de conciliação.

09/06/2017 - TRT convida para exposição "Um Mundo sem Trabalho Infantil" - A abertura da exposição será às 19h deste sábado (10/6) na Praça de Eventos do Teresina Shopping.

14/06/2017 - TRT convoca para entrevista candidatos aprovados na primeira fase do concurso para estagiário

19/06/2017 - TRT/PI leva exposição de combate ao trabalho infantil para a Vila Irmã Dulce - O TRT-Piauí levou a exposição Itinerante "Um Mundo Sem Trabalho Infantil" para o Centro da Juventude Santa Cabrini, na Vila Irmã Dulce, zona Sul de Teresina.

04/07/2017 - Concorrência pública presencial para nova sede será na terça 11 de julho. Valor estimado: R\$ 21 milhões

14/07/2017 - Concluída a licitação para sétima etapa da construção da nova sede do TRT Piauí - A proposta vencedora, no valor global de R\$ 21,2 milhões, inclui a execução de obras de acabamentos internos, instalações elétricas e hidráulicas, cabeamento estruturado e ar condicionado.

04/07/2017 - Assinado contrato da sétima etapa de construção do novo prédio do TRT/PI - A sétima etapa da construção do novo prédio sede do TRT/PI será iniciada no próximo dia 4 de agosto e a previsão é que a obra seja concluída em setembro de 2018. O contrato foi assinado na manhã desta segunda-feira (24).

24/07/2017 - Desembargador do TRT/PI é autor do primeiro livro comentado sobre a Reforma Trabalhista - Com o título "Reforma Trabalhista – entenda ponto a ponto", a obra foi lançada nacionalmente nesta segunda-feira (24) pela Editora LTr.

31/07/2017 - Prorrogado prazo para recebimento de ações trabalhistas da região de Campo Maior - A Central de Itinerância e Cidadania prorrogou o prazo para recebimento de ações trabalhistas, via PJe, para os municípios de Campo Maior, Jatobá do Piauí e Sigrefredo Pacheco. Os interessados podem ajuizar as ações até o dia 6 de agosto.

02/08/2017 - TRT realiza Semana de Formação Continuada em agosto - Durante o evento, destinado a magistrados e servidores, não haverá audiências nas Varas do Trabalho nem sessões de julgamento no TRT22. Prazos processuais serão suspensos

02/08/2017 - Acima da Reforma Trabalhista existe a Constituição Brasileira, destaca ministro do TST - Para o ministro do TST Cláudio Mascarenhas Brandão a Reforma Trabalhista não é uma norma isolada e precisa ser aplicada juntamente com as demais leis existentes, e precisa ser interpretada, sobretudo, em função do que diz a Constituição Brasileira.

03/08/2017 - Inscrições para Concurso Nacional para Magistratura do Trabalho são prorrogadas até sexta-feira - Primeiro a ser organizado em nível nacional e de forma unificada, o concurso oferece 132 vagas para juiz do trabalho. O valor do subsídio do cargo de juiz do trabalho substituto é de R\$ 27.500,17. CONFIRA O EDITAL AQUI.

05/08/2017 - Procurador defende novo olhar sobre as ações coletivas na Justiça do Trabalho - "Nós precisamos olhar para fora da caixa. Precisamos ter um olhar diferenciado para além do processo", defendeu o Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho João Batista Machado Júnior .

10/08/2017 - Nova diretoria da Rede de Ouvidorias do Piauí será empossada no dia 21 de agosto - O TRT/PI integra a Rede que objetiva facilitar o atendimento ao cidadão e fortalecer as ferramentas de transparência e controle social.

14/08/2017 - TRT/PI abre inscrições para seleção de estágio em Direito - Os candidatos deverão realizar a inscrição presencialmente nos dias 17 e 18 de agosto. A vaga é para Teresina.

22/08/2017 - Juíza gaúcha contesta validade da Lei 13.467: "Nenhum artigo tem condições de se tornar norma jurídica trabalhista" - A reflexão é da juíza Valdete Souto Severo, do TRT-RS, em palestra sobre a reforma trabalhista, no TRT-PI

17/08/2017 - TRT/PI fará correição nas Varas de São Raimundo Nonato e de Oeiras - Na Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato a correição será realizada nos dias 29 e 30 de agosto. Na VT de Oeiras será nos dias 31 de agosto e 1 de setembro.

24/08/2017 - "O cidadão busca igualdade e segurança na Justiça" - A frase é do desembargador Sérgio Torres Teixeira, do TRT de Pernambuco (6ª Região), ao defender a necessidade de se estabelecer uma uniformidade das decisões diante dos casos idênticos.

24/08/2017 - Texto mal construído da Reforma Trabalhista amplia margem de interpretação, aponta juiz do TRT do Paraná - O juiz José Aparecido dos Santos, do TRT do Paraná, apontou diversas falhas na construção textual da Reforma Trabalhista e alertou que muitos pontos trazem insegurança jurídica para os empregadores.

25/08/2017 - Interessados têm até o dia 8 de setembro para inscrever seus processos na Semana Nacional da Execução Trabalhista de 2017

09/09/2017 - TRT/PI fará correição na Central de Mandados e na Central de Itinerância - A correição será realizada nesta quarta-feira (20). O corregedor regional, desembargador Arnaldo Boson Paes, e sua equipe também estarão à disposição de advogados, servidores e população em geral, para avaliar as possíveis reclamações, sugestões ou elogios.

14/09/2017 - Semana da Execução Trabalhista prossegue até sexta-feira, dia 22 - O TRT/PI vai intensificar o rastreo e bloqueio de bens de devedores para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas.

18/09/2017 - TRT/PI realiza pesquisa de satisfação dos usuários. Participe! - Advogados, trabalhadores e empregadores podem participar da Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRT do Piauí. Os formulários estão disponíveis nos balcões de atendimento das Varas do Trabalho de Teresina e do interior até o próximo dia 22 de setembro.

18/09/2017 - 4ª Vara do Trabalho homologa acordo de R\$ 16,8 milhões com o Banco do Brasil já no primeiro dia da Semana da Execução - O acordo vai beneficiar 68 trabalhadores que trabalhavam no antigo Banco do Estado do Piauí, incorporado pelo Banco do Brasil, e concordaram com os cálculos apresentados.

19/09/2017 - Justiça do Trabalho do Piauí vai leiloar carros, casa, terrenos e até vacas paridas nesta sexta (22) - A atividade faz parte da Semana Nacional da Execução Trabalhista e será realizada pelo leiloeiro oficial Ítalo Leilões.

22/09/2017 - Execução Trabalhista: acordos homologados pelo TRT/PI já somam R\$ 27 milhões - Relatório parcial da Corregedoria Regional do TRT/PI mostra que foram realizados 204 acordos conciliatórios, totalizando uma arrecadação de quase R\$ 27 milhões nos quatro primeiros dias da Semana Nacional da Execução Trabalhista.

26/09/2017 - TRT/PI bate recorde e arrecada R\$ 31 milhões durante a Semana da Execução Trabalhista - Foram homologados 455 acordos entre trabalhadores e empresas de um total de 575 audiências realizadas (*números atualizados*).

29/09/2017 - Magistrados e servidores debatem novas perspectivas no Direito Material e Direito Processual do Trabalho - Magistrados e servidores do TRT/PI participaram do Simpósio sobre Reforma Trabalhista e Perspectivas Hermenêuticas no Direito Material e no Direito Processual do Trabalho, realizado na Escola Judicial.

02/10/2017 - Justiça do Trabalho Itinerante estará em Campo Maior nesta quarta, dia 4 de outubro - A Central de Itinerância e Cidadania estará em Campo Maior nesta quarta-feira (04) para dar continuidade às audiências e julgamentos de processos. Foram ajuizados 237 processos na região.

18/10/2017 - Justiça do Trabalho lança selo comemorativo pelos 25 anos de instalação no Piauí - O selo que comemora o jubileu de prata do TRT/PI foi lançado durante uma Sessão Solene realizada no auditório do Tribunal Pleno.

20/10/2017 - TRT Piauí abre inscrições para passeio ciclístico em novembro - Evento, marcado para o dia 18 de novembro, é aberto ao público em geral, e terá sorteio de bicicletas.

20/10/2017 - Palestra orienta crianças e jovens sobre trabalho infantil em Oeiras - A Unidade Escolar Orlando Carvalho desenvolve um que tenta integrar os jovens ao contexto social, abordando vários temas sociais, dentre eles a questão do trabalho infantil.

30/10/2017 - Dia do Servidor é comemorado com capacitação - Confira as fotos do evento comemorativo ao Dia do Servidor, realizado na Escola Judicial.

07/11/2017 - Abertas as inscrições para o VII Seminário Piauiense de Trabalho Seguro

O evento este ano vai debater “Transtornos mentais relacionados ao Trabalho” e será realizado na sexta-feira (10), no auditório da Escola Judicial do TRT/PI.

20/11/2017 - Vara de Valença utiliza muitas trabalhistas em projetos que beneficiam crianças e idosos - A Vara do Trabalho de Valença decidiu aplicar recursos de multas oriundas de processos judiciais na estruturação do Centro de Vivência Fraterna, uma instituição que atende crianças carentes, e no Centro de Bem Estar do Idoso, que atende idosos.

20/11/2017 - Inscrições abertas para seleção de estágio em Direito - O TRT/PI abre processo seletivo de estágio em Direito, turno manhã, em Teresina. Só serão aceitas as 300 primeiras inscrições, que devem ser feitas no período de 21 a 23 de novembro.

29/11/2017 - TRT convoca candidatos para prova de Estágio em Direito - Provas de Português e Conhecimentos Gerais serão realizadas no domingo, 3 de dezembro.

01/12/2017 - Assembleia Legislativa faz sessão solene para homenagear os 25 anos do TRT/PI - O TRT/PI foi homenageado pela Assembleia Legislativa em sessão solene comemorativa pelos 25 anos de instalação no estado. A sessão foi proposta pelo deputado estadual Aluísio Martins.

01/12/2017 - Concurso da Magistratura Trabalhista terá provas discursiva e de sentença no próximo fim de semana Do Estado do Piauí, 20 candidatos estão entre os selecionados para as provas em Brasília.

01/12/2017 - Semana Nacional de Conciliação: 3ª Vara de Teresina homologa acordo de R\$ 23,1 milhões com a Eletrobrás - A 3ª Vara do Trabalho de Teresina homologou um acordo entre a Eletrobrás Distribuição Piauí e o SINTEPI no valor aproximado de R\$ 23,1 milhões, beneficiando mais de 490 trabalhadores.

05/12/2017 - TRT/PI vai homenagear personalidades com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Solenidade a ser realizada nesta quinta-feira (7) às 10 horas, marca as comemorações do Jubileu de Prata - 25 anos de instação do TRT no Piauí.

06/12/2017 - Secretária geral do CSJT reitera total apoio para conclusão da nova sede do TRT Piauí - Com verba garantida, a previsão é que o prédio seja inaugurado no segundo semestre de 2018. Secretária do CSJT Márcia Lovane Sott (foto) considera satisfatório o estágio das obras.

07/12/2017 - Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho condecora personalidades que contribuíram com o TRT/PI - A sessão solene de aposição de comendas da Ordem

Piauiense do Mérito Judiciário do Trabalho foi realizada no auditório da Escola Judicial do TRT (Ejud) na manhã desta quinta-feira (07).

11/12/2017 - Diretores das Varas de Trabalho vão discutir sugestões para implementação do projeto Wiki Nacional - O encontro será realizado no próximo dia 19 de dezembro na Escola Judicial do TRT/PI e vai discutir sugestões para a implementação do projeto Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância (Wiki).

TÍTULO VI

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC

As atividades realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação no ano de 2017 encontram-se divididas por seção temática, a saber:

Seção de Governança de TI

- Gestão e fiscalização do PA 00480/2012, cujo objeto é a Contratação de Links de Acesso à Rede-JT;
- Gestão e fiscalização do PA 00700/2013, cujo objeto é a Contratação de Links de Acesso à Internet;
- Gestão e fiscalização do PA 0509/2012, cujo objeto é a Contratação suporte e atualização do Banco de Dados Oracle;
- Manutenção da metodologia para gerenciamento de Projetos, Programas e Portifólio na STIC;
- Acompanhamento do desempenho dos projetos em andamento na STIC;
- Apoio ao Comitê de Governança de TIC na identificação, seleção e priorização de projetos;
- Suporte aos servidores da Secretaria de TIC na condução dos seus projetos, bem como na elaboração de Estudos Técnicos e Termos de Referência;
- Suporte na emissão/renovação de certificados digitais para magistrados e servidores;
- Suporte na instalação/configuração de drivers e ferramenta de administração dos certificados digitais;
- Administração do Sistema Malote Digital;
- Apoio na administração da ferramenta antispam Proofpoint;
- Apoio na administração do Expresso22;
- Apoio na administração do Servidor de Arquivos;
- Administração da área Governança de TI, localizada no Portal deste Regional;
- Substituição do Secretário deste setor em seus afastamentos;
- Participação no “CONIP Judiciário 2017”;
- Apoio às atividades de gestão.

Seção de Sistemas Judiciais

- Manutenção corretiva e/ou preventiva no sistema APT 1ª e 2ª instâncias e APT virtual;

- Suporte/Manutenção ao Sistema E-Rec;
- Manutenção dos serviços judiciais do portal do TRT 22;
- Desenvolvimento da nova consulta de Jurisprudência e Sentenças;
- Acompanhamento e suporte ao Sistema de Consulta de Precatórios (SITE);
- Acompanhamento e suporte ao Sistema E-Jus;
- Acompanhamento e suporte ao sistema Central do Advogado;
- Administração de usuários no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho Nacional - DEJT;
- Manutenção do sistema PJE, no que tange a suporte a servidores e jurisdicionados, bem como implantação das atualizações de versão liberadas pelo TST;
- Implantação do sistema SICOND;
- Implantação do sistema NUGEP;
- Início do projeto de implantação do sistema eCarta;
- Implantação do aplicativo JTe.

Seção de Sistemas Administrativos

- Adequação do sistema GestoreWEB às regras de marcação anual de férias para o ano de 2018, elaboradas pela Presidência do TRT 22ª Região;
- Implantação do sistema de RH do SIGEP;
- Migração dos dados do sistema atual de RH para o SIGEP;
- Implantação do sistema de processo administrativo PROAD;
- Desenvolvimento de módulo de atualização de dados para eSocial;
- Disponibilização da Pesquisa de Clima Organizacional 2017;
- Apoio à Secretaria da Corregedoria Regional do TRT 22ª Região na elaboração dos itens de detalhamento do sistema e-Gestão relativos à área administrativa do TRT-PI;
- Elaboração de informações para envio ao CSJT, ref. concessão e pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ);
- Atualização periódica, no sítio de internet do TRT-PI, dos arquivos para consulta constantes da seção Transparência, de acordo com a Resolução CNJ 102/2009;
- Alterações pontuais diversas em todos os sistemas da área administrativa (Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Gestore, Ponto Eletrônico, entre outros), de modo a atender às demandas oriundas de setores do próprio TRT-PI, CSJT e CNJ;

- Suporte on-site, quando necessário, e/ou por telefone, e-mail, comunicador interno Pandion ou acesso remoto, aos usuários dos diversos sistemas da área administrativa.

Seção de Segurança da Informação

- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 687/2014, relativo à Aquisição de Filtro de Conteúdo Web, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.).
- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 558/2015, relativo a Contratação de atualização da solução de segurança da informação composta pelo software Módulo Risk Manager e plataforma de softwares Microsoft, suporte técnico, treinamento e operação assistida, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.).
- Acompanhamento da execução do contrato do Processo Administrativo PA 834/2015, relativo a Aquisição de Solução de Filtro de Correio Eletrônico - Proofpoint, com elaboração de documentos técnicos (DDO, Despachos, Pareceres, etc.).
- Suporte na emissão de certificados digitais para magistrados e servidores.
- Suporte na instalação/configuração de drivers e ferramenta de administração dos certificados digitais.
- Administração das Políticas de Segurança da Informação em vigência no Tribunal.
- Administração da ferramenta Antispam Proofpoint Security Gateway.
- Administração da ferramenta colaborativa de comunicação ExpressoTRT22.
- Administração do Sistema Malote Digital.
- Administração da ferramenta Firewall Cisco ASA 5505.
- Administração da ferramenta de Detecção e Prevenção de Intrusão IPS/IDS Cisco ASA 5505.
- Administração de cópias de segurança (backups) de Bancos de Dados (Administrativos e Judiciais), E-mails e Servidores de Arquivos.
- Administração de Servidor de VPN (Redes Privadas Virtuais).
- Apoio à manutenção da Infraestrutura de Redes do TRT22.
- Apoio aos usuários de Teletrabalho.
- Apoio na Administração do Servidor de Arquivos.
- Apoio à subseção Central de Serviços de TI.
- Apoio à seção de Infraestrutura de TI
- Apoio à seção de Governança de TI.
- Implantação do sistema Active Directory;

Seção de Infraestrutura

- Realização de estudos visando a migração do serviço de email para a nuvem;
- Realização de estudo visando a contratação de solução de comunicação de dados entre a sala-cofre e o novo prédio sede;
- Migração dos equipamentos do prédio sede para a sala-cofre;
- Migração do banco de dados de sistemas judiciais legados para o Storage IBM;
- Alteração das rotinas de backup do PJe, possibilitando a recuperação de dados em datas e horários específicos;
- Criação da estrutura necessária para funcionamentos dos sistemas nacionais, como JTe, PJe 2.0, Shodô, PJeCalc, dentre outros.
- Implantação de solução de desktop remoto;
- Virtualização dos servidores das varas do interior;
- Manutenção do PJE em todas as Varas do Interior do Piauí;
- Manutenção de Link de Internet, propiciando uma melhora nas pesquisas locais dos magistrados, bem como, na consulta de advogados e partes interessados nos processos;
- Finalização da duplicação dos monitores em todas as estações de Trabalho da área judicial;
- Acompanhamento dos sistemas da SALA COFRE e migração dos servidores do DATACENTER da SEDE para a Sala Cofre, criando maior redundância;
- Manutenção dos switches de rede de todos os prédios na Capital, incluindo os prédios da SEDE, Complexo Administrativo, Fórum de Teresina e todas as Varas do interior do estado;
- Melhorias contínuas no DATACENTER no complexo Administrativo para manter replicação dos dados do TRT-22;
- Processo de instalação de dois monitores em todos os computadores da área meio para que utilizem o sistema do PAE (Processo Administrativo Eletrônico);
- Manutenção de todo o parque tecnológico existente;
- Substituição/formatação de disco rígido com instalação de sistema operacional, aplicativos e configurações necessárias após a instalação;
- Substituição de tonner/cilindro em impressoras a laser;
- Instalação e configuração de aplicativos dos usuários;
- Substituição de placa controladora interna/processador em microcomputadores;
- Instalação com configuração de sistema operacional;
- Configuração em geral de softwares: setup, aplicativos, e etc.;

- Substituição/troca de equipamentos;
- Substituição de fonte de alimentação de micros e impressoras;
- Substituição de placa-mãe;
- Acesso remoto para mapeamento e manutenção em microcomputadores e impressoras;
- Instalação e configuração de periféricos (scanner, leitor de ponto, leitor de código de barras e etc.);
- Desinstalação / montagem de equipamentos de informática;
- Auxiliar os usuários no uso de alguns programas como Microsoft Office, BrOffice e outros;
- Compartilhamento de impressoras em rede;
- Instalação de aplicativos de sistema;
- Modificação do perfil local dos usuários e criação de usuários;
- Instalação/troca de mouse, teclado, filtro de linha e outros periféricos;
- Limpeza ou substituição de encoder de impressoras a jato de tinta;
- Substituição de cabos (serial, paralelo, cabos de rede e etc.);
- Criação de usuários de rede;
- Retirada de papel preso em impressora;
- Instalação de aplicativos de apoio tais como: anti-virus, Java Script Run Time, Cálculo Rápido Trabalhista, Compactador de Arquivos, Acrobat Reader, BrOffice, dentre outros;
- Reinicialização de micro em caso de travamento de sistema operacional;
- Troca de bateria de microcomputadores e de nobreaks;
- Troca de kit fusores e termostatos em impressoras multifuncionais;
- Desmontagem/Montagem de microcomputador para substituição/ inserção de componentes internos (fonte de alimentação, bateria, fusíveis, placa de vídeo, placa de rede, placa de saída paralela ou serial, placa mãe, cooler e etc.);
- Prover o atendimento e o suporte para a solução completa dos incidentes e problemas relativos aos serviços, hardware, software, aplicativos, entre outros, nas estações de trabalho, prestando orientação e esclarecimentos necessários aos departamentos internos e aos usuários externos;
- Troca de capacitores, resistores em estabilizadores, nobreaks e placas mãe;
- Instalação de scanner's nos diversos setores do Tribunal, para uso na digitalização dos processos;
- Viagens as Varas do Interior para dar manutenção na rede de dados, nos computadores, impressoras entre outros equipamentos de informática;
- Suporte e atendimento em Informática aos magistrados e servidores deste Tribunal, no que se a esclarecimento de dúvidas e apoio na identificação e

correção de problemas relacionados tanto a hardware quanto a softwares básicos utilizados na rede;

- Uso de software de acesso remoto para mapeamento e manutenção em microcomputadores e impressoras das Varas do Interior.

TÍTULO VII

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA - SDB

1. DAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio da Seção de Documentação e Biblioteca (SDB), adquiriu por compra, doação e permuta um total de 202 exemplares de livros, 75 fascículos de periódicos, 10 folhetos e um relatório, para integrar o seu acervo em 2017. As aquisições de livros por compra foram no total de 129 títulos e 153 exemplares de livros.

O investimento em livros no ano de 2017, foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para todas as Unidades, Judiciárias e Administrativas. Entretanto, o gasto real foi de 19.766,27 (dezenove mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos). A contratada, pelo Processo Administrativo nº 428/2016 foi à Livraria e Distribuidora Vérticebooks que forneceu publicações nas seguintes áreas: Direito, Direito do Trabalho, Processo Civil, Constitucional, Administrativo, Direito Civil, Administração Pública, Penal, Direitos Humanos, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente no Trabalho, Informática, Filosofia do Direito, Contabilidade, Finanças, Administração (Recursos Humanos) e Planejamento estratégico.

O recebimento do material bibliográfico e acompanhamento do contrato, assim como a conferência de preço e o desconto, em 2017, foram executados pela fiscal do contrato a servidora Maria Creuza de Sales (SDB).

2. DO PROCESSAMENTO TÉCNICO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Entre as atribuições da SDB, está a de receber, avaliar, analisar, processar e disseminar informações e documentos em qualquer dos suportes, impresso e eletrônico, a favor da instituição, de modo a proporcionar o acesso às atualizações das informações jurídicas e outras de interesse do TRT22, de modo a favorecer o bom desempenho das atividades judiciárias e administrativas do Tribunal.

2.1 Processamento técnico: rotinas e quantidades

a) Materiais bibliográficos e/ou informativos, em meio impresso e eletrônico, que chegaram em 2017.

Quando considerados fontes relevantes de estudos e pesquisas, para o TRT22, os materiais são submetidos às etapas de tratamento, demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Procedimentos realizados nos matérias que foram recebidos pela SDB, 2017.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADES
Livros registrados, carimbados e etiquetados	185
Capas de livros digitalizadas	185
Livros classificados	173
Livros catalogados	173
Produção de etiquetas de dorso	202
Produção de etiquetas de código de barra	277
Periódicos inseridos no Siabi	75
Fascículos de periódicos carimbados, registrados e etiquetados	75

3. SERVIÇOS DE REFERÊNCIA: ATENDIMENTO AO USUÁRIO

a) Circulação do material bibliográfico: (empréstimo, consulta local e sala de leitura).

O serviço de circulação dos materiais ou a prestação da informação, impressa ou eletrônica, utilizando o sistema do Siabi, é a atividade de maior fluxo da SDB.

Nosso atendimento alcança o público externo, principalmente, estudantes das Instituições Superiores e os “concurseiros”, na busca de obras e espaço físico para estudo. Há também, uma demanda por bibliografias para realização de trabalhos de pós-graduação. Ao usuário externo é permitido: a consulta e a leitura nos espaços da Biblioteca e, também, a retirada dos fascículos de periódicos para fotocópias com devolução prevista até o final do expediente.

Em 2017, atingimos um total de 1.667 prestações de serviços somando todas as modalidades de circulação do material, conforme apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Estatística das categorias que se utilizam dos serviços de circulação de materiais bibliográficos em 2017

Empréstimos destinados aos servidores	799
---------------------------------------	-----

Empréstimos aos usuários externos	640
Empréstimos realizados pelos estagiários	118
Empréstimos aos magistrados	110
Total geral das movimentações	1.667

- b)** O empréstimo via solicitação por malote do Siabi na web.

Recebemos, como empréstimos, 92 solicitações de livros via malote do Siabi web.

- c)** Dos levantamentos bibliográficos e pesquisas de fontes bibliográficas sobre determinado assunto.

Foram realizados 15 atendimentos. Para esse trabalho de pesquisa são usadas o Sistema do Siabi (TRT22) e de outras bibliotecas jurídicas com catálogo eletrônico na web.

Para atender às solicitações de magistrados do TRT22, realizamos 182 consultas nos catálogos de outras bibliotecas.

- d)** O treinamento de uso do catálogo Siabi.

São orientações práticas de como usar os produtos e serviços oferecidos pelo Siabi. Realizamos por todo o ano 18 treinamentos ou orientações de como navegar e pesquisar no Siabi, inclusive de como realizar solicitações via malote e acessar o formulário de sugestões bibliográficas para aquisição de novos livros, disponível no login de cada magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.

- e)** Disseminação Seletiva de Assuntos por perfil de interesse.

Por solicitação dos interessados enviamos 42 informações aos interessados nos mais diversos assuntos do Direito, via pandion e/ou e-mail.

- f)** Pesquisa no Sistema do Siabi

Trata-se de um catálogo eletrônico na web que informa todas as obras que a biblioteca possui. Ele se apresenta de forma referencial e é um serviço bastante utilizado. Atingiu um patamar de 2.773 acessos internet com um total de 177.803 artigos recuperados nas pesquisas. Atendemos a 28 solicitações presenciais com interesse no uso do catálogo.

Treinamos também, no módulo presencial, 45 usuários com interesse no uso do catálogo Siabi. Por ocasião da mudança da Biblioteca para o Complexo administrativo, realizamos um treinamento ensinando o passo a passo para

solicitação de material bibliográfico em todos os gabinetes para uso do malote do Siabi web e em seguida credenciamos servidores e estagiários lotados fora do Complexo Administrativo, de modo que, fosse possível usar o serviço de malote do Siabi.

g) Consultas e pesquisas para atendimento aos usuários do TRT22.

Com o uso do sistema na internet foram realizadas 47 consultas em busca das fontes de informação.

4 DIVULGAÇÕES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA SDB

A SDB proveu informações sobre a unidade de informação na página web da biblioteca. Utilizando o potencial da *internet* para fornecer, de forma atualizada, instruções de uso das fontes de pesquisa, renovações, reservas, matrícula *online* e uso da biblioteca digital da Ltr.

A divulgação de materiais bibliográficos adquiridos corre de três formas:

Divulgação de lista dos novos títulos, em pdf, na página do “Expresso 22”.

Divulgação, semanal, de capa de livros, digitalizados, na coluna de destaque, na página da SDB, na web.

Informativo com notícias, legislações e eventos culturais usando o pandion (message interno), também por este canal divulgamos editais para quem deseja publicar artigos de periódicos, assim como, lançamento de revistas eletrônicas jurídicas de interesse do TRT22.

Acompanhamento da legislação federal, estadual.

Disseminação de normas e jurisprudências- Para uma maior atualização, dirigidas aos nossos magistrados, servidores, enviamos, também, por e-mail e pelo pandion, semanalmente, legislações, jurisprudências, resoluções e notícias do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e outras normas de interesse, principalmente, trabalhista aos diversos setores. Ressaltamos que, qualquer divulgação é encaminhada de acordo com o perfil de interesse do setor ou do usuário;

ATIVIDADES GERENCIAIS DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA.

- a) Envio do Relatório anual de Atividades 2016 da SDB à DGA.
- b) Foram emitidos 38 certidões de nada consta para os estagiários que findaram seu contrato de estágio com o TRT22, sendo uma via para o interessado e outra destinada à Coordenação de Gestão de Pessoas.
- c) Selecionamos e avaliamos títulos do acervo que estavam duplicados e/ou com conteúdo desatualizado, para baixa patrimonial junto à Coordenadoria de Material e Logística. Essa ação é feita anualmente para liberar espaço nas estantes para inserção de novos títulos no acervo. Em 2017 foram baixados quatro exemplares da coleção.

- d) Participamos de reuniões e elaboramos todo o planejamento de mudança da Seção de Documentação e Biblioteca para o Complexo Administrativo, que ocorreu em outubro.
- e) Com a colaboração de terceirizados sobre a coordenação do servidor Diego, procedeu-se o acondicionamento, sinalização e transporte do material da SDB para o seu novo local de funcionamento.
- f) Acompanhamos o “Programa Nicho da Leitura” na campanha de arrecadação de novas doações e na sempre atualização semanal dos livros na estante, de forma a atrair novos leitores.
- g) Foram doados,
- h) Atendendo as solicitações, foram enviadas aos vários TRTs, bem como para bibliotecas de outras instituições, um total de 379 duplicatas, entre livros e periódicos.
- i) Encaminhou-se, como doação, à Coordenadoria de Gestão de Obras, o livro de autoria do Tribunal de Contas da União, com o título: Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas, 2014.
- j) Recebemos como doação, vários livros dos seguintes doadores: o livro “Dinamização do ônus da prova no Processo Civil: teoria e prática”, do Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. Camilo José D’Ávila Couto.

O livro de literatura “Maria do Sol” editado e lançado em 2016 de autoria de Alice Raposo, servidora do TRT22. Por meio da lista de duplicatas recebida do Tribunal do Trabalho da 1ª Região, recebemos 11 livros e dois folhetos.

Outras doações de livros usados: sete livros doados pelo Augusto César Sales, servidor, os quais foram destinados ao “Programa Nicho da Leitura”.

- k) Foram doados uma revista e quatro livros para a Biblioteca da VT de Piripiri.
- l) Enviamos algumas obras como doação as seguintes instituições: ao TRT3, dois exemplares do livro de literatura de autoria do Dr. Luiz Ayrton Santos Júnior. O branco da maçã e outros lapsos. A mesma obra foi doada um exemplar ao TRT7.
17 livros de literatura e história à biblioteca do Presídio Feminino de Teresina e 75 publicações impressas à Biblioteca Pública Estadual do Piauí Desembargador Cromwell de Carvalho
- m) Recebemos pedido de informações do TRT17 sobre a implantação da RA 219 do CSJT nos Regionais do Trabalho.
- n) Realizamos assinatura anual com a LTr para uso da Plataforma LTr web, com contrato para 50 acessos simultâneo à Biblioteca Digital LTr no valor de R\$ 23.600,00.
- o) Participamos de uma reportagem pela TV Assembleia de Teresina sobre o “Programa Nicho da Leitura”, desenvolvido pelo TRT22 sob a responsabilidade da SDB;
- p) Solicitamos a encadernação de 131 volumes, entre estes, estavam os relatórios de atividades do TRT22, boletins de jurisprudências do TRT22 do TRT22 e outros documentos de valor históricos. A encadernação faz parte da proposta de conservar os documentos garantindo sua preservação na hora da consulta documental.

- q) Recebemos a visita do técnico da Empresa WJ, responsável pelo Sistema e o contrato do Siabi, que veio com o objetivo de instalar a versão 2017 do sistema. O trabalho teve início nos dias 20 e 21 nov. 2017, começando pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, com a colaboração do técnico Leonardo N. Silva, que fez o trabalho de ajustes no banco de dados do TRT22.

Participação da bibliotecária Maria Creuza de Sales, assistente-chefe, da SDB em treinamentos, eventos e reuniões de trabalhos.

- Por solicitação do Juiz Titular da Vara Federal do Trabalho de Piripiri, prestou serviço de orientação e organização da Biblioteca Des. Nídia de Assunção Aguiar, nos dias 26 a 27/01/2017.
- Reunião dia 06/04/2017 da Subcoordenadoria de Padronização, formada pelo TRT4, TRT3, TRT1, TRT22, minha participação se dar pelo hangout e as demais pela videoconferência.
- XVI Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho, de 16 a 18 de agosto de 2017, Porto Alegre, RS.
- Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Fortaleza de 17 a 20 de outubro de 2017.
- Programa Aposentadoria Saudável, 04/12/2017.

TÍTULO VIII

SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA - SGE

PARTE I

1. Atividade Administrativa
2. Documentos expedidos
3. Documentos recebidos
4. Reuniões

PARTE II

Atividade Fim

1. Metas Nacionais (CNJ);
2. Metas Específicas (CSJT);
3. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT);
4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT22^a Região;
 - 4.1 Projetos
 - 4.2 Ações correlatas
5. Unidade Socioambiental.

COMPOSIÇÃO FUNCIONAL

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Secretário de Governança e Estratégia

JOSÉ DE ANCHIETA ARAÚJO MARQUES
Secretário de Governança e Estratégia
(a partir de novembro/2017)

KAPLANN MACKLAYNY RIBEIRO MOURA
Assistente-Chefe da SGE

LILIA BRAGA CASTELO BRANCO
Assistente da Subseção Escritório de Projetos

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Unidade Socioambiental

ANA CAMILLA DE GOES LIMA
Estagiária

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Governança e Estratégia - SGE possui como objetivo auxiliar o Tribunal na melhoria contínua da prestação jurisdicional e modernização institucional, por meio do acompanhamento e alinhamento com base nos indicadores de desempenho e nos dados estatísticos. Desenvolve e acompanha, também, os projetos desenvolvidos neste Regional por meio da Subseção de Escritório de Projetos/Processos/Riscos - SEPPR.

As informações apresentadas a seguir indicarão as atividades desenvolvidas pela SGE no exercício de 2017, divididas em duas partes, sendo:

PARTE I: Atividade Administrativa

PARTE II: Atividade Fim

PARTE I - Atividade Administrativa

As atividades de natureza administrativa englobam os documentos produzidos e recebidos pela equipe da SGE e reuniões realizadas durante o desempenho de suas atribuições.

a) Documentos expedidos:

Documentos expedidos	Quantidade
Memorandos	48
Memorandos Circulares	08
Ofícios	04
Ofícios Circulares	0

b) Documentos recebidos:

Documentos recebidos	Quantidade
Memorandos	10

Memorandos Circulares	17
Ofícios	12
Ofícios Circulares	10

c) Reuniões:

Foram realizadas reuniões para a concretização das ações estratégicas, cumprimento das Metas do Poder Judiciário e acompanhamento de projetos, com a colaboração de magistrados e servidores.

DATA	PAUTA
17/01/2017	1ª Reunião de Análise da Estratégia- RAE (área fim)
17/02/2017	Reunião com Comitê Orçamentário e de Priorização do 1º Grau
06/04/2017	2ª Reunião de Análise da Estratégia- RAE (área meio)
19/04/2017	Reunião para evento dia das mães
24, 25 e 26/04/2017	Atualizando Manual de Tramitação dos Processos Administrativo
04/05/2017	Reunião para evento dia das mães
08/05/2017	Reunião com a presidência sobre o prédio da nova sede
15/05/2017	Atualizando Manual de Tramitação dos Processos Administrativo
22/05/2017	Reunião com comitê de TI
30/05/2017	Reunião com SETIC e demais unidades administrativas sobre alinhamento do mapeamento das aquisições e serviços de TI com o Manual Administrativo
07/06/2017	Reunião sobre o e-Social no Pleno/TRT22
27 e 28/06/2017	Reune- JT
30/06/2017	Reunião socioambiental
06/07/2017	Reunião Gestão por Competências

04/08/2017	Videoconferência Tribunais Pequeno Porte
22/08/2017	3ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE (área fim)
04 e 05/09/2017	Reunião preparatória do XI Encontro Nacional;
24 a 26/10/2017	7ª Reunião Coleprecór
13/12/2017	4ª Reunião de Análise da Estratégia- RAE (área meio)

PARTE II - Atividade fim

Durante o ano de 2017, esta Secretaria acompanhou os indicadores do Planejamento Estratégico Nacional, fazendo apuração dos dados para lançamento no SIGEST.

O trabalho estatístico também foi realizado nas outras atividades fins: acompanhamento das Metas Nacionais de 2017 (CNJ) e das Metas dos Planejamentos Estratégicos do TRT22 2015/2020 (Projeto PEP 2020) e Metas Específicas da Justiça do Trabalho (CSJT), que serão especificados nos tópicos a seguir.

Metas Nacionais de 2017 do Poder Judiciário (CNJ)

Em 2017, a SGE alimentou o link <http://www.cnj.jus.br/metasNacionais/escolherAnoMetasNacionais.php>, do Conselho Nacional de Justiça referente às Metas do Poder Judiciário e também lançou seus dados no SIGEST juntamente com os dados das Metas Específicas do CSJT e as Metas PEP/TRT22/2015, mas fazendo acompanhamento sistematizado das metas em geral.

METAS NACIONAIS DE 2017 (CNJ)

METAS GERAIS:

META 01: Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.

CUMPRIDA

META 02: Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º graus.

CUMPRIDA

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

META 3: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em dois pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.

META 5: Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

META 6: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º grau, e até 31/12/2015, no 2º grau.

CUMPRIDA

META 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

CUMPRIDA

2. HISTÓRICO DA META DE PRODUTIVIDADE:

DADOS DE 2010

META PRIORITÁRIA 1 – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	25.456	25.005	- 451	98,23

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2011

META NACIONAL 3 – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	28.232	26.748	-1.484	94,74

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2012

META NACIONAL 1 – Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	32.086	30.772	-1.314	95,90

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2013

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	38.828	33.472	-5.356	86,2

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2014

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	33.573	34.856	1.036	103,09

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2015

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	34.644	34.028	-616	98,22

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2016

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	35.149	34.824	-325	99,07

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2017

META NACIONAL 1 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.					
1º e 2º GRAUS					
Meses	Processos Distribuídos	90% Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	34.726	31.253	34.421	3.168	110,14%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: A meta é atingir valor igual ou maior que 90% dos processos distribuídos.

COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2016/2017)

DADOS DE 2016

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.					
1º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	1.982	1.474	-508	NÃO CUMPRIU	100,21
Fev	2.044	1.830	-214	NÃO CUMPRIU	
Mar	2.982	2.356	-626	NÃO CUMPRIU	
Abr	2.225	2.425	200	CUMPRIU	
Mai	2.530	1.920	-610	NÃO CUMPRIU	
Jun	2.367	2.637	270	CUMPRIU	
Jul	2.110	2.084	-26	NÃO CUMPRIU	
Ago	2.127	2.358	231	CUMPRIU	
Set	2.356	2.207	-149	NÃO CUMPRIU	
Out	2.102	2.724	622	CUMPRIU	
Nov	2.344	3.132	788	CUMPRIU	
Dez	2.050	2.129	79	CUMPRIU	
Total	27.219	27.276	57	CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2017

META NACIONAL 1 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.						
1º GRAU						
Mês	Processos Distribuídos	90% Processos Distribuídos (meta)	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	2.206	1.985	1.043	-942	NÃO CUMPRIU	115,11
Fev	2.209	1.988	2.062	74	CUMPRIU	
Mar	2.780	2.502	2.855	353	CUMPRIU	
Abr	2.546	2.291	2.140	-151	NÃO CUMPRIU	
Mai	2.669	2.402	2.566	164	CUMPRIU	
Jun	2.233	2.010	2.343	333	CUMPRIU	
Jul	2.333	2.100	2.274	174	CUMPRIU	
Ago	2.268	2.041	2.318	277	CUMPRIU	
Set	1.956	1.761	2.699	938	CUMPRIU	
Out	1.927	1.734	2.308	574	CUMPRIU	
Nov	1.962	1.766	2.457	691	CUMPRIU	
Dez	969	872	1.931	1.059	CUMPRIU	
Total	26.058	23.452	26.996	3.545	CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2016/2017)

DADOS DE 2016

META NACIONAL 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.					
2º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Fev	847	572	-275	NÃO CUMPRIU	95,17
Mar	1.034	705	-329	NÃO CUMPRIU	
Abr	566	765	199	CUMPRIU	
Mai	597	917	320	CUMPRIU	
Jun	761	922	161	CUMPRIU	
Jul	499	177	-322	NÃO CUMPRIU	
Ago	871	697	-174	NÃO CUMPRIU	
Set	715	782	67	CUMPRIU	
Out	414	654	240	CUMPRIU	
Nov	763	710	-53	NÃO CUMPRIU	
Dez	524	440	-84	NÃO CUMPRIU	
Total	7.930	7.548	-382	NÃO CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2017

META NACIONAL 1 – Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.						
2º GRAU						
Mês	Processos Distribuídos	90% Processos Distribuídos (meta)	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	472	425	140	-285	NÃO CUMPRIU	95,18
Fev	539	485	648	163	CUMPRIU	
Mar	770	693	648	-45	NÃO CUMPRIU	
Abr	722	650	481	-169	NÃO CUMPRIU	
Mai	930	837	718	-119	NÃO CUMPRIU	
Jun	917	825	850	25	CUMPRIU	
Jul	528	475	525	50	CUMPRIU	
Ago	826	743	792	49	CUMPRIU	
Set	654	589	507	-82	NÃO CUMPRIU	
Out	1.082	974	881	-93	NÃO CUMPRIU	
Nov	703	633	557	-76	NÃO CUMPRIU	
Dez	525	472	678	206	CUMPRIU	
Total	8.668	7.801	7.425	-376	NÃO CUMPRIU	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

CUMPRIDA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA - SGE

Meta Nacional nº 01/2017 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.

Meta Nacional nº 01/2017 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.													
- Processos Distribuídos -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	280	236	350	224	278	258	242	284	184	175	237	111	2.859
2ª VT Teresina	253	238	311	206	265	258	240	313	207	228	241	112	2.872
3ª VT Teresina	210	241	315	213	276	260	242	326	232	225	236	106	2.882
4ª VT Teresina	238	240	320	216	271	250	248	281	228	203	241	107	2.843
VT de Parnaíba	303	204	239	157	185	272	189	115	112	146	208	57	2.187
VT de São Raimundo Nonato	202	243	262	487	146	162	279	189	141	234	145	83	2.573
VT de Picos	196	269	352	371	376	270	257	246	201	140	159	176	3.013
VT de Corrente	61	81	138	33	107	58	42	53	84	38	41	15	751
VT de Piripiri	211	165	168	288	212	96	136	116	124	240	158	60	1.974
VT de Floriano	99	85	121	123	109	96	96	78	120	134	95	34	1.190
VT de Oeiras	126	112	93	85	265	95	201	121	229	109	126	49	1.611

VT de Bom Jesus	56	57	64	138	109	65	78	64	33	59	33	16	772
VT de Valença	78	102	101	61	130	83	122	146	122	72	66	46	1.129
VT de Uruçuí	21	26	154	21	38	85	29	41	12	15	72	22	536
TOTAL	2.334	2.299	2.988	2.623	2.767	2.308	2.401	2.373	2.029	2.018	2.058	994	27.192

Fonte:Secretaria da Corregedoria.

Nota:Para efeito de acompanhamento pelas VTs foram incluídos no cálculo os processos redistribuídos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 01/2017 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.

Meta Nacional nº 01/2017 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.													
- Processos Julgados -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	167	212	430	335	370	357	292	293	326	293	233	228	3.536
2ª VT Teresina	191	274	436	205	311	324	334	356	378	263	269	171	3.512
3ª VT Teresina	146	281	331	220	324	303	299	321	210	174	224	197	3.030
4ª VT Teresina	91	164	312	216	320	185	228	227	204	197	211	220	2.575
VT de Parnaíba	99	276	188	162	154	164	195	131	417	222	262	306	2.576
VT de São Raimundo Nonato	64	282	266	353	204	150	154	316	162	277	191	122	2.541
VT de Picos	58	139	123	156	219	159	276	180	225	214	274	182	2.205
VT de Corrente	36	41	89	116	18	88	79	53	63	0	165	15	763
VT de Piri-piri	47	132	126	97	107	177	94	103	266	171	313	121	1.754
VT de Floriano	43	94	155	76	171	135	84	45	81	114	88	58	1.144
VT de Oeiras	44	56	149	98	173	81	122	213	110	179	105	126	1.456
VT de Bom Jesus	35	61	86	71	53	106	74	19	144	114	49	3	815

VT de Valença	28	42	164	35	142	90	54	45	136	88	52	186	1.062
VT de Uruçuí	24	34	60	40	52	77	19	47	22	26	51	11	463
TOTAL	1.073	2.088	2.915	2.180	2.618	2.396	2.304	2.349	2.744	2.332	2.487	1.946	27.432

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 01/2017 – Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.

Meta Nacional nº 01/2017 - Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente com redutor proporcional à redução de juízes e servidores de cada TRT.					
Varas do Trabalho	Processos Distribuídos	90% Processos Distribuídos (meta)	Processos Resolvidos	Saldo	Grau de Cumprimento da meta%
1ª VT Teresina	2.859	2.573	3.536	963	137,43
2ª VT Teresina	2.872	2.585	3.512	927	135,86
3ª VT Teresina	2.882	2.594	3.030	436	116,81
4ª VT Teresina	2.843	2.559	2.575	16	100,63
VT de Parnaíba	2.187	1.968	2.576	608	130,89
VT de São Raimundo Nonato	2.573	2.316	2.541	225	109,72
VT de Picos	3.013	2.712	2.205	-507	81,31
VT de Corrente	751	676	763	87	112,87
VT de Piripiri	1.974	1.777	1.754	-23	98,71
VT de Floriano	1.190	1.071	1.144	73	106,82
VT de Oeiras	1.611	1450	1.456	6	100,41
VT de Bom Jesus	772	695	815	120	117,27

VT de Valença	1.129	1.016	1.062	46	104,53
VT de Uruçuí	536	482	463	-19	96,06
Total	27.192	24.473	27.432	2.959	112,09

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota:A meta é atingir valor igual ou maior que 90% dos processos distribuídos.

Quadro 01– Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 2

META 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos 1º e 2º graus.										
Período	(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados no período até 31/12/2015, excluídos os suspensos até 31/12/2016. (Periodicidade e Única)		(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2015 e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2017. (Periodicidade Mensal)		(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2016. (Periodicidade Única)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	11.855	1.798	0	0	0	0	110	0	10.705	1.570
Fev			1	1	1	0	124	6		
Mar			1	0	2	1	156	12		
Abr			0	1	1	0	77	5		
Mai			0	0	0	0	71	4		

Jun			0	1	1	0	53	3		
Jul			0	0	0	0	30	2		
Ago			0	0	1	0	34	0		
Set			3	0	2	0	66	2		
Out			1	0	1	0	32	1		
Nov			2	0	1	0	23	3		
Dez			0	0	0	0	20	3		
Tota l	13.653		8	3	10	1	796	41	12.275	
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO (%)									106,72	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02– Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 2 – Quadro Auxiliar

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro Auxiliar de Interpretação da Meta 2				
Item	Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
1	(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2015 e não julgados no período até 31/12/2015, excluídos os suspensos até 31/12/2016. (Periodicidade Única)	11.855	1.798	13.653
2	META - Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015.	10.670	1.618	12.288
3	(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 (31/12/2015) que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2016.	10.705	1.570	12.275
4	Processos julgados em 2017 (P 2.10)	796	41	837
5	(P2.4) Processo que entraram da meta	8	3	11
6	(P2.7) Processo que saíram da metas	10	1	13
7	Total de processos julgados (até 31/07/2017). (item 3+4+6-5)	11.503	1.609	13.114
8	Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta	0	7	0
9	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	107,81	99,44	106,72

CUMPRIDA

Quadro - Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 3

META NACIONAL 3 de 2017 –Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.			
P3.1 Quantitativo de conciliações em 2013 (única) =6.962			
P3.2 Quantitativo de processos solucionados em 2013 (única) =21.145			
P3.3 Quantitativo de conciliações em 2014 (única) =6.806			
P3.4 Quantitativo de processos solucionados em 2014 (única) =20.491			
Média do biênio 2013/2014 = 33,07%		Meta prevista (aumentar 2 pontos percentuais de 33,07%) : 35,07%	
Período	Quantitativo de conciliações no mês de referência (P3.5)	Quantitativo de processos solucionados No mês de referência (P3.6)	Percentual de cumprimento no mês (%)
Jan	268	824	92,73
Fev	511	1.482	98,32
Mar	803	2.135	107,24
Abr	733	1.841	113,54
Maio	851	2.127	114,09
Jun	689	1.891	103,91
Jul	542	1.876	82,38
Ago	469	1.933	69,18
Set	776	2.291	96,58
Out	662	1.770	106,64
Nov	747	2.149	99,12
Dez	439	1.716	72,94
Total	7.490	22.035	96,92

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: Para o TRT22 não se aplica a cláusula de barreira (54%), por esta ser superior a média do biênio somada com 2 p.p. (33% + 2pp =35%).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 03/2017 - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.

Meta Nacional nº 03/2017 - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.			
Varas do Trabalho	Quantitativo de conciliações	Quantitativo de processos solucionados	% de cumprimento da meta
1ª VT Teresina	960	2.743	99,80
2ª VT Teresina	919	2.537	103,28
3ª VT Teresina	730	2.376	87,60
4ª VT Teresina	821	1.863	125,66
VT de Parnaíba	966	1.151	128,06
VT de São Raimundo Nonato	550	2.125	73,80
VT de Picos	508	1.895	76,45
VT de Corrente	476	720	188,51
VT de Piripiri	442	1.257	100,26
VT de Floriano	230	955	68,66
VT de Oeiras	272	1.273	60,94

VT de Bom Jesus	347	890	111,18
VT de Valença	217	865	71,54
VT de Uruçuí	52	385	38,52
Total	7.490	22.035	96,92

Fonte: Secretaria da Corregedoria

Quadro 01 – Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 5

Meta 5 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.										
Período	(P5.1) Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência (Periodicidade e Mensal)		(P5.3) Número total de Processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5. 4) Número total de Processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão/arquivamento ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	541	0	3	0	350	0	3	0	41	0
Fev	1.126	0	2	0	703	0	7	0	19	0
Mar	1.449	0	1	0	1.034	0	21	0	95	0
Abr	846	0	0	0	607	0	2	0	8	0

Mai	1.465	0	10	0	712	0	3	0	8	0
Jun	1.047	0	23	0	1.258	0	6	0	228	0
Jul	1.157	0	0	0	952	0	16	0	88	0
Ago	1.287	0	0	0	769	0	8	0	106	0
Set	1.249	0	0	0	1.253	0	10	0	18	0
Out	814	0	20	0	579	0	2	0	13	0
Nov	983	0	9	0	1.242	0	0	0	21	0
Dez	433	0	0	0	501	0	6	0	20	0
TOTAL	12.397	0	68	0	9.960	0	84	0	665	0

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 – Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 5

Período	(P5.6) Número total de Processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão/arquivamento ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.7) Número total de processos de execução não fiscal informados em P5.1 e P5.5 que saíram da meta por suspensão/arquivamento ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P5.8) Número total de processos de execução fiscal informados em P5.2 e P5.6 que saíram da meta por suspensão/arquivamento ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	1	0	2	0	1	0
Fev	3	0	11	0	0	0
Mar	2	0	11	0	1	0
Abr	1	0	2	0	0	0

Mai	0	0	6	0	0	0
Jun	14	0	117	0	4	0
Jul	2	0	161	0	13	0
Ago	7	0	4	0	4	0
Set	0	0	10	0	1	0
Out	1	0	43	0	0	0
Nov	0	0	55	0	1	0
Dez	3	0	24	0	3	0
TOTAL	34	0	446	0	28	0
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%):						87,94
- Execução Fiscal						126,12
- Execução Não Fiscal						87,72

Fonte: Secretariada Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.													
- Número Total de Casos Novos de Execução Não Fiscal (P5.1 + P5.5 - P5.7)													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	44	50	103	38	75	100	101	66	149	132	78	203	1.139
2ª VT Teresina	77	176	380	132	200	201	300	170	129	96	70	6	1.937
3ª VT Teresina	10	56	123	171	134	51	53	55	76	31	186	49	995
4ª VT Teresina	31	121	85	94	260	253	-30	136	86	48	40	4	1.128
VT de Parnaíba	51	282	335	99	138	115	146	206	48	82	284	56	1.842
VT de São Raimundo Nonato	68	97	110	86	123	68	149	153	495	67	80	9	1.505
VT de Picos	10	90	58	11	64	60	100	159	73	54	28	36	743
VT de Corrente	30	64	90	40	83	43	20	49	30	30	24	3	506
VT de Piripiri	48	44	62	16	130	97	86	105	54	92	28	27	789
VT de Floriano	6	53	50	30	57	54	61	36	56	62	30	1	496
VT de Oeiras	71	34	9	23	46	11	16	111	5	11	21	15	373

VT de Bom Jesus	33	54	67	38	47	54	53	14	19	58	70	9	516
VT de Valença	99	1	30	41	60	37	22	121	28	17	6	5	467
VT de Uruçuí	2	12	31	33	50	14	7	8	9	4	4	6	180
TOTAL	580	1.134	1.533	852	1.467	1.158	1.084	1.389	1.257	784	949	429	12.616

Fonte: Secretariada Corregedoria



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.													
- Número Total de Processos de Execução Não Fiscal Baixados Definitivamente (P5.3)-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	31	117	168	63	43	95	29	71	147	56	39	45	904
2ª VT Teresina	65	102	151	111	129	246	286	114	125	58	48	68	1.503
3ª VT Teresina	6	15	32	4	30	14	8	11	11	37	8	11	187
4ª VT Teresina	2	15	65	25	74	155	322	32	343	144	85	31	1.293
VT de Parnaíba	16	32	39	28	52	53	64	85	56	106	107	20	658
VT de São Raimundo Nonato	3	7	17	14	2	104	25	39	17	12	715	63	1.018
VT de Picos	26	65	69	59	10	23	9	47	9	8	0	131	456
VT de Corrente	11	81	234	111	101	116	59	34	173	30	68	14	1.032
VT de Piripiri	38	69	82	54	46	119	35	28	13	39	23	5	551
VT de Floriano	6	61	55	30	28	125	15	44	67	7	34	34	506

VT de Oeiras	75	51	22	43	59	51	15	23	6	0	1	3	349
VT de Bom Jesus	5	67	85	11	60	74	49	97	173	38	19	28	706
VT de Valença	53	11	4	40	55	46	15	123	102	15	85	31	580
VT de Uruçuí	13	10	11	14	23	37	21	21	11	29	10	17	217
TOTAL	350	703	1.034	607	712	1.258	952	769	1.253	579	1.242	501	9.960

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara - Execução não fiscal

Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Cumprimento (recebidos/resolvidos)
1ª VT Teresina	1.139	904	79,37%
2ª VT Teresina	1.937	1.503	77,59%
3ª VT Teresina	995	187	18,79%
4ª VT Teresina	1.128	1.293	114,63%
VT de Parnaíba	1.842	658	35,72%
VT de São Raimundo Nonato	1.505	1.018	67,64%
VT de Picos	743	456	61,37%
VT de Corrente	506	1.032	203,95%
VT de Piripiri	789	551	69,84%
VT de Floriano	496	506	102,02%
VT de Oeiras	373	349	93,57%

VT de Bom Jesus	516	706	136,82%
VT de Valença	467	580	124,20%
VT de Uruçuí	180	217	120,56%
Total	12.616	9.960	78,95%
Resultado da Meta			87,72

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara– Execução fiscal

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.													
- Número Total de Casos Novos de Execução Fiscal (P5.2 + P5.6 - P5.8) -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	1	0	0	0	5	2	0	0	0	4	0	0	12
2ª VT Teresina	2	3	0	1	3	3	1	3	-1	8	0	0	23
3ª VT Teresina	0	2	0	0	0	4	0	0	0	3	0	0	9
4ª VT Teresina	0	0	1	0	0	21	-13	0	0	2	1	-1	11
VT de Parnaíba	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4	0	6
VT de São Raimundo Nonato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
VT de Picos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
VT de Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Floriano	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	5
VT de Oeiras	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

VT de Bom Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Uruçuí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	3	5	2	1	10	33	-11	3	-1	21	8	0	74

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara– Execução fiscal

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.													
- Número Total de Processos de Execução Fiscal Baixados Definitivamente (P5.4) -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	2	0	4	1	0	2	0	3	0	0	0	2	14
2ª VT Teresina	0	2	13	1	1	2	0	1	2	0	0	1	23
3ª VT Teresina	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
4ª VT Teresina	0	2	1	0	1	2	13	1	6	2	0	1	29
VT de Parnaíba	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
VT de São Raimundo Nonato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Picos	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
VT de Corrente	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

VT de Floriano	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VT de Oeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Bom Jesus	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	5
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
VT de Uruçuí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3	7	21	2	3	6	16	8	10	2	0	6	84

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA- SGE

Meta Nacional nº 05/2017 - Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente, com redução proporcional à redução de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

Movimentação por Vara– Execução fiscal

Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Cumprimento
1ª VT Teresina	12	14	116,67%
2ª VT Teresina	23	23	100,00%
3ª VT Teresina	9	2	22,22%
4ª VT Teresina	11	29	263,64%
VT de Parnaíba	6	2	33,33%
VT de São Raimundo Nonato	2	0	0
VT de Picos	2	4	200,00%
VT de Corrente	1	2	200,00%
VT de Piripiri	0	0	0
VT de Floriano	5	1	20,00%
VT de Oeiras	1	0	0

VT de Bom Jesus	1	5	500,00%
VT de Valença	0	2	0
VT de Uruçuí	1	0	0
Total	74	84	113,51%
Resultado da Meta			126,12

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 6 – 1º Grau

Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014*, no 1º Grau.						
Período	(P6.1) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA Excluídos os suspensos até 31/12/2016. (Periodicidade Única)	(P6.2) Número total de Processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2015 (Periodicidade Única)	(P6.3) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA que foram Julgados em 2016 (Periodicidade Única)	(P6.4) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.5) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.6) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)
Jan	53	30	16	0	0	0
Fev				0	0	1
Mar				0	0	0
Abr				0	0	0
Mai				0	0	2
Jun				0	0	1
Jul				0	0	0
Ago				0	0	0
Set				0	0	1
Out				0	0	0
Nov				0	0	1
Dez				0	0	1
Total	53	30	16	0	0	7

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 - Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 6 – 2º Grau

Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015*, no 2º Grau.						
Período	(P6.1) - Número total de Processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, Excluídos os suspensos até 31/12/2016. (Periodicidade Única)	(P6.2) - Número total De processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA que foram Julgado em 2015. (Periodicidade Única)	(P6.3) - Número total de Processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA que foram julgados em 2016 (Periodicidade Única)	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA e não julgados até 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)
Jan	9	0	9	0	0	0
Fev				0	0	0
Mar				0	0	0
Abr				0	0	0
Mai				0	0	0
Jun				0	0	0
Jul				0	0	0
Ago				0	0	0
Set				0	0	0
Out				0	0	0
Nov				0	0	0
Dez				0	0	0
Total	9	0	9	0	0	0

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 03 – Quadro auxiliar de interpretação da Meta 6

Item	Descrição	1º Grau	2º Grau	Total 1º e 2º Graus
1	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2016. (Periodicidade Única)	53	09	62
2	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2016 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
3	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2016 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
4	Total de processos para julgamento (itens 1 + 2 + 3)	53 (98% de 53= 52)	09 (98% de 9= 9)	62 (98% de 62= 61)
5	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2016 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez(Periodicidade Mensal) - JULGADOS EM 2017	07	0	07
6	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA QUE FORAM JULGADOS EM 2015(Periodicidade Única) -JULGADOS EM 2015	30	0	30
7	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIAQUE FORAM JULGADOS EM 2016. (Periodicidade Única) -JULGADOS EM 2016	16	09	25
8	Total de processos julgados em 2015, 2016 e 2017 (itens 5 + 6 + 7)	53	09	62
9	Total de processos que ainda necessitam julgamento para cumprimento da Meta (itens 4 - 8)	0	0	0
10	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretariada Corregedoria.

CUMPRIDA

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2017 – Meta 7 – 1º e 2º Graus

Meta 7 - Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Período	(P7.3) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2016. (Periodicidade Única)		(P7.4) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência.(Periodicidade Mensal)		(P7.5) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P7.6) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por entrarem na situação de suspensão ou por deixarem de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)		(P7.7) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
Jan	3.140	93	219	48	0	0	0	0	201	26
Fev			213	127	0	0	0	0	212	87
Mar			227	118	0	0	0	0	527	116
Abr			149	126	0	0	0	0	271	87
Mai			287	115	0	0	0	0	424	109
Jun			177	133	0	0	0	0	308	131
Jul			190	52	0	0	0	0	422	93
Ago			170	78	0	0	0	0	401	121
Set			152	72	0	0	0	0	423	73
Out			155	147	0	0	0	0	182	93
Nov			257	91	0	0	0	0	225	71
Dez			143	49	0	0	0	0	245	103
Total: 3.233			2.339	1.156	0	0	0	0	3.841	1.110

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 – Quadro auxiliar de interpretação da Meta 07

Item	Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
1	(P7.3) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2016. (Periodicidade Única)	3.140 (63)	93 (2)	3.233 (65)
2	(P7.4) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência (Periodicidade Mensal)	2.339	1.156	3.495

3	Acervo distribuído dos 10 maiores litigantes 2.016 (itens 1+2)	5.479	1.249	6.728
4	META - Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior(item 1 - 2%)	3.077	91	3.168
5	(P7.7) - Quantidade de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade Mensal)	3.841	1.110	4.951
6	Acervo total dos 10 maiores litigantes 2.016 (itens 3-5)	1.638	139	1.777
7	Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta (itens 4-6)	0	48	0
8	Processos julgados além da meta	1.439	0	1.391
9	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%) (6:4)	187,85	65,47	178,28

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

TRT 22ª Região	
Dez maiores litigantes em 31/12/2016	
Posição	Litigante
1	MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES
2	ESTADO DO PIAUÍ
3	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
4	MUNICÍPIO DE LUZILÂNDIA
5	BANCO DO BRASIL S.A.
6	LIMPEL SERVIÇOS GERAIS LTDA
7	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
8	CIVILPORT ENGENHARIA LTDA
9	MUNICÍPIO DE FARTURA DO PIAUÍ
10	SERVI SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

CUMPRIDA

METAS ESPECÍFICAS DE 2017(CSJT)

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Específicas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2017.

JUSTIÇA DO TRABALHO (TRIBUNAIS REGIONAIS E JUÍZES DO TRABALHO)

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO – 1ª INSTÂNCIA - FASE DE CONHECIMENTO

Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016 em:

- 2% - para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias;
- 4% - para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias.

Obs.: adoção de cláusula de barreira a ser calculada com base nos dados de 2016

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO – 2ª INSTÂNCIA

Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016 em:

- 2% - para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias;
- 4% - para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias;
- 9% - para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias.

Obs.: adoção de cláusula de barreira a ser calculada com base nos dados de 2016.

Quadro 01– Desempenho da Meta Específica: Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1c)

Meta Específica - Reduzir o tempo médio de duração do processo 1º GRAU - Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2016 – Fase de Conhecimento. (2% para os que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias em 2016).			
Prazo médio de 2016:172 dias		Meta prevista (Reduzir 2% em 2017):168,56	
Período	Somatório (Data da prolação da sentença/Data do ajuizamento da ação)	Total de Processos com prolação de sentenças	Prazo médio Alcançado
Jan	216.676,32	1.093	198,24
Fev	396.977,92	2.092	189,76
Mar	515.746,27	2.951	174,77
Abr	340.319,70	2.205	154,34
Mai	544.523,85	2.691	202,35
Jun	449.967,12	2.424	185,63
Jul	399.211,38	2.326	171,63
Ago	476.935,04	2.362	201,92
Set	590.302,35	2.817	209,55
Out	391.458,60	2.340	167,29
Nov	486.960,12	2.498	194,94
Dez	415.787,04	1.962	211,92
TOTAL	5.224.897,81	27.761	188,21

Fonte:Secretaria da Corregedoria.

Nota: Em razão da aproximação, o valor total do somatório diverge.

Quadro 02– Desempenho da Meta Específica: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

Meta Específica - Reduzir o tempo médio de duração do processo 2º GRAU - Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2016 (4% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias).			
Prazo médio de 2016:262 dias		Meta prevista (Reduzir 4% em 2017):251,52 dias	
Período	Somatório (Data da baixa/data autuação)	Total de Processos Baixados	Prazo Médio Alcançado
Jan	51.393,50	218	235,75
Fev	152.368,29	729	209,01
Mar	300.053,40	1.020	294,17
Abr	142.969,86	594	240,69
Mai	230.978,65	805	286,93
Jun	137.578,72	584	235,58
Jul	52.248,00	224	233,25
Ago	204.134,38	674	302,87
Set	298.428,30	1.215	245,62
Out	269.386,96	872	308,93
Nov	149.853,28	688	217,81
Dez	75.784,08	276	274,58
TOTAL	2.065.193,55	7.899	261,45

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Nota: Em razão da aproximação, o valor total do somatório diverge

4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT da 22ª Região – PEP 2015/2020

Em cumprimento ao art. 9º da Res. 198/2014/CNJ, o TRT22 realizou em 2017 04(quatro) Reuniões de Análise da Estratégia - RAE para avaliação e monitoramento dos resultados, onde foram apresentados os desempenhos do TRT22 com relação as metas propostas para 2017. O desempenho do TRT22 é apresentado em forma de slides para área fim e administrativa do TRT22. Também é utilizado o Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST, ferramenta disponibilizada pelo CSJT para todos os Tribunais do Trabalho.

Abaixo desempenho geral do TRT22 em 2017 (até 31/12/2017):

TEMA: Celeridade e Efetividade			
Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
1. Índice de Resolutividade Executiva (IREx)	Baixar 85% do número total de casos novos de execução.	95,97%	112,91%
2. Índice de celeridade na fase de conhecimento (1ª Grau)	Reduzir para 158 dias o prazo de duração dos processos	189 dias	80,00%
3. Índice de celeridade na fase de conhecimento (2º Grau)	Reduzir para 180 dias o prazo de duração dos processos	262 dias	54,00%
4. Índice de agilidade na Tramitação dos processos de bens e serviços	50% dos processos dentro do prazo	48,72%	97,44%
TEMA: Valorização das Pessoas			
Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
5. Índice de satisfação com a valorização	Atingir 70% de satisfação (Pesquisa de Clima Organizacional)	74,01%	105,73%

6. Número de ações que promovam o bem-estar e a saúde de magistrados e servidores	Realizar no mínimo 04 ações	06 ações	150%
---	-----------------------------	----------	------

Tema: Cidadania

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
7. Número de pessoas Beneficiadas por ano pelos projetos sociais (capital e interior)	2.210 pessoas beneficiadas	3.819 pessoas beneficiadas	173,00%

Tema: Comunicação Organizacional

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
8. Grau de satisfação do público interno com a comunicação	Atingir 72% de satisfação magistrados e servidores (Pesquisa de Clima Organizacional)	81,05%	112,57%
9. Grau de satisfação do usuário externo com os conteúdos e navegação do portal	Atingir 72% de satisfação dos usuários (Pesquisa de Satisfação dos Usuários).	66,67%	92,60%

Tema: Gestão de Processos

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
-----------	-----------	----------------	--------------------

10. Índice de procedimentos mapeados, aprimorados e implementados.	Realizar no mínimo 04 procedimentos mapeados, aprimorados e implementados.	04 procedimentos mapeados	100%
---	---	---------------------------	------

Tema: Infraestrutura

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
11. Grau de satisfação dos magistrados e servidores com a Infraestrutura	Atingir 89% de satisfação de magistrados e servidores (Pesquisa de Clima Organizacional)	90,26%	101,41%

Tema: Responsabilidade Social

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
12. Número de ações de Responsabilidade socioambiental.	Realizar no mínimo 02 ações de responsabilidade socioambiental	02 ações	100%
13. Índice de compras sustentáveis no almoxarifado.	Atingir 2,8% dos itens do almoxarifado atendendo aos critérios de sustentabilidade	4,92%	112,1%

Tema: Gestão de Pessoas

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
14. Índice de desenvolvimento de servidores	Atingir 77% dos com	46,39%	60,25%

profissional	treinamento mínimo de 30 horas/ano.		
--------------	-------------------------------------	--	--

Tema: Orçamento

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
15. Índice de execução do orçamento	Manter em 98,5% o valor executado sobre o valor total do orçamento.	99,22%	100,73%

Tema: Tecnologia da Informação

Indicador	Meta 2017	Realizado 2017	Desempenho da meta
16. Índice do IGov/ TI (TCU)	Manter o nível aprimorado do IGov/ TI	0,68% (satisfatório)	-

4.1 Projetos e iniciativas:

Seguem abaixo também, além dos projetos e ações implementados em 2017, as estratégias de execução:

01	Ação: Instituir as políticas e diretrizes do modelo de Gestão de Pessoas por Competências
Considerando o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; Resolução CSJT nº 92, de 29 de fevereiro de 2012; Recomendação nº 14, de 19 de setembro de 2012; Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 192, de 8 de maio de 201; Resolução TRT22 n.º 14, de 11 de março de 2015; Resolução n.º 240, de 9 de setembro de 2016, que dispõe em seus artigos 6º e 7º; Ato GP nº 4, de 30 de janeiro de 2017 e as melhores práticas de governança do CNJ, CSJT, TST, TRT da 22ª Região e TCU. Após discussões sobre o tema foi definido as seguintes deliberações:	

	1. Supervisor da Ação: Álvaro Celso Bonfim Resende; 2. Coordenador da Ação: José de Anchieta Araujo Marques; 3. Equipe de Trabalho: SGE: Álvaro/ CGP: Anchieta Araujo, Ana Karine e Celso; 4. Prazo: 24/03/2017; 5. Faz parte: PROG CGP/SDP 002 – Programa: Gestão de Pessoas por Competências.
02	Programas novos e em andamento do Tribunal/CGP
Após discussões entre os presentes foram aprovados os seguintes programas para o ano de 2017: 1) PROG CGP/SBPAS/SAMPO 001– Programa: TRT + SAÚDE a. Patrocinador do Programa: Juiz Gustavo Ribeiro Martins; b. Supervisor do Programa: Álvaro Celso Bonfim Resende; c. Gerente do Programa: José de Anchieta Araujo Marques; d. Prazo: 18/12/2020; e. Formalizar em um PA para melhores encaminhamentos, revisando os documentos já criados. 2) PROG CGP/SDP 002 – Programa: Programa: Gestão de Pessoas por Competência a. Patrocinador do Programa: Juiz Gustavo Ribeiro Martins; b. Supervisor do Programa: Álvaro Celso Bonfim Resende; c. Gerente do Programa: José de Anchieta Araujo Marques; d. Prazo: 18/12/2020; e. Revisar PA e documentos já criados.	
03	Projetos novos e em andamento do Tribunal/CGP
Após discussões entre os presentes foram aprovados os seguintes projetos para o ano de 2017: 1) PROJ CGP/SBPAS/SAMPO 001 – Projeto: Escuta Terapêutica a. Patrocinador do Projeto: José de Anchieta Araujo Marques; b. Gerente do Projeto: Fabíola Veloso Alves Falcão; c. Faz parte: PROG CGP/SBPAS/SAMPO 001 – Programa: TRT + SAÚDE; d. Prazo: 20/12/2017; e. Revisar o TAP e PGP e homologar junto a SGE. 2) PROJ CGP/SBPAS/SAMPO 003 – Projeto: Ginástica Laboral a. Patrocinador do Projeto: José de Anchieta Araujo Marques b. Gerente do Projeto: Teresa Cristina dos Santos Oliveira Monte c. Faz parte: PROG CGP/SBPAS/SAMPO 001 – Programa: TRT + SAÚDE; d. Prazo: 20/12/2017; e. Elaborar o TAP e homologar junto a SGE.	

3) PROJ CGP/SBPAS 004 –Projeto:Aposentadoria Saudável

- a. **Patrocinador do Projeto:** José de Anchieta Araujo Marques
- b. **Gerente do Projeto:** Teresa Cristina dos Santos Oliveira Monte
- c. **Faz parte:** PROG CGP/SBPAS/SAMPO 001 – Programa: TRT + SAÚDE;
- d. **Prazo:** 20/12/2017;
- e. Elaborar o TAP e homologar junto a SGE.

4) PJ CGP/SBPAS 008–Projeto: Projeto Integração

- a. **Patrocinador do Projeto:** José de Anchieta Araujo Marques
- b. **Gerente do Projeto:** Fabíola Veloso Alves Falcão
- c. **Prazo:** 20/12/2017;
- d. **Nome:** PJ CGP/SDPAS 008–Projeto: Projeto Integração;
- e. Elaborar o TAP e homologar junto a SGE.

5) PJ CGP 009 – Projeto: eSocial

- a. Patrocinador do Projeto: Des. Giorgi Alan Machado Araújo
- b. Gerente do Projeto: José de Anchieta Araujo Marques
- c. Prazo: 01/01/2019;
- d. Nome: PJ CGP 009 – Projeto: eSocial;
- e. Elaborar o TAP e homologar junto a SGE.

4.2 Ações Correlatas à atividade fim da SGE

A SGE, visando à implementação das ações no gozo de suas atribuições, concretizou as seguintes ações durante o ano de 2017:

- Elaboração do Relatório de atividades 2016;
- Elaboração, confecção e divulgação de panfletos das Metas Nacionais de 2017 do Poder Judiciário (nos três prédios do TRT22);
- Elaboração, confecção e entrega de calendários para divulgação do Planejamento Estratégico TRT22/ 2015-2020;
- Encaminhamento de memorando à SECOR divulgando o glossário das Metas Nacionais de 2017 do Poder Judiciário;
- Divulgação das atividades e desempenho do PEP TRT22/2015 em encontros e no Portal Colaborativo do e-mail expresso do TRT22;
- Realização da Pesquisa de Clima Organizacional e da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, compilação, análise dos resultados apresentados e divulgação;
- Elaboração do relatório solicitado pelo Controle Interno/TCU informando o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico;
- Coordenação do Subcomitê dos Tribunais de Pequeno Porte articulando com os Tribunais de Pequeno Porte as iniciativas solicitadas pelo CNJ e CSJT;

- Lançamento dos dados das Metas Nacionais no sistema do CNJ e lançamento dos dados das Metas do PEP e do Planejamento Estratégico da JT no SIGEST;
- Compilação e lançamento dos dados no questionário Socioambiental do CNJ;
- Realização em parceria com a EJUD22 do projeto Intercâmbio (Encontro de Diretores de Varas);
- Compilação e elaboração do feedback da Presidência para o diretores de vara no Encontro de Diretores de Varas;
- Preparação, organização e compilação dos dados e slides para as Reuniões de Análise da Estratégia - RAEs;
- Integração das comissões e elaboração das Atas das reuniões dos Comitês de Orçamento e de Priorização do 1º grau;
- Acompanhamento dos trabalhos dos Encontros de Diretores de Varas;
- Contabilização dos prazos de duração dos processos da área administrativos em planilha específica;
- Atualização no sítio do TRT22 das iniciativas das áreas da Gestão Estratégica;
- Elaboração de matérias a serem veiculadas na intranet e internet sobre as iniciativas da área de Gestão Estratégica.

Cursos oferecidos aos magistrados e servidores do TRT22:

- 17/01 Semana de Formação Continuada: Desempenho do TRT22 com relação às metas nacionais e do PEP 2017;
- 10/04 Apresentação da matriz SWOT (Programa de Desenvolvimento de Líderes);
- 07/07 Apresentação "Governança para Resultados" (Programa de Desenvolvimento de Líderes);
- 04/08 Videoconferência com os Tribunais de Pequeno Porte da Justiça do Trabalho;
- 22/08 Semana de Formação Continuada: Consulta pública de magistrados e servidores - (PIME).

Cursos recebidos pelo integrantes da Gestão Estratégica:

- 16 a 20/01 Semana de Formação Continuada: Desempenho do TRT22 com relação às metas nacionais e do PEP 2017/EJUD22;
- 20 e 21/02 "Panorama orçamentário integrado ao SIGEO e Governança Corporativa"/ EJUD22
- 24/04 Assédio moral/ EJUD22;

- 22/05 Programa de Desenvolvimento de Líderes;
- 22 a 25/05 Álvaro - Participação no Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições (Foz do Iguaçu/PR);
- 20 a 22/06 Lília - IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário do TCU, em BSB;
- 18/07 e-Social no TRF;
- 21 a 25/08 - Semana de Formação Continuada (RAE e consulta pública de magistrados e servidores);
- 22/09 Programa de Desenvolvimento de Líderes: Conceição e Pizzato;
- 07/11 Aquisições TCU.

Participações em eventos pelos integrantes da Gestão Estratégica:

- 07 a 09/02 - Álvaro: Coleprecor, em Brasília-DF;
- 06 e 07/04 - Álvaro: Reunião CSJT, em Brasília-DF;
- 25 a 27/04 - Álvaro: Encontro Diretores Gerais, em Brasília-DF;
- 22 a 26/05 - Álvaro: Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, em Foz do Iguaçu/PR;
- 20 a 22/06 - Lília - IV Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário do TCU, em Brasília-DF;
- 27 e 28/06 - Álvaro/Kaplann - 2ª REUNE-JT, em Brasília-DF;
- 08 a 10/08 - Álvaro: Encontro Diretores Gerais, em Brasília-DF;
- 23 a 24/08 - Álvaro: Reunião no CSJT, em Brasília-DF;
- 03 a 05/09 - Álvaro/Kaplann: Reunião Preparatória do XI Encontro Nacional do PJ, em Brasília-DF;
- 26 a 28/09 - Álvaro: Encontro Diretores Gerais, em Vitória-ES;
- 18 a 20/10 - Álvaro: Trabalho Seguro - CSJT, em Brasília-DF;
- 24 a 26/10 - Álvaro: Coleprecor / Encontro Diretores Gerais, em Curitiba-PR;
- 24 a 26/10 - Kaplann: Coleprecor e Encontro da GE/CSJT, em Curitiba-PR;
- 19 a 23/11 - Álvaro: XI Encontro Nacional do PJ e Encontro Diretores Gerais, em Brasília-DF;
- 27 a 30/11 - Álvaro: Encontro Socioambiental, em Brasília-DF;
- 10 a 12/11 - Anchieta: Visita às VTs de Parnaíba e Piripiri/PI.

TÍTULO IX

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SEJ

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com a estrutura organizacional definida no Regulamento Geral desta Corte, na redação dada pela Resolução Administrativa nº 120/2016, a Secretaria Judiciária encontra-se diretamente subordinada à Presidência, apresentando a seguinte estrutura básica:

- Seção de Recursos;
- Seção de Cálculos;
- Seção de Precatórios;
- Subseção de Atendimento ao Público;
- Seção de Arquivo;
- Seção de Acórdão e Jurisprudência;
- Seção de Protocolo e Distribuição.

2. ATIVIDADES ROTINEIRAS DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

Ao longo do ano de 2017, a Secretaria Judiciária passou a contar com os setores SEÇÃO DE ARQUIVO, SEÇÃO DE PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO e SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA, com o desempenho das seguintes tarefas:

2.1 – Seção de Precatórios

- Expedição de notificações, ofícios em geral e certidões;
- Expedição de requisição de pagamento;
- Devolução à origem de precatórios quitados;
- Acompanhamento das Requisições de Pequeno Valor da União Federal;
- Elaboração mensal da lista de pagamento do Estado e controle de pagamento dos precatórios;
- Expedição de alvarás judiciais e controle na sua liberação;
- Controle do recolhimento dos tributos dos precatórios;

- Elaboração do relatório para a confecção da DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) a ser encaminhado anualmente aos entes públicos;
- Juntada de documentos aos processos;
- Encaminhamento de processos à Presidência e outros setores para apreciação;
- Certificação de prazos processuais;
- Juntada de ofícios recebidos das instituições financeiras referentes aos pagamentos efetuados em relação aos precatórios;
- Alimentação, pagamento e quitação dos processos na modalidade PJE.
- Auxílio ao Juízo Conciliador de Precatórios, mormente nas audiências realizadas, conforme Ato GP Nº 51/2011 que introduziu o Juízo Conciliador de Precatórios ;
- Acompanhamento e baixa nos CPP's (Controle de Pagamento Parcelado dos Precatórios dos Municípios) dos valores liberados mensalmente, inclusive nos municípios em que houve conciliação;
- Lançamento no relatório de Controle de pagamento, de todos os alvarás liberados pelos Municípios;
- Elaboração de relatórios para o TCU;
- Elaboração de Relatórios para o CNJ;
- Elaboração de relatórios dos precatórios quitados junto aos Municípios;
- Prestação de informações para as correções anuais;
- Carga de processos físicos.

2.1.1 – Seção de Cálculos

- Auxiliar a Secretaria Judiciária na inclusão dos precatórios da União em programa fornecido pelo Tribunal Superior do Trabalho, em meados de junho de cada ano, para fins de requisição de pagamento via orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme legislação pertinente;
- Revisão e atualização dos cálculos antes dos pagamentos dos precatórios, nos casos de precatórios já requisitados e que ainda não tenham sido revisados;
- Prestar, nos autos dos processos, informações à Presidência quanto a erros encontrados nos cálculos, elaborando, quando possível, novas planilhas com as devidas retificações;
- Prestar informações pessoalmente à Presidência, Desembargadores, seus Assessores e servidores do Tribunal a respeito de cálculos;

- Esclarecer, quando necessário, dúvidas das partes, advogados e público em geral a respeito dos cálculos;
- Atualizar os cálculos dos precatórios do Estado do Piauí que serão pagos mensalmente, incluindo-se imposto de renda e previdência, observando-se as particularidades de cada um (formas de parcelamentos, ordem de pagamento de precatórios com vários exequentes, apuração de honorários contratuais, divisão do valor dos honorários entre dois ou mais advogados etc.);
- Elaborar os cálculos de custas, multas e honorários advocatícios nos processos de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;
- Atualizar os cálculos dos precatórios dos Municípios do Estado do Piauí que serão pagos no mês, incluindo-se imposto de renda e previdência, de acordo com as peculiaridades de cada um (acordos, parcelamentos, formas de pagamento etc.);
- Atualizar os cálculos dos precatórios da União, incluindo-se imposto de renda e previdência, quando da disponibilização dos valores incluídos;
- Manutenção nos sistemas APT, APT-virtual e PJE das atividades realizadas.
- Atualização periódica da base de dados auxiliar dos Cálculos (Tabelas de Correção Monetária Trabalhista e Previdenciária, SELIC, Salário Mínimo, legislação etc.).

2.2 – Seção de Recursos - Modalidade: processos físicos, virtuais e PJE

- Certificação de processos do recurso com petição;
- Expedição de certidões externas da seção de recurso;
- Recebimento de processos com lançamento de prazos;
- Elaboração de Mandados; Notificações, Ofícios e Alvarás;
- Juntada de petições;
- Encaminhamento de processos aos Gabinetes e demais setores;
- Recebimento de processos e lançamento no APT-2 dos Prazos.
- Elaboração de notificações pessoais(AGU, PGF, PFN e DPU);
- Certificação de prazo nos processos, em que não houve manifestação das partes;
- Certificação de publicação de processos no DJT;
- Juntada de Aviso de Recebimento das correspondências expedidas e encaminhadas, via Correios, referente às notificações e intimações;
- Certificação de processos (tempestividade de Agravo de Instrumento, Recursos de Revista, Recursos Ordinários, manifestação aos embargos,

Embargos de Declaração, Contraminuta de Recursos e Contraminuta de Petições.

2.2.2 – Subseção de Atendimento ao Público

Servidores, quer da Seção de Recursos, quer da Seção de Precatórios, prestam atendimento de balcão aos jurisdicionados e público em geral que vêm em busca de informação acerca de processos, bem como a concessão e baixa de carga de processos aos advogados.

2.3 - Seção de Arquivo Geral

A Seção de Arquivo Geral funciona na Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. É responsável pelo arquivamento dos processos judiciais da capital que estão em fase de arquivamento definitivo ou fase de arquivamento intermediário e recebe também processos das Varas Federais do Trabalho do interior que já cumpriram sua fase de arquivamento definitivo/intermediária e que não foram descartados para que integrem o acervo de arquivo permanente da instituição. Também é responsável pelo arquivamento de todos os processos e documentos administrativos inclusive os que estão tramitando em meio digital, administrativos e judiciais. É missão, também, cuidar do patrimônio documental/histórico/cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, tornando-o acessível a quem dele necessitar. Para desenvolver suas atividades a Seção conta com dois funcionários.

Serviços prestados:

- I) Orientação aos setores na organização dos arquivos correntes;
- II) Orientação ao público interno na utilização dos instrumentos de gestão documental;
- III) Recebimento de processos judiciais das varas da capital e do interior nos casos já especificados;
- IV) Recebimentos de processos do trt;
- V) Recebimento de processos administrativos;
- VI) Recebimento de documentos administrativos;
- VII) Conferência dos documentos e processos recebidos;
- VIII) Preparação: limpeza, catalogação e acondicionamento nas caixas/pastas, dos processos e documentos recebidos;
- IX) Recebimento, catalogação e acondicionamento dos áudios e vídeos do tribunal;
- X) Recebimento, catalogação e acondicionamento das fotografias do tribunal;
- XI) Disponibilização de documentos para consulta;
- XII) Orientação ao usuário externo na pesquisa de documentos;

- XIII) Disponibilização de cópias de processos e documentos ao usuário;
- XIV) Alimentação do bando de dados da seção;
- XV) Limpeza e higienização do depósito de documentos;
- XVI) Criar e desenvolver projetos de exposição do acervo institucional para fins de preservação e divulgação da memória institucional;
- XVII) Fazer o descarte de documentos e processos quando for o caso.

O Arquivo Geral é composto por processos judiciais e administrativos, documentos administrativos: portarias, resoluções, atos, boletins internos, assentamentos funcionais, memorando, ofícios, fotografias, cd's. Acórdãos, Diários da justiça do Trabalho, atas, sentenças, livros de registro de audiências, livros de registro de reclamantes e reclamados, fichas de movimentação de processos, registro de audiências, registros de servidores, juízes, desembargadores e juízes classistas; registro de estatística das Varas além de objetos bi/tridimensionais - medalhas etc.

2.4 – Seção de Acórdão e Jurisprudência

De acordo com a Resolução Administrativa nº 120/2016, que aprovou o Regulamento Geral deste Regional, à Seção de Acórdão e Jurisprudência compete:

- I) Alimentar a base eletrônica de jurisprudência do TRT da 22ª Região, com os acórdãos publicados;
- II) Efetuar, mensalmente, o controle estatístico pertinente à lavratura e publicação dos acórdãos para subsidiar a emissão de relatórios;
- III) Emitir, mensalmente, o relatório estatístico contendo os dados relativos à produtividade dos Desembargadores do Tribunal com a lavratura dos acórdãos para posterior encaminhamento à Corregedoria;
- IV) Fornecer às partes diretamente interessadas ou a seus representantes, quando solicitado, cópias dos acórdãos publicados ou das ementas;
- V) Fornecer matéria para divulgação na Revista do Tribunal, além de prestar colaboração direta e permanente à sua edição;
- VI) Selecionar, quando determinado, as ementas e os acórdãos para publicação na Revista do Tribunal;
- VII) Cumprir as obrigações estipuladas nos acordos de cooperação firmados entre o TRT da 22ª Região e as Editoras, quanto ao envio dos acórdãos;
- VIII) Executar outras atividades correlatas, determinadas pela chefia imediata.

2.5 – Seção de Protocolo e Distribuição

À Seção de Protocolo do TRT da 22ª Região, compete: protocolar, registrar os documentos recebidos, de caráter judiciário ou administrativo, bem

como expedir toda a correspondência do Tribunal e emitir certidões de feitos trabalhistas relacionados aos processos de 2ª Instância da Justiça do Trabalho. Ela é, de acordo com o Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, subordinada à Secretaria Judiciária – SEJ.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2017

ATIVIDADES	TOTAL
ALVARÁS EXPEDIDOS	1723
CARGAS DE PROCESSOS PARA ADVOGADOS	0054
DESPACHOS PUBLICADOS NO DeJT	1532
MANDADOS EXPEDIDOS	0061
NOTIFICAÇÕES	0077
PROCESSOS TRAMITADOS DE OUTROS SETORES	8968
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS	1452
REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO RECEBIDAS	1452
PRECATÓRIOS QUITADOS	0813
PRECATÓRIOS REMETIDOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS	3081
RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS	4851
PROCESSOS TRABALHISTAS CONSULTADOS NO BALCÃO DO ARQUIVO	0398
FOTOCÓPIAS DE PROCESSOS TRABALHISTAS FORNECIDAS SEM CUSTO PARA O USUÁRIO	2957
FOTOCÓPIAS FORNECIDAS COM CUSTO PARA O USUÁRIO	3635
VALORES ARRECADADOS COM DARF REFERENTE A CÓPIAS FORNECIDAS AO USUÁRIO	1.017,80
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS VIRTUAIS. GESTORE-PAE.	082
SOLICITAÇÕES DE DESARQUIVAMENTO ATENDIDAS	271
PETIÇÕES RECEBIDAS – GERAL	570
PETIÇÕES RECEBIDAS – ELETRÔNICAS	635
PETIÇÕES RECEBIDAS - PROTOCOLO ADMINISTRATIVO	378

CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS - CARTAS SIMPLES	401
CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS - CARTAS REGISTRADAS	1.710
CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS – SEDEX	040
CERTIDÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS	120
PUBLICAÇÃO DE ACORDÃOS	9707
ACORDÃOS PENDENTES DE PUBLICAÇÃO	0456
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES MONOCRÁTICAS	0541
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – AÇÕES ORIGINÁRIAS	0413
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – RECURSOS	8308
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – POR VINCULAÇÃO	000
PROCESSOS COM DISTRIBUIÇÃO CANCELADA	0006
PROCESSOS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO	0184
PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS	0621

3. COORDENADORIA DO PLENO

- Ofícios Expedidos	250
- Notificações	798
- Intimações	04
- Resoluções Administrativas	101
- Sessões Ordinárias	22
- Sessões Extraordinárias	2
- Sessões Administrativas	25
- Sessões Solenes	02
- Audiências de Conciliação de Dissídios Coletivos	13
- Certidões de Julgamento	560
- Memorandos Expedidos	08
- Memorandos Circulares Expedidos	27
- Requisição de Material	06
- Pautas de Julgamento Publicadas	32
	105

- Ofícios Recebidos	02
- Memorandos Recebidos	00
- Memorandos Circulares Recebidos	05

4. COORDENADORIA DAS TURMAS

- Intimações	6
- Memorandos Circulares Expedidos	5
- Memorandos Circulares Recebidos	40
- Memorandos Expedidos	20
- Memorandos Recebidos	4
- Notificações	9
- Ofícios Expedidos	0
- Ofícios Recebidos	11
- Pautas de Julgamento Publicadas	155
- Requisição de Material	11
- Sessões Ordinárias 1ª Turma (Sistema Legado e PJE)	35
- Sessões Ordinárias 2ª Turma (Sistema Legado e PJE)	36
- Sessões Extraordinárias 1ª Turma 4 (Sistema Legado e PJE)	
- Sessões Extraordinárias 2ª Turma 3 (Sistema Legado e PJE)	
* Certidões de Julgamento – Sistema Legado (APT virtual) 706	

OBS's:

* Certidões de julgamento - O sistema PJE não possui certidão de julgamento.

TÍTULO X

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - DGA

Durante o exercício de 2017, a Diretoria-Geral de Administração deu seguimento às atividades voltadas às funções administrativas deste Regional, tais como o planejamento, orientação, coordenação e controle da instituição e das unidades que compõem sua estrutura organizacional.

Consoante a determinação contida no art. 1º do Ato GP nº 19/2013, a DGA exerceu a função precípua de ordenador de despesas, assim como a função de fazer a relação entre o TRT22 e outras instituições públicas e privadas em questões administrativas.

Este relatório vem demonstrar, de maneira sintética, o trabalho desenvolvido na área administrativa do TRT22 durante o exercício de 2017.

COMPOSIÇÃO FUNCIONAL:

Nos termos da Resolução Administrativa nº 73/2012, a Diretoria-Geral de Administração tem a seguinte composição:

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS-CSG
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS-CGP
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA-CML
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS-CFIN
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO-CCI

O setor da Diretoria Geral de Administração é composto pela Diretoria-Geral de Administração, uma Chefia de Serviços e quatro servidores de apoio, objetivando um trabalho célere e efetivo, e atendendo a demandas de todos os setores deste TRT-22.

DINÂMICA OPERACIONAL:

No âmbito de sua competência, a DGA participou de vários desafios administrativos durante o ano de 2017, provocando questionamentos e propondo caminhos a serem seguidos e resoluções desses desafios, mediante debates e

reuniões junto aos setores administrativos, à Presidência, TST, CSJT, CNJ e outros órgãos.

Segue abaixo demonstrativo dos documentos produzidos na DGA, revelando a dinâmica operacional do setor:

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	
Ofícios DGA expedidos	103
Editais	25
Memorandos enviados	15
Memorandos circulares expedidos	06
Portarias DGA	879

OBRA DO EDIFÍCIO-SEDE

As obras de construção da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região – Piauí – iniciaram-se em 2006, com os serviços de regularização do terreno. Em função de questões orçamentárias, os recursos disponíveis nos orçamentos anuais não foram suficientes para que executassem etapas mais completas. Em 2013 uma nova etapa foi iniciada, que culminou com a execução de todas as edificações anexas e a construção da torre principal, executando-se sua estrutura por completo e seu revestimento externo, cuja etapa foi concluída em meados de julho/2017.

Nova etapa foi licitada, com os recursos já garantidos pelo CSJT, cujo objeto foi o de finalizar a construção da torre principal e das áreas de urbanização, áreas comuns e áreas de convivência no térreo, para ao final, toda a estrutura administrativa e 1ª e 2ª instâncias do Tribunal, hoje espalhadas por três prédios, serem alocadas em uma única edificação, o que certamente tornará a administração do Órgão mais facilitada e propiciará melhorias no atendimento à população que se utiliza da Justiça Laboral.

O valor desta etapa licitada, adjudicada a favor da empresa SOFERRO, já foi executada no importe de R\$ 6.889.999,99 no exercício de 2017, restando R\$ 15.000.000,00 para o exercício de 2018.

TÍTULO XI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIROS - CPL

As principais atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, Pregoeiros(a) e Equipe de Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região no exercício de 2017 foram:

01 - Manutenção e atualização da legislação relativa ao procedimento licitatório.

02 - Emissão de informações, esclarecimentos, avisos sobre os procedimentos das licitações e outros correlatos.

03 - Elaboração de editais de licitação, providências relativas às publicações no DOU e divulgação em jornal local.

04 - Realização de licitações para compras, obras e contratação de serviços de qualquer natureza, nas modalidades licitatórias concorrência pública, pregões eletrônico e presencial, observadas as formalidades legais vigentes.

05 - Análise da documentação de habilitação preliminar de fornecedores e prestadores de serviço bem como propostas de preços inicial e final.

06 - Promoção, quando necessário, de diligências junto aos fornecedores e prestadores de serviço.

07 - Realização das sessões de abertura das propostas e disputa de lances.

08- Análises e julgamentos das propostas, análises de amostras e decisões de recursos.

09- Análises e julgamentos dos pedidos de esclarecimentos e impugnações de editais.

10-Adjudicação do objeto da licitação aos respectivos vencedores (exceto quando houve interposição de recurso);

11 – Divulgação dos editais e seus anexos no sítio do TRT22, visando dar maior publicidade aos certames .

12- Subsidiar a Administração de todos os dados relativos às licitações concluídas e em andamento.

Para melhor subsidiar a Administração, espelho das licitações realizadas no ano de 2017.

1 - PREGÃO PRESENCIAL

PREG n.º 01/2017

Processo n.º 754 /2016

Objeto: Fornecimento de alimentação do tipo “*coffee break*”, incluindo os serviços correlatos e de suporte nos eventos, promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região por meio da Escola Judicial (EJUD22), tais como solenidades, seminários, encontros, reuniões, palestras, cursos, conferências, treinamentos, oficinas, “*workshops*” e outros eventos.

2 - PREGÕES ELETRÔNICOS

PREG ELETR n.º 01/2017

Processo n.º 591/2016

Objeto: Aquisição de 467 (quatrocentas e sessenta e sete) doses de vacina contra a gripe, sem gesto vacinal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

OBS: LICITAÇÃO DESERTA

PREG ELETR n.º 02/2017

Processo n.º 25/2017

Objeto: Registro de preços para fornecimento, de forma parcelada, de gêneros alimentícios (chá, café, açúcar e água mineral), por 6 meses, prorrogáveis por igual período, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 03/2017

Processo n.º 422/2016

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de tecnologia da informação, abrangendo a execução de rotinas periódicas, orientação e esclarecimento de dúvidas e recebimento, registro, análise, diagnóstico e atendimento de solicitações de usuários (Service Desk).

PREG ELETR n.º 04/2017

Processo n.º 591/2017

Objeto: Aquisição de 467 (quatrocentas e sessenta e sete) doses de vacina contra a gripe, sem gesto vacinal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos (REPETIÇÃO).

PREG ELETR n.º 05/2017.

Processo n.º 88/2017

Objeto: Prestação de Serviço de Vigilância Eletrônica à distância (monitoramento remoto) com fornecimento dos equipamentos necessários para instalação de sistemas de alarme e cerca elétrica para as unidades da Justiça do Trabalho no Piauí.

PREG ELETR n.º 06/2017.

Processo n.º 98/2017

Objeto: Aquisição de garrafeiras (caixa plástica para garrafões de 20 l) e garrafões vazios de 20l para água mineral.

PREG ELETR n.º 07/2017.

Processo n.º 831/2015

Objeto: Execução de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e consumíveis, pelo período de 12 (doze) meses, aos equipamentos pertencentes ao ambiente físico seguro do Centro de Processamento de Dados (*Datacenter*) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, composto pelo ambiente Sala-Cofre certificada, conforme norma ABNT-NBR 15.247.

PREG ELETR n.º 08/2017.

Processo n.º 647/2016

Objeto: Aquisição de material farmacológico e de consumo odontológico.

PREG ELETR n.º 09/2017.

Processo n.º 294/2017

Objeto: Registro de Preços (SRP) para fornecimento, de forma parcelada, de impressos (envelope e bloco receituário), por um ano, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 10/2017

Processo n.º 353/2017

Objeto: Aquisição de garrafeiras (caixa plástica para garrações de 20 litros).

PREG ELETR n.º 11/2017.

Processo n.º 306/2017

Objeto: fornecimento de memórias para serem usadas em servidores da marca Supermicro modelo 6027R-E1R12N, para atender à demanda do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região- TRT 22, por um ano, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 12/2017.

Processo n.º 432/2017

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para eventual fornecimento de estabilizadores e nobreaks, de forma parcelada, por um ano, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 13/2017.

Processo n.º 158/2017

Objeto: prestação de serviço de jardinagem nos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região localizados em Teresina, conforme especificações e condições constantes no termo de referência, anexo I do edital.

PREG ELETR n.º 14/2017.

Processo n.º 266/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos de segurança, por 12 meses, conforme especificações, condições e quantidades constantes Anexo I - Termo de Referência.

PREG ELETR n.º 15/2017.

Processo n.º 380/2016

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes destinados aos diversos setores deste Tribunal, conforme quantitativo, especificações e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 16/2017.

Processo n.º 495/2017

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de suprimentos de informática (toneres e cilindros) para suprir o estoque do Tribunal Regional do

Trabalho da 22ª Região – TRT22, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 17/2017.

Processo n.º 564/201

Objeto: Contratação de empresa para executar, sob regime de execução indireta e empreitada por preços unitários, a reforma da sede da Vara do Trabalho de Parnaíba.

PREG ELETR n.º 18/2017.

Processo n.º 568/2017

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material de expediente (papel A4) e cordões para uso em crachás de servidores e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região- TRT 22, por um ano, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 19/2017.

Processo n.º 414/2016

Objeto: Contratação de empresa para executar, sob regime de execução indireta e empreitada por preços unitários, os serviços de reforma nas instalações da sede da Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato.

PREG ELETR n.º 20/2017.

Processo n.º 522/2017

Objeto: Aquisição de equipamentos para instalação de sistema eletrônico de circuito fechado de Televisão (CFTV), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital.

PREG ELETR n.º 21/2017

Processo n.º 508/2017

Objeto: Prestação de serviços de desinstalação e instalação de condicionadores de ar do tipo split em ambientes situados nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região- TRT 22, com fornecimento de equipamentos e insumos necessários para a execução do serviço, por um ano, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

LICITAÇÃO SUSPENSA

PREG ELETR n.º 22/2017

Processo n.º 602/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual de serviços gráficos (calendários/outdoors), a serem utilizados nas etapas da execução do projeto “DIVULGAR É PRECISO”, nos exercícios de 2018 e 2019, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

PREG ELETR n.º 23/2017

Processo n.º 561/2017

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material de informática com o objetivo de atender a demanda dos diferentes setores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, bem como para manutenção de equipamentos defeituosos fora de garantia, conforme quantitativo, especificações e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

LICITAÇÃO INICIADA EM 2018. ENCONTRA-SE NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

PREG ELETR n.º 24/2017

Processo n.º 584/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para **efetuar a recarga de extintores, fornecimento de materiais e peças de reposição dos componentes dos extintores instalados nos prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região** e nas quantidades informadas no anexo “A”, condições e exigências contidas no Termo de Referência.

LICITAÇÃO DESERTA

TÍTULO XII

SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

1. As atividades realizadas pela Seção de Contratos e Convênios, no exercício de 2017, foram as seguintes:

- Confecção de minutas de contratos, para aquisição de materiais permanentes, de consumo e contratação de serviços de terceiros, convênios, termos de cessão, acordos de cooperação técnica e respectivos termos aditivos;
- Lavratura de contratos, atas de registros de preços, convênios e respectivos termos aditivos e apostilamentos;
- Confecção de extratos de contratos, atas de registro de preços, termos aditivos e convênios, para publicação no D.O.U., e respectivas certificações;
- Atualização das fichas dos contratos e assinaturas de revistas, jornais e periódicos;
- Controle das datas de vencimento dos contratos e assinaturas e representação do término dos contratos a vencer.
- Análise de planilhas de custo para fins de repactuação;
- Manifestações sobre repactuações, reajustes e revisões;
- Publicações de outras matérias de interesse do TRT 22ª Região na Imprensa Nacional.
- Envio de informações sobre contratos e convênios a título de cooperação com outros órgãos.

2. As atividades descritas no item anterior geraram os quantitativos abaixo:

Modalidade	Quant.
Termos de Cessão de Uso (Formalizados)	2
Termos de Cessão de Uso (Pendentes)	2
Termos de Contratos	30
Termos Aditivos	17
Atas de Registro de Preços	40
Acordos de Cooperação	20

Modalidade	Quant.
Apostilas	26
Análise de planilhas de custos	132
Manifestações sobre repactuações	6
Publicações	109
Proposições Administrativas	16
Periódicos/Plataformas (títulos)	26
Ofícios	57
Memorandos	13

TÍTULO XIII

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS - GCS

As ações da Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG – englobam o planejamento das contratações de serviços relacionados à sua atividade, a coordenação, acompanhamento e fiscalização dos seguintes contratos: manutenção predial, manutenção dos sistemas de climatização, serviços de telefonia, manutenção de elevadores, limpeza e conservação, jardinagem, recepção, copeiragem e garçom, fornecimento de água canalizada, fornecimento de energia elétrica, controle de pragas urbanas, fiscalização de controle dos sistemas de combate a incêndio, etc.

A CSG é dispões de uma a Seção de Manutenção Geral, com três subseções.

A seguir, relacionam-se as ações de maior relevância realizadas no ano de 2017, organizadas conforme suas respectivas unidades.

COORDENADORIA

A Coordenadoria de Serviços Gerais desenvolveu atividades rotineiras, destacando-se:

- Planejamento de Contratações e de prorrogação dos contratos de natureza continuada cuja continuidade era mais vantajosa que uma nova contratação;
- Elaboração de Termos de Referencia: documentos utilizados para subsidiar a Administração na contratação de serviços comuns;
- Análise de propostas: as propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de serviços relacionados às atividades da CSG;
- Encaminhamento mensal de dados para a unidade de gestão ambiental;
- Gestão e fiscalização dos contratos; - Elaboração, integrada às seções/subseções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas e redução de tempo despendido;

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO GERAL

Compete a Seção de Manutenção Geral os serviços de restaurações e consertos nos bens imóveis, sistemas de ar condicionado, energia elétrica, grupos geradores, subestações, água e esgoto prediais, sistemas de combate a incêndio, elevadores e portões automáticos, efetuados de forma direta ou terceirizada.

A Seção de Manutenção também executa vistorias periódicas com a finalidade de efetuar serviços preventivos, além de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos pertinentes aos serviços de sua competência.

SUBSEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato celebrado com a empresa Thyssenkrup Elevadores, responsável pela manutenção de quatro elevadores;
- Vistorias de rotina nas diversas dependências do Tribunal e Varas da capital e interior;
- Atendimentos a solicitações de serviços de manutenção em eletricidade;
- Atendimentos a solicitações de serviços de reparos na rede hidrossanitária, metais, louças sanitárias e demais componentes do sistema;
- atendimento à solicitações de serviços de manutenção civil;

SUBSEÇÃO DE ZELADORIA

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato de serviços de limpeza e conservação, recepção, copeiragem e garçom;
- Gerenciamento do fornecimento de energia elétrica aos prédios do TRT22;
- Gerenciamento do contrato de fornecimento de água canalizada;
- Gerenciamento do contrato de serviços de controle de pragas urbanas nas instalações do TRT22;
- Criação de diversos modelos de placas para uso nas instalações do TRT22;
- Criação de diversos modelos de banners;
- Criação de calendário do TRT22;
- Criação de diversos cartazes para o TRT22;
- Criação de diversas logomarcas para variados setores deste TRT22;
- Vistorias de rotina nas diversas dependências do Tribunal e Varas da capital e interior;
- Auxiliar na realização do Inventário do TRT22.

- Especificação de mobiliário.

SUBSEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Em cumprimento às suas atribuições, promoveu as seguintes realizações:

- Gerenciamento do contrato de serviços de manutenção dos condicionadores de ar das Varas do Trabalho do interior do Estado;
- Gerenciamento do contrato de serviços de manutenção dos condicionadores de ar dos prédios sede, Fórum Trabalhista de Teresina e Complexo Administrativo;
- Gerenciamento do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa nas Varas do Trabalho do interior do Estado;
- Gerenciamento do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa nos prédios Sede, Fórum Trabalhista de Teresina e Complexo Administrativo;
- Gerenciamento do contrato de prestação de serviço de telefonia na modalidade Longa Distância Nacional;
- Gerenciamento do contrato de prestação de serviço de telefonia móvel pessoal;
- Gerenciamento da Ata de Registro de preço de prestação de serviço de instalação/ desinstalação de aparelhos de ar condicionado;
- Gerenciamento da Ata de Registro de preço de aquisição de aparelhos condicionadores de ar;
- Elaboração de Termos de Referência/Projetos Básicos, para a contratação dos serviços pertinentes à Subseção;

CUSTO COM A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERIDAS PELA CSG

ATIVIDADE E VALOR ANUAL

- Controle de pragas urbanas 20.266,92
- Limpeza e conservação (serviço) 790.674,04
- Aquisição de material de limpeza 73.357,52
- Copeiragem e garçom 140.078,62
- Recepção 268.970,25
- Manutenção de prédios 370.528,94
- Manutenção de elevadores 38.198,43

- Manutenção de condicionadores de ar - Varas do Trabalho do interior do Estado 128.300,00
- Manutenção de condicionadores de ar dos prédios de Teresina 78.673,00
- Fornecimento de água canalizada 103.236,81
- Fornecimento de energia elétrica 1.077.485,76
- Instalação/desinstalação de condicionadores de ar capital e interior do Estado 35.025,62
- Serviço de telefonia fixa - Varas do Trabalho do interior do Estado 20.012,39
- Serviços de telefonia fixa - Teresina 20.256,13
- Serviço telefônico de Longa Distância Nacional 24.333,39
- Serviço telefônico Móvel Pessoal 22.258,25

Valor Total em R\$ 3.211.656,07.

TÍTULO XIV

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - CGP

Durante o exercício de 2017 foram realizadas atividades de Gestão de Pessoas, inerentes às competências do cargo, as quais sejam: coordenar, orientar, controlar e supervisionar os trabalhos realizados por Assistente-Chefe de Seção, Assistente de Setor e demais servidores e estagiários lotados na Coordenadoria.

SEÇÃO DE CADASTRO, FREQUÊNCIA E TEMPO DE SERVIÇO - SCFTS

As atividades da Seção de Cadastro, Frequência e Tempo de Serviço - SCFTS estão relacionadas com a apuração de frequência, tempo de serviço e a permanente atualização dos assentamentos individuais dos servidores e do Quadro de Pessoal deste Regional;

Esta Seção trabalha diretamente com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, através do Sistema de Recursos Humanos – SRH implantado neste Tribunal para melhor atender as demandas de diversos setores. Desta forma, comunica-se, de imediato, àquela Coordenadoria, para os devidos fins, quaisquer alterações na vida funcional dos servidores que importem na perda ou aquisição de vantagens.

Além dessas atividades a referida seção desempenhou com zelo e dedicação as seguintes atribuições:

- procedeu à identificação e matrícula de Servidores e expediu carteiras de identidade funcional e crachás;
- manteve o controle da frequência e alterações relativas aos servidores à disposição, fornecendo-os aos órgãos de origem;
- apurou e manteve o controle de frequência dos servidores, inclusive dos que estavam à disposição de outros órgãos, com ou sem ônus para o Tribunal, comunicando quaisquer alterações, relativamente aos cedidos com ônus para o Tribunal, à Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- controlou os dados pessoais dos servidores para efeito de posse e lavrou os respectivos termos;
- recebeu e analisou a documentação necessária à posse e/ou exercício de servidores;
- procedeu às averbações, nas pastas de assentamentos individuais, de todos os Atos, Portarias, Ordens de Serviço, Frequências, Títulos, Tempo de Serviço, etc., relativos a cada servidor;
- expediu certidões de tempo de serviço e certidões diversas e declarações a servidores;

- fez as anotações de alteração de férias utilizando os sistemas Gestore PAE e o SRH;
- Providenciou o arquivamento de diversos processos físicos e eletrônicos;
- atendeu ao público interno e externo, através de todos os recursos eletrônicos disponíveis e pessoalmente;
- controlou o cadastro e a organização da vida funcional dos servidores do quadro permanente, comissionados e requisitados;
- controlou e manteve atualizado, através de anotações no SRH a lotação, remoção, frequência, escala de férias, licenças e afastamentos dos servidores;
- elaborou da Escala de Férias para o ano de 2017, contactando todos os servidores fora do regional e posteriormente informando as diversos órgãos as férias aprazadas por seus servidores ora em exercício neste regional;
- enviou as informações sobre nomeações, exonerações e vacâncias à Coordenadoria de Controle Interno, para repasse ao Tribunal de Contas da União;
- cadastrou no SISAC do Tribunal de Contas da União as admissões, vacâncias e aposentadorias ocorridas no âmbito deste Regional;
- publicou no Diário Oficial da União de Atos e Portarias das matérias pertinentes aos servidores;
- controlou o Ponto Eletrônico em Teresina-PI;
- oficiou aos diversos órgãos sobre a vida funcional de seus servidores e respondeu aos ofícios e e-mails recebidos.

Estatística

Concurso Interno de Remoção:

Foram realizados 3 concursos internos de remoção.

Redistribuição:

Foram efetivadas 8 (oito) redistribuições da relação de candidatos habilitados no Processo Seletivo para Priorização na Redistribuição de Cargo Efetivo – Edital nº 01/2015.

No exercício de 2017, foram concluídos 6 (seis) processos de redistribuição, 03 (três) de Analista Judiciário e 03 (três) de Técnico Judiciário.

Informação Via Sistema Sisac ao Tribunal de Contas da União

Foi informado ao TCU 4 (quatro) aposentadorias.

SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – SDP

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) é responsável pela execução das atividades inerentes à Avaliação de Desempenho, Adicional de Qualificação, Estágio e de propor e executar Programas que permitam o desenvolvimento do Servidor (Gestão por competências).

Capacitação de Pessoal

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas realizou as seguintes atividades na área de capacitação no ano de 2017:

- Identificação da necessidade de capacitação para Servidores passíveis de promoção;
- Solicitação de cursos com a finalidade de promover o desenvolvimento dos servidores deste Regional de acordo com o observado nas avaliações de desempenho dos servidores.

AValiação de Desempenho Funcional

Durante o ano 2017, o Programa de Avaliação de Desempenho de Servidores do TRT da 22ª Região – PADS 22, promoveu a avaliação de desempenho de servidores estáveis e em estágio probatório pertencentes ao Quadro de Pessoal, e ainda, de servidores cedidos, de acordo com as solicitações dos órgãos cedentes, bem como dos removidos. Coube também à SDP a instrução de processos de avaliação de desempenho, acompanhar o ingresso e desligamento de servidores, verificar a ocorrência de licenças médicas, alterações de lotação, interrupção de exercício e demais atividades afetas ao tema, assim como a orientação de avaliadores e avaliados sobre o programa de avaliação de desempenho deste TRT.

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) acompanhou os casos de servidores passíveis de progressão e promoção funcional, observando os critérios estabelecidos no ATO GP Nº 132/2000, na Lei Nº 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta Nº 01/2007 e Acórdão CSJT (Processo Nº CSJT-Cons-13701-13.2017.5.90.000).

Foram encaminhadas, via e-mail, malote físico e digital, as fichas de avaliações de desempenho dos servidores do quadro permanente do TRT22 e dos servidores cedidos a este Regional, conforme quantitativo abaixo:

	Servidores do Quadro Permanente do TRT22	Servidores de outros Regionais
Fichas de Avaliações de Desempenho	339	47

As avaliações dos servidores passíveis de progressão/promoção foram realizadas mensalmente, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta Nº 01/2007. E as avaliações dos servidores não passíveis de movimentação (progressão/promoção) foram realizadas nos meses de abril e outubro, conforme dispões o Ato GP Nº 132/2000. Foram enviadas 22 (vinte e duas) fichas de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório durante todo ano de 2017 e 131 (cento e trinta e um) fichas de servidores estáveis passíveis de progressão/promoção pertencente ao quadro deste Regional.

	Servidores passíveis de progressão/promoção	Servidores em estágio probatório	Servidores em final de carreira - C13-abril	Servidores em final de carreira - C13-outubro
Fichas de Avaliações de Desempenho	131	22	145	77

No ano de 2017, a SDP encaminhou relatório mensal referente à avaliação especial de desempenho (por completar 31 meses de efetivo exercício) de 22 (vinte e dois) servidores.

Foi emitido relatório de acordo com os instrumentos de avaliação devolvidos pelos avaliadores, confeccionado as minutas de portarias de progressão dos servidores estáveis e em estágio probatório; portaria de avaliação especial de desempenho e portaria homologando estágio probatório para análise da Comissão.

A Seção atuou, também, como integrante da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores do TRT da 22ª Região – PADS 22.

Adicional de Qualificação

Quanto ao Adicional de Qualificação a SDP realizou, no ano de 2017, as seguintes atividades:

- Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos servidores para fins de averbação nos assentamentos funcionais e percepção do Adicional de Qualificação;
- Verificação das ações de treinamentos, das graduações e das pós-graduações no que se refere aos termos da Lei 11.416/2006, o Anexo I da Portaria Conjunta nº 01/2007, Portaria Conjunta Nº 02/2017 dos Tribunais Superiores e Resolução CSJT Nº 196/2017;
- Instrução de processos para implementação do Adicional de Qualificação decorrente de cursos de graduação, pós-graduação e ações de treinamento;
- Atuação como integrante da Comissão de Avaliação referente à Aquisição do Adicional de Qualificação decorrente de Cursos de graduação, Pós-Graduação e Ações de Treinamento;
- Realização de pesquisa junto ao CSJT, MEC, Instituições de Ensino, bem como, pesquisa de legislação interna dos órgãos da justiça do trabalho; acompanhamento de posições dos Conselhos Superiores sobre o tema; consulta aos órgãos do judiciário sobre questões relacionadas ao tema; respostas a consultas sobre Adicionais de Qualificação advindas dos outros tribunais do país e atendimento aos servidores em questões relacionadas a Adicional de Qualificação;
- Notificação aos servidores das decisões exaradas nos Processos Administrativos;
- Produção no sistema de recursos humanos de relatório mensal referente ao Adicional de Qualificação - ações de treinamento;
- Organização das pastas dos servidores e de toda a documentação pertinente para apresentação à Comissão do Adicional de Qualificação;
- Confecção da minuta da portaria referente às ações de treinamento, graduação e pós-graduação e registro das referidas portarias no sistema SRH;
- Arquivamento dos certificados, diplomas, títulos e declarações nas pastas funcionais físicas e digitais dos servidores;
- Reunião da “Comissão Permanente de Avaliação referente à aquisição do Adicional de Qualificação decorrente dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Ações de Treinamento” para avaliação final dos títulos de ações de treinamento e pós-graduação apresentados e implementação do adicional de graduação;
- Averbação dos títulos de ações de treinamento, graduação e de pós-graduação nos assentamentos funcionais dos servidores;

Processos de Adicional de Qualificação - Ações de Treinamentos, Graduação e Pós-Graduação

	Ações de Treinamento	Graduação	Pós- Graduação
PROCESSOS Nº	80/2017	71/2017 167/2017 169/2017 483/2017	236/2017 285/2017 551/2017 575/2017 482/2017 607/2017 621/2017

Estágio

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas realizou seleção para estágio, desenvolveu as atividades de ingresso e desligamento, confecção de crachás e certificados, encaminhou relatórios às Universidades/Faculdades, solicitou renovação dos convênios com as Instituições de Ensino, instruiu processo de seguro acidentes pessoais, pagamentos de bolsa e auxílio-transporte e atendeu aos estagiários e supervisores.

Testes Seletivos realizados em 2017

PROCESSO	EDITAL	CIDADE	CURSO	NÍVEL	TURNO	Nº DE VAGAS
PA 175/2017	Editais DGA Nº 2/2017	São Raimundo Nonato	Técnico em Administração e Técnico em Informática	Médio	Manhã	2 + CR
PA 253/2017	Editais DGA Nº 4/2017	Uruçuí	Administração	superior	Manhã/tarde	CR
PA 328/2017	Editais DGA Nº 6/2017	Picos	Direito	superior	Manhã/tarde	1 + CR

PA 346/2017	Edital DGA Nº 7/2017	Teresina	Administração e Ciências Contábeis	superior	Manhã	1 + CR 2 + CR
PA 497/2017	Edital DGA Nº 13/2017	Teresina	Direito	superior	Manhã	1 + CR
PA 525/2017	Edital DGA Nº 15/2017	Teresina	Informática e Biblioteconomia	superior	Manhã	3+CR 1+CR
PA 661/2017	Edital DGA Nº 19/2017	Piripiri	Direito e Ciências Contábeis	superior	Manhã/tarde	1 + CR
PA 690/2017	Edital DGA Nº 21/2017	Corrente	Direito	superior	Manhã/tarde	1 + CR
PA 755/2017	Edital DGA Nº 20/2017	Teresina	Direito	superior	Manhã	1 + CR

Na realização dos testes seletivos foram concedidas folgas e pagamentos aos colaboradores (elaborador de provas, correção e fiscalização) conforme solicitado pelo colaborador. O pagamento foi realizado nos termos do Ato GP Nº 07/2014)

Quadro de Estagiários de Educação Superior e Profissional
(Estágio Não-Obrigatório) - Ato GP Nº 96/2017

LOTAÇÃO	QUANTIDADE
Central de Leilão (FORUM)	1
SGJ	1
SDB	1
CTP	1
CFIN	1
CT	1
Secretaria de Gestão Estratégica	1
SGP (Assessoria Judicial)	1

SEJ	1
NUPEMEC-JT	1
CENTRAL DE APOIO AO 1º GRAU - CAP	4
NUAPE/NPP	1
CIC	1
GDFTFMML	1
GDFTLC	1
GDFTWJB	1
CGP	6
1ª VT	3
2ª VT	3
3ª VT	3
4ª VT	3
VT-Corrente	1
VT-Floriano	2
VT-Oeiras	1
VT-Parnaíba	2
VT-Picos	2
VT-Piripiri	2
VT-SRN	2
VT-Bom Jesus	1
VT-Valença do Piauí	1
VT-Uruçuí	1
TOTAL	52

Cursos de graduação e nível médio contemplados pelo programa de estágio no ano de 2017:

Graduação	Área de Lotação	Quantidade
Direito	Área jurídica	36
Ciências Contábeis	Área jurídica	5
Administração	Área jurídica	1
Administração	Área administrativa	4
Informática	Área Administrativa	1

Nível Médio (Técnico-Profissionalizante)	Área de Lotação	Quantidade
Técnico em Administração	Área jurídica	1
Técnico em Informática	Área jurídica	1

Outras despesas com estágio

Seguro	Quantidade de vidas	Despesas
Seguro Acidentes Pessoais - Estagiários	43	1.001,04

A bolsa de estágio de nível superior e de nível médio foi majorada para R\$ 900,00 (novecentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) respectivamente conforme Ato GP Nº 109/2017.

Gestão de Pessoas por Competências

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas atuou nas atividades de Implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências dando continuidade ao mapeamento das competências dos cargos/funções. Foram mapeados, no ano de 2017, os cargos/funções:

Coordenador de Orçamento e Finanças
Coordenador de Controle Interno
Coordenador de Serviços Gerais
Coordenador de Material e Patrimônio
Assessor de Gabinete
Assessor Jurídico
Assessor Administrativo

SEÇÃO DE MAGISTRADOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - SMIP

À Seção de Magistrados, Inativos e Pensionistas (SMIP) tem a competência de manter atualizados o quadro de magistrados e seus dados cadastrais realizando a respectiva gestão documental, bem como a instrução de processos , no âmbito de sua competência, assim como de todos os servidores inativos e pensionistas.

Outras Atribuições da Unidade:

- Efetuar o controle do quadro de vagas dos magistrados.
- Controlar os dados cadastrais
- Controlar os documentos funcionais
- Expedição das carteiras funcionais
- Instruir e acompanhar os processos de nomeação e todas as modalidades de desligamento e pensões até apreciação do Tribunal de Contas da União-TCU.
- Elaborar a lista de antiguidade dos magistrados.
- Acompanhar a realização de atividade docente dos magistrados
- Elaborar certidões e declarações relativas à situação funcional, dos magistrados.
- Consolidar informações para envio às folhas de pagamento deste Tribunal

Quadro Magistrados Inativos e Pensionistas 2017

Desembargadores	Juiz Titular de Vara	Juiz do Trabalho Substituto	Inativos	Pensionistas
08	14	15	25	10

No ano 2017 esta Seção realizou diversas atividades , tendo em vista, as atribuições descritas acima:

- Permanente atualização dos dados cadastrais de magistrados, Inativos e Pensionistas, no sistema de Recursos Humanos.
- Instrução de Processos Administrativos- magistrados, Inativos e Pensionistas-
 - licença para tratamento de saúde
 - licença por motivo de doença em pessoa da família
 - abono de Permanência
 - afastamento para estudo (Doutorado)
 - incidência da Contribuição Previdenciária
 - licença casamento
 - auxílio Funeral
 - pensão
- Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais, sobre magistrados.
- Minutas de Portarias (diárias, férias, afastamentos, liberação, aposentadoria...) para assinatura pela Presidência do Tribunal .
- Processo de Recadastramento de Inativos e Pensionistas deste Regional.
- Confecção da Lista de Antiguidade 2018 dos magistrados para aprovação pelo Tribunal Pleno.
- Expedição de carteiras de identidade de magistrados
- Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos Magistrados;
- Produção de relatórios diversos para os órgãos superiores da Justiça do Trabalho (TST, CNJ, CSJT)
- Informações, via sistema SISAC, das nomeações, exonerações, aposentadorias, vacância - de magistrados e servidores para o Tribunal de Contas da União.
- Relatório anual de atividades
- Elaboração das planilhas de férias para marcação anual.

- Confecção de dados estatísticos referente a capacitação e treinamento de Magistrados;
- Atendimento ao público
- Organização das pastas dos Magistrados, Inativos e Pensionistas de toda a documentação e Processos.
- Atuação no Programa "Aposentadoria Saudável".
- Encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça as declarações dos Magistrados quanto ao disposto no art. 5º da Resolução-CNJ nº 34/2007.(atividade docente).
- Outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO - SELE

À Seção de Legislação (SELE) procura manter atualizadas as informações sobre a legislação, resoluções administrativas, jurisprudência emitida pelos Tribunais, orientações oriundas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Consultoria-Geral da República, Advocacia Geral da União, Ministério da Previdência Social e normas dos Conselhos Superior da Justiça do Trabalho e Nacional de Justiça, dentre outros órgãos, notadamente as decisões do Tribunal de Contas da União relativas a pessoal e à administração pública. Instrui processos e recursos relacionados com direitos e deveres do pessoal bem assim respeitantes à administração como um todo.

No ano 2017 esta Seção, dentre outras atividades, elaborou pareceres acerca de diversos assuntos, dentre os quais:

- Arquivamento de Processos Administrativos;
- Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais
- Redistribuição por reciprocidade ou com cargo vago.
- Transformação de cargo – Resolução CSJT 47/2008
- Minutas de Atos e Resoluções sobre assuntos diversos
- Processos de exoneração de alimentos
- Elaboração de termos de convênio
- Análise de processo de promoção e progressão levando em conta cargo de mesma nomenclatura exercido anteriormente sem solução de continuidade
- Análise sobre a manutenção da vantagem do art. 192 - 8.112/90 para magistrados aposentados após a lei do Subsídio
- Liberação de Servidor para conselho de classe (COREN) e associações representativas ou não.
- Liberação de Servidor para comparecer a audiência judicial
- Ajuda de custo

- Ressarcimento de despesas com transporte de mobiliário, veículo e bagagem
- Adicional de deslocamento
- Auxílio-Moradia
- Alterações de registros da pasta funcional de servidor quanto a este bem assim quanto a seus dependentes
- Alteração de conta bancária para depósito de pensão alimentícia
- Certificação de tempestividade
- Certidão de desentranhamento
- Certidão de arquivamento
- Autuação e processamento de feitos
- Averbação de Tempos de Serviço e Contribuição
- Averbação de Tempo de Serviço prestado em mandato eletivo sem comprovação de contribuição
- Averbação de tempo de serviço prestado em condições especiais prejudiciais à saúde e à integridade física
- Levantamento e análise de tempo prestado a este tribunal em condições especiais prejudiciais à saúde e à integridade física
- Processos de Remoção
- Parcelamento de débito de servidor
- Licença à gestante e Prorrogações
- Licença eleitoral
- Licença para doação de sangue
- Licença em virtude de falecimento de pessoa da família
- Licença para Acompanhar Pessoa da Família enferma
- Licença para Tratamento de Saúde requerida fora do prazo regulamentar
- Licença-capacitação
- Licença-paternidade
- Licença em razão de casamento
- Ressarcimento de despesas
- Exoneração
- Análise de pedidos de aposentadoria voluntária com proventos integrais e proporcionais
- Análise de pedidos de abonos de permanência
- Análise de pedido relativo a excedente do teto constitucional
- Análise de pedidos relativos a isenção tributária em razão de doença especificada em lei

- Análise de pedido relativos a imunidade tributária em razão de doença incapacitante
- Análise de apostilamento de exercício de cargo comissionado
- Análise de prorrogação de prazo para posse em virtude de licença-maternidade
- Vacância de cargo por posse em outro cargo inacumulável
- exoneração de cargo em comissão
- Abono de falta em face de comparecimento à Junta Médica Oficial
- Concessão de horário especial
- Confecção de ofícios e memorandos
- Afastamento para participação em Congresso Médico
- Pagamento de gratificação de atividade de segurança
- Outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS - SBPA

A Seção de Programas Assistenciais- SBPA tem por finalidade administrar os benefícios de magistrados e servidores ativos e inativos deste Regional, tais como Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial, Auxílio-Alimentação, Auxílio à Creche e à Pré-Escola, Auxílio-Transporte e Inclusão/Exclusão de Dependentes no Imposto de Renda.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Orçamento

FONTE	2017
Orçamento Geral da União	R\$ 3.709.581,84
Valor gasto	R\$ 3.675.289,80

Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial

Beneficiários	2017
Dependentes Legais	1049
Dependentes Especiais	415
Total	1464

Auxílio-Alimentação

Beneficiários	2017
Servidores	427

Principais Atividades Desenvolvidas pela Seção de Benefícios e Programas Assistenciais- SBPA

Este benefício é concedido em pecúnia a todos os servidores e magistrados em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, bem como aos requisitados e cedidos que optem pelo recebimento do mesmo por este Regional.

Auxílio-Transporte

Beneficiários	2017
Servidores	04

Auxílio à Creche e à Pré-Escola

Beneficiários	2017
Servidores/magistrados	106

- Instrução de processos relativos à concessão de benefícios: Inclusão no Plano de Saúde e Imposto de Renda, concessão de Auxílio Alimentação, Auxílio à Creche e Pré-escola, Auxílio natalidade e Auxílio transporte;
- Controle diário de inclusão e exclusão no Sistema **Gestore PAE** de beneficiários nos programas assistenciais;
- Elaboração de Pareceres referentes ao plano de saúde e demais benefícios;
- Relatórios com movimentação de beneficiários do plano de saúde para Humana Saúde;
- Intermediação entre beneficiários do plano de saúde e Humana Saúde para solução de problemas;
- Recadastramento de dependentes no plano de saúde no **Gestore PAE**;
- Acompanhamento às atividades realizadas no Sampo;

- Elaboração de termos de referência: contratação de empresa de plano de saúde, aquisição de material de consumo e odontológico, vacina contra gripe;
- Conferência Mensal da fatura da Humana Saúde;
- Fiscalização do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial;
- Relatório anual de atividades.

Outras Atividades

- Participação efetiva no Programa TRT Solidário;
- Participação efetiva no Programa de Aposentadoria Saudável;
- Participação efetiva nos eventos de saúde e integração.

SETOR DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOLÓGICA E ODONTOLÓGICA - SAMPO

O Setor de Assistência Médica, Psicológica Odontológica (SAMPO) prestar assistência médica e odontológica aos Magistrados e Servidores, procede à inspeção médica-odontológica para fins de concessão de licenças médicas, realiza exames e inspeções de saúde para efeito de posse ou concessão de licenças e aposentadorias por invalidez, opina sobre os pedidos de licença para tratamento de saúde, quando formulados por Magistrados ou Servidores deste Regional ou de outros órgãos oficiais por acordo de cooperação, constitui Junta Médica para exame dos Magistrados e Servidores em casos de aposentadoria por invalidez, prorrogação de licença médica para tratamento de saúde ou de familiar na forma da legislação pertinente, realiza atendimento de enfermagem, desenvolvem ações de promoção e prevenção de saúde, além de outras atividades correlatas, determinadas pela chefia imediata.

No ano de 2017, o Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica prestou os seguintes serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

Serviços do SAMPO realizados no ano 2017

Descrição	Quant
Consulta médicas	380
Licenças para tratamento de saúde de magistrados e servidores	530
Licenças por motivo de doenças em pessoa da família	82

Licença por acidente de trabalho	0
Licença à gestante	05
Perícia médica	17
Atendimentos de enfermagem	466
Pré-admissional	37
Atendimentos odontológicos	960
Escuta Terapêutica	69
Visitas Médicas	04

Expedientes realizados no ano de 2017

- Elaborar de Termos de Referência para aquisição de bem e serviços;
- Fiscalizar de contratos;
- Comunicar de afastamento por licenças saúde de Magistrados à Presidência;
- Expedir de memorandos e ofícios;
- Conferir de materiais e serviços e Ateste de notas fiscais;
- Participar em Comissões;
- Atender, no âmbito administrativo, as consultas solicitadas pelos Conselhos Superiores referentes à saúde;
- Consolidação de dados de saúde para implementação de ações;
- Elaborar e desenvolver Programa e/ou Projetos de promoção e prevenção de saúde;
- Estabelecer junto a órgãos Estaduais e Municipais parcerias no desenvolvimento das ações;
- Atender a consultas, no âmbito administrativo, sobre questões que envolvam a saúde;
- Observar os Atos e Resoluções da alta administração local e de instâncias superiores que possam ter implicação para o setor;
- Gerenciar, coordenar e representar a equipe de saúde nas atividades institucionais.

Ações preventivas e de promoção de saúde no ano de 2017

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO): foram emitidos 118 (cento e dezoito), para Servidores, e 03 (três), para Magistrados, Atestados de Saúde Ocupacional;

- Projeto Emagrecer saudável em parceria com a Humana Saúde: ;
- Ginástica laboral em parceria com a Humana Saúde;
- Campanha de vacinação contra gripe: foram vacinadas 467 pessoas entre magistrados, servidores, estagiários e terceirizados;
- Campanha de Multivacinação em parceria com a Fundação Municipal de Saúde: foram disponibilizadas vacinas contra Febre Amarela, DT, Tríplice Viral e Hepatite B, beneficiando 90 servidores;
- Oficina “Vamos conversar sobre o assédio moral?” facilitada pela psicóloga Fabíola Veloso Alves Falcão;
- I Simpósio de Saúde do TRT22 com o tema “Biossegurança”;
- Campanha do Setembro Amarelo com o tema “Falar é a melhor solução!”: palestras “Dor psíquica e Suicídio – Escutar a dor do outro é prevenção” com a psicóloga Maria Luzia Porto Noleto de Sousa e “Um olhar sobre os fatores de risco e de prevenção do suicídio” com a psicóloga Cinthya Selma de Holanda Barbosa Soares Araújo;
- Campanha de alerta ao Câncer de Mama através de uma matéria publicitária composta por fotos e depoimento da servidora Cleide Gonçalves Sousa e Silva;
- Campanha de alerta ao Câncer de Próstata: divulgação de material informativo;
- Oficina “Vamos conversar sobre saúde bucal?” com as dentistas Celeyda Getsêmane Martins Guimarães Motta e Natiele Sousa Ribeiro de Carvalho.

TÍTULO XV

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML

A Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 22ª Região, conforme o art. 37 do seu Regulamento Geral tem a incumbência de coordenar e dirigir atividades relacionadas ao procedimento de compras diretas ou contratação de serviços que resulte na aquisição de material de consumo ou permanente, alienações e o acompanhamento de fornecimentos, bem como, a guarda, a distribuição, a conservação, o registro e o controle de todos os bens deste Tribunal.

Visando alcançar os seus objetivos, a CML, constituída das Seções abaixo relacionadas, desenvolveu no ano de 2017 as seguintes atividades, além de outras que fazem parte de sua rotina de trabalho:

SEÇÃO DE COMPRAS – SCOMP

<i>Procedimento</i>	<i>Quantidade</i>
LEVANTAMENTOS DE CUSTO	83
ENTREGAS DE EMPENHO	117

SEÇÃO DE REGISTRO PATRIMONIAL – SREP

<i>Procedimento</i>	<i>Quantidade</i>
TOMBAMENTOS	1230
RELATÓRIO MENSAL DE BENS(RMB)	12
INVENTÁRIO GERAL DE BENS PERMANENTES	1
TERMOS DE DOAÇÃO	26
Aquisições de material permanente	<i>Valor (R\$)</i>
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR(2016)	20.460.320,65
SALDO ATUAL(2017)	20.860.377,87

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO – SALM

<i>Procedimento</i>	<i>Quantidade</i>
BALANCETES MENSAIS ELABORADOS	12
INVENTÁRIO GERAL DE BENS DE CONSUMO	2

Aquisições de material de consumo	Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	440.145,29
TOTAL DE ENTRADAS	272.056,83
TOTAL DE SAÍDAS	352.956,14
SALDO EM DEZEMBRO DE 2017	359.245,98

TÍTULO XVI

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CFIN

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (**CFIN**) é composta pelas seções abaixo relacionadas:

- * Seção de Preparação de Pagamento de Pessoal (**SPPP**);
- * Seção de Controle de Saldos e Registros no SIAFI (**SCRS**);
- * Seção de Pagamento de Bens e Serviços (**SPBS**);
- * Seção de Contabilidade Analítica (**SCAn**);
- * Seção de Empenhos e Programação Orçamentária (**SEPO**); e,
- * Seção de Gestão Fiscal e Tomada de Contas (**SGFTC**).

A CFIN desenvolveu, em síntese, durante o exercício de 2017, as seguintes atividades orçamentário-financeiras:

Despesas Empenhadas

Grupo Despesa		Item Informação	Despesas empenhadas
4	Investimentos	Construção do edifício-Sede	6.889.999,99
		Desenvolvimento e implantação do PJ-e	320.558,17
		Modernização das Instalações Físicas da JT	1.944.665,45
		Manutenção do Sist. Nac. de Tecnologia da Informação	1.179.652,20
		Apreciação de Causas na JT	623.308,84
3	Outras despesas correntes	Benefícios Assistenciais	31.412,73
		Desenvolvimento e implantação do PJ-e	171.398,52
		Assistência médico-odontológica	3.706.830,43
		Assistência pré-escolar	893.013,60
		Auxílio Transporte	16.062,96
		Auxílio Alimentação	4.534.440,00
		Formação e aperfeiçoamento de magistrados	65.096,64
		Ajuda de custo para moradia ou Auxílio Moradia	2.254.951,84

		Comunicação e divulgação institucional	48.305,20
		Manutenção do Sist. Nac. de Tecnologia da Informação	1.091.957,07
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	79.179,15
		Apreciação de Causas na JT	10.874.360,32
1	Pessoal e encargos sociais	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	610.022,00
		Aposentadorias e Pensões	7.955.029,30
		Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (SPV)	297.166,01
		Contribuições para o FPSS	15.829.015,24
		Ativos Cíveis da União	88.920.148,30
Total			148.336.573,96

Emissão de Documentos

Documentos	Quantidades
Notas de sistema	3250
Notas de dotação	410
Darf's emitidos	818
Dar's (ISS) emitidos	374
Ordens bancárias	3088
Notas de empenho	935
Notas de lançamento	79
Guias da Previdência Social	375
Guias de Recolhimento da União (GRU's)	106

Quadro Demonstrativo da Conta Corrente

Tipos de sub-repasses	A, C e D
Saldo exercício/2016	3.279.840,47
Sub-repassé recebido exercício/2017	145.465.034,65
Total	148.744.875,12
Despesas realizadas/2017	144.256.685,39
Saldo final exercício/2017	4.488.189,73

Alimentou-se o sistema SIOP com os dados físico-financeiros executados em 2017 deste Regional.

Elaboração de demonstrativos mensais em atendimento aos ditames do CNJ (anexo I e II da Resolução 102) e anualmente o de Restos a Pagar;

Seguem, abaixo, as descrições sucintas das atividades desenvolvidas por cada Seção desta Coordenadoria e os demais demonstrativos por elas elaborados.

SEÇÃO DE PAGAMENTO DE BENS E SERVIÇOS- SPBS

- Pagamentos relativos às diversas despesas realizadas com fornecedores de bens e serviços para o bom andamento das atividades fim e administrativa do Tribunal;
- Pagamento de bolsas e auxílio-transporte aos estagiários;
- Ressarcimento das despesas com aluguel (auxílio-moradia) aos servidores;
- Pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso aos colaboradores eventuais;
- Verificação e aplicação das normas e legislações referentes aos descontos previdenciários, imposto de renda e demais tributos federais incidentes sobre contratações de serviços e materiais adquiridos pelo Tribunal, bem como de retenções e recolhimentos de ISS e as consequentes declarações mensais relativas a este tributo encaminhadas à Prefeitura Municipal de Teresina e demais municípios onde funcionam Varas do Trabalho;
- Recolhimento de contribuições previdenciárias (GPS), de contribuições federais (DARF) e imposto sobre serviços (ISS), relacionadas aos pagamentos de credores (materiais e/ou serviços);
- Elaboração e emissão dos comprovantes de rendimentos e retenções de tributos federais e municipais referentes aos pagamentos às empresas prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de materiais, com a consequente emissão da DIRF;
- Guarda de processos relacionados aos pagamentos de bens e serviços no arquivo provisório desta CFIN.

SEÇÃO DE CONTROLE DE SALDOS E REGISTROS NO SIAFI – SCRS

- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e colaboradores eventuais;
- Ressarcimento das despesas com combustível/passagens terrestres a servidores e magistrados;

- Liberação, junto ao Auto-Atendimento Setor Público do Banco do Brasil (AASP), de limites de concessão de suprimento de fundos; lançamento, no SIAFI, dos valores concedidos aos supridos e de outros registros necessários quando da prestação de contas; pagamento dos encargos patronais devidos e das faturas do CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal);
- Elaboração da FOPAG (Demonstrativo da Folha de Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista), com envio mensal ao CSJT;
- Elaboração e encaminhamento da Programação Financeira Mensal (PF);
- Liquidação e pagamento, via ATUFOLHA/SIAFI, da folha mensal, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;
- Controle das dotações orçamentárias de pessoal, por natureza de despesa, com projeção atualizada do gasto previsto até o final do exercício financeiro;
- Emissão de Guias de Recolhimento da União (GRU's) para crédito na Conta Única do Tribunal, de importâncias a serem ressarcidas por magistrados e/ou servidores;
- Controle das contas bancárias do tribunal e elaboração do demonstrativo financeiro mensal;
- Solicitação, junto ao CSJT, de Recursos Financeiros para quitações de Requisições de Pequeno Valor (RPV);
- Pagamento de Sentenças Judiciais (Precatórios e RPs);
- Pagamento de honorários periciais da justiça gratuita, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;

SEÇÃO DE EMPENHOS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEPO

- Elaboração da proposta orçamentária prévia/2017;
- Inserção dos dados, no SIOP, da proposta orçamentária para 2017;
- Solicitação via SIOP dos créditos adicionais para suplementações orçamentárias concernentes a custeio, aos benefícios assistenciais e ao pessoal;
- Emissão dos empenhos para realização das despesas com custeio, investimento, precatórios e requisições de pequeno valor;
- Processamento da adequação das diversas despesas realizadas pelo Regional via SIGEO-JT;
- Elaboração dos dados de execução orçamentário-financeira para SECOR enviar ao CNJ (justiça em número);
- Acompanhamento e execução dos créditos orçamentários nas suas diversas ações orçamentárias;

SEÇÃO DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL - SPPP

- Elaboração mensal das folhas de pagamento em favor dos servidores e magistrados (ativos, inativos e pensionistas), que compõe o quadro funcional deste Regional;
- Registros das alterações financeiras individuais no sistema de folha de pagamento;
- Verificação dos lançamentos ocorridos no Sistema de Recursos Humanos (promoções/progressões funcionais, adicionais de qualificação, designação/dispensa de função comissionada, entre outros) e seus reflexos no processamento da folha;
- Emissão de declarações e ofícios de diversas naturezas, solicitados por servidores e órgãos da administração pública, a fim de atender a interesses pessoais e coletivos, bem como demandas judiciais;
- Expedição dos comprovantes de rendimentos pagos aos magistrados e servidores para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Emissão de ofícios de margens consignáveis para fins de empréstimos bancários com desconto em folha de pagamento;
- Abertura de processos referentes a pagamentos e/ou recolhimentos de férias, gratificação de natal, acertos financeiros decorrentes de vacância ou exoneração, entre outros, conforme descrito abaixo:

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram elaboradas 12 (doze) folhas normais e 1 (uma) folha específica de férias, as quais somadas totalizaram um montante bruto de de **R\$ 94.288.245,09** (noventa e quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais, nove centavos), o que corresponde a uma média mensal de **R\$ 7.857.353,76** (sete milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais, setenta e seis centavos), gastos com o pagamento de pessoal, conforme demonstrativo abaixo:

FOLHAS DE PAGAMENTO (2017)

Mês	Valor Bruto	Valor Líquido
Janeiro	7.551.447,01	4.730.120,36
Férias	2.966.655,96	2.876.244,42
Fevereiro	7.670.139,94	4.819.983,52
Março	7.403.077,46	4.367.133,78

Abril	7.568.216,63	4.687.269,28
Maio	7.476.709,77	4.632.910,77
Junho	7.816.838,08	4.841.794,91
Julho	7.530.451,42	4.614.817,82
Agosto	7.654.113,22	4.693.694,09
Setembro	7.564.514,05	4.642.011,28
Outubro	7.541.497,93	4.630.045,45
Novembro	7.762.931,52	4.749.378,17
Dezembro	7.781.652,10	4.784.260,71
Total	94.288.245,09	59.069.664,56

Com o decorrer dos meses foram pagas algumas folhas suplementares, por meio de processos específicos, conforme discriminado a seguir:

- **Despesas de Exercícios Anteriores** – Pagas, por meio do processo nº 160/2017, no mês de março/2017, diversas parcelas remuneratórias, totalizando um montante de **R\$ 16.040,60** (dezesesseis mil, quarenta reais, sessenta centavos) em favor de 35 servidores ativos e mais **R\$ 75.663,80** (setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais, oitenta centavos) em favor de 2 magistrados inativos.

- **Recálculo da PAE (janeiro/1998 a agosto/1999)** – Pagas, por meio do processo nº 803/2017, no mês de dezembro, a 3ª e última parcela do passivo decorrente do Recálculo da PAE no período de janeiro/1998 a agosto/1999, totalizando um montante de **R\$ 1.297.424,51** (um milhão duzentos e noventa e sete reais quatrocentos e vinte e quatro reais, cinquenta e um centavos) em favor de 22 magistrados, sendo 15 ativos e 7 inativos.

- **Auxílio Moradia** – Foram pagas 12 (doze) folhas referentes ao auxílio-moradia dos magistrados totalizando um custo anual de R\$ **1.891.179,36** (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, cento e setenta e nove reais, trinta e seis centavos), conforme Resolução nº 199 do CNJ.

- **Pagamento de Horas-Extras referentes aos recessos 2016/2017** – Pago, por meio do Processo nº 590/2016, os valores de horas-extras referentes aos dias trabalhados no recesso de dezembro/2016 e janeiro/2017, aos servidores que optaram pela conversão em pecúnia. Foram 4 folhas que totalizaram um montante de **R\$ 350.902,15** (trezentos e cinquenta mil, novecentos e dois reais, quinze centavos). No mesmo processo, foram pagas ainda as horas-extras trabalhadas no recesso de dezembro/2017,

totalizando um montante de **R\$ 441.195,48** (quatrocentos e quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais, quarenta e oito centavos).

Além da elaboração das folhas normais e suplementares, esta seção realizou outras atividades, tais como:

- Elaboração e envio, no mês de fevereiro/2017, da DIRF e da RAIS ano-base 2016;

Elaboração e envio mensal da GFIP, contendo as informações referentes aos recolhimentos dos servidores regidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA - SCAN

- Análise da verificação das liquidações das despesas nos processos, em conformidade com o Art. 63 da lei 4.320/64;
- Análise, com emissão de parecer e baixa da responsabilidade (SIAFI) dos processos de suprimento de fundos;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da saída de materiais do almoxarifado (SIAFI), com base no RMA fornecido pela Seção de Almoxarifado;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da depreciação dos bens móveis (SIAFI), com base no RMB fornecido pela Seção de Registro Patrimonial;
- Conferência e contabilização da baixa de material permanente determinada pelo Diretor Geral de Administração, em processo regular;
- Análise dos saldos dos sistemas orçamentários, financeiro, patrimonial e compensado no SIAFI;
- Exame e registro no SIAFI, dos documentos contratuais que impliquem em despesas;
- Emissão da Declaração do Contador para compor a Prestação de Contas anual para o Tribunal de Contas da União;

SEÇÃO DE GESTÃO FISCAL E TOMADA DE CONTAS – SGFTC

- Elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º, 2º e 3º quadrimestres, com as suas devidas publicações no Diário Oficial da União, no SICONFI e no portal da TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, bem como o envio de cópias dos mesmos ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional, via Ofício da Presidência, e, por e-mail, à CFIN/CSJT, à DIREF/TCU e à CMO/Câmara;

- Elaboração e publicação, no sistema e-Contas, do Tribunal de Contas da União, do Relatório de Gestão Anual que compõe o processo de contas ordinárias, previsto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010;
- Controle do rol de responsáveis;
- Fornecimento de dados necessários à elaboração de pareceres e relatórios que contribuam para tomada de decisão do ordenador de despesa e do gestor financeiro;
- Atendimento às auditorias interna e externa referente ao fornecimento de dados concernentes à Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Confecção de relatórios mensais através da extração de dados no sistema Tesouro Gerencial, da Secretaria do Tesouro Nacional, e envio à Secretaria de Governança e Estratégia para fins de acompanhamento das metas do Conselho Nacional de Justiça;
- Confecção de relatórios através da extração de dados no sistema Tesouro Gerencial, da Secretaria do Tesouro Nacional, para dar suporte ao encerramento do exercício efetuado anualmente pela Seção de Contabilidade Analítica;
- Prática, em geral, de todos os atos e demais encargos inerentes à Seção e suporte diário à Coordenadoria que se subordina, na qual substituiu o seu titular em suas ausências e/ou impedimentos legais no período de janeiro a julho/2017.

TÍTULO XVII

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO - CCI

1. Introdução

Esta Coordenadoria de Controle Interno (CCI) tem suas atividades regulamentadas por meio da Resolução Administrativa TRT22 nº 73/2012 e suas atualizações, em consonância com a Resolução nº 86/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e com o Acórdão nº 1074/2009-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

O art. 9º da Resolução CNJ nº 171/2013, por sua vez, dispõe sobre a elaboração dos planos de auditoria, *in verbis*:

Art. 9º Para fins de realização de Auditorias deverá ser elaborado Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA), observadas as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

Dessa forma, esta Coordenadoria, em novembro de 2016, submeteu à Presidência do TRT22 minuta do Plano de Auditoria para o ano de 2017 (PAA 2017), o qual foi aprovado pelo Ato GP nº95/2016 e alterado pelo Ato GP nº 84/2017, conforme apresentado a seguir:

Plano Anual de Auditoria aprovado para o ano de 2017

ÁREA A SER AUDITADA	PERÍODOS			
Gestão de Pessoal	1º/3 a 28/4			2/10 a 19/12
Gestão de TI		15/5 a 14/7		
Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial			26/7 a 29/9	
Obras Públicas				2/10 a 19/12

Cumpre ainda informar que trabalhos relativos a procedimentos de auditorias previstos no Plano de Auditoria para o ano de 2016 ainda restavam a ser concluídos em 2017. São eles: Auditoria na área de Licitações e Contratos e Auditoria na área de Gestão Patrimonial dos bens imóveis de uso especial da União entregues ao TRT22.

O presente relatório, portanto, apresenta as principais atividades desenvolvidas por esta CCI no ano de 2017.

2. Execução de procedimentos de auditoria relativos ao PAA 2016

Com relação à auditoria na área de Licitações e Contratos, iniciada em 19/9/2016, objetiva-se avaliar o grau de maturidade da governança nos processos de aquisições do TRT 22. Dessa forma, busca-se verificar a existência de elementos de planejamento no processo de aquisições, tais como: plano de aquisições; processo de trabalho definido e aprovado para a gestão de contratos; política de estoques; política de competências e de capacitação para os servidores que integram a área de aquisição; publicidade das contratações, dentre outros.

A presente auditoria encontra-se em fase de relatório de fatos apurados (relatório preliminar de auditoria) e, desde janeiro de 2017, aguarda-se a manifestação da Diretoria-Geral de Administração para elaboração do relatório final de auditoria. Preliminarmente, foram apontadas deficiências como: ausência de avaliação periódica da estrutura de recursos humanos ligada à área de gestão das aquisições do TRT 22; fragilidades na definição da estratégia de governança das aquisições do TRT 22, falhas no planejamento das aquisições/ausência de um plano de aquisições (ou documento similar); e ausência de Gestão de Riscos das aquisições.

Cumprе enaltecer que, com relação à morosidade por parte do auditado em manifestar-se acerca dos fatos apurados, esta CCI enviou à Diretoria-Geral de Administração, em 17/4/2017, o Memorando CCI nº 7/2017 e à Secretaria de Governança e Estratégia, em 19/5/2017, o Memorando CCI nº 9/2017, ambos requerendo informações acerca do citado relatório preliminar de auditoria. Contudo, as solicitações, até o presente momento, não foram atendidas.

Quanto à auditoria na área de Gestão de Patrimônio, cujo objetivo era avaliar a regularidade dos registros dos imóveis de uso especial da União, entregues ao TRT 22, esta CCI submeteu à Presidência, em setembro de 2017, o relatório final da auditoria que, por sua vez, sugeriu a adoção de uma série de medidas corretivas.

O citado relatório, com as conclusões da auditoria interna e a respectiva proposta de encaminhamento, encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” no Portal de Transparência do TRT22.

3. Execução do Plano Anual de Auditoria para o ano 2017 e resultados observados

No que tange, efetivamente, à execução do PAA 2017, a primeira auditoria na área de Gestão de Pessoal teve como objetivo avaliar a legalidade da concessão e do pagamento do abono de permanência aos magistrados e servidores do TRT22.

A partir dos trabalhos desenvolvidos com essa auditoria, esta CCI concluiu que: as concessões de abono de permanência a magistrados e servidores que optaram por permanecer em atividade são realizadas considerando o preenchimento de todas as regras de aposentadoria que asseguram a sua percepção; o cômputo do tempo de serviço/contribuição prestado em instituição estranha ao TRT22 encontra-se devidamente averbado

neste Tribunal para fins de aposentadoria; e para eventual averbação de tempo de exercício de advocacia para fins de aposentadoria, além da certidão emitida pela OAB, é devidamente exigido, pelo TRT22, o comprovante dos recolhimentos previdenciários do interessado. Assim, é possível afirmar que, em todos os processos de concessão de abono permanência analisados pela equipe de auditoria, houve atendimento aos ditames legais e constitucionais que regem o instituto do abono de permanência.

O relatório final de auditoria de “Gestão de Pessoal: abono de permanência”, com as conclusões da auditoria interna encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” no Portal de Transparência do TRT22.

Dando sequência à execução do PAA 2017, esta CCI realizou procedimento de auditoria na área de Gestão de TI. Essa auditoria teve como objetivo avaliar a aplicação da Resolução CNJ nº 182/2013 nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRT 22. Com isso, procurou-se, além de dar cumprimento ao PAA 2017, dar atendimento ao Memorando Circular SGP nº 47/2016 e dar cumprimento ao item 7.1.1.1 do Relatório da 2ª Ação Coordenada de Auditoria, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), qual seja: “monitorar a aplicação da Resolução CNJ nº 182/2013 nos procedimentos relativos à contratação e prorrogação de contratos de soluções de TIC a fim de garantir a continuidade da implantação da citada resolução”.

A partir desse trabalho, identificaram-se inconsistências pontuais em amostras de processos de contratação de soluções de tecnologia da informação realizados por este Tribunal, não obstante tenha-se concluído que a Secretaria de TIC atende, em maior parte, o que determina a Resolução CNJ nº 182/2013. As inconformidades apuradas dizem respeito a: falhas na elaboração do Plano de Contratações de STIC; falhas no planejamento das contratações de STIC no que se refere à elaboração dos estudos preliminares e à elaboração do projeto básico ou termo de referência; e falhas na etapa de planejamento das contratações de solução de TIC que envolvem terceirização de atividades executadas por meio de cessão de mão de obra.

Novamente, o relatório final de auditoria de “Contratações de TIC: Aplicação da Resolução CNJ nº 182/2013 no âmbito do TRT22”, com as conclusões da auditoria interna após a manifestação da unidade auditada e a respectiva proposta de encaminhamento, encontra-se disponível na área destinada ao “Controle Interno” no Portal de Transparência do TRT22.

Com relação à auditoria na área de Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, o procedimento teve como objetivo avaliar a regularidade da aquisição de passagens aéreas para magistrados, servidores e colaboradores no âmbito do TRT22, à luz da legislação vigente.

A etapa de execução da referida auditoria foi iniciada na data de 31/8/2017, com o envio da Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 7/2017 à Diretoria-Geral de Administração (DGA). A partir das respostas fornecidas pelo auditado, foi possível obter informações para os diagnósticos iniciais da auditoria.

Na forma de relatório preliminar de auditoria, foram constatados fatos como: ausência de anotações, em registro próprio, de ocorrências relacionadas à execução do contrato; falhas e deficiências na execução do

contrato; emissão de bilhetes em desconformidade com a portaria que autorizou a concessão das passagens; emissão de bilhete de passagem aérea sem autorização da autoridade competente; ausência da ordem de requisição para emissão de passagens aéreas; emissão de bilhetes de passagens aéreas sem observância do prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência; fragilidades no processo de fiscalização da execução do Contrato TRT22 nº 32/2016; ausência de justificativa para aquisição de passagem com tarifa não promocional; falhas no procedimento de reembolso de bilhetes não utilizados; ausência de comprovação de ressarcimento de despesas adicionais de remarcação ou cancelamento de bilhetes de passagens aéreas por motivos pessoais do beneficiário; e pagamentos realizados à contratada em desconformidade com o contrato.

Os indícios de inconformidades preliminarmente apurados pela equipe de auditoria foram apresentados à DGA em 10/10/2017, por meio do Relatório de Fatos Apurados (RFA). Dessa forma, conferiu-se ao auditado a oportunidade de se posicionar acerca das ocorrências preliminarmente identificadas pela equipe de auditoria. O prazo concedido por esta CCI para manifestação do auditado acerca do referido RFA, após o deferimento das prorrogações solicitadas, expirou em 29/11/2017. No entanto, até a presente data, não houve manifestação do auditado.

Dessa forma, aguarda-se a manifestação do auditado para viabilizar a elaboração do relatório final de auditoria, com as devidas conclusões e proposta de encaminhamento da equipe.

Com a auditoria no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac, objetiva-se avaliar a legalidade de todos os registros de admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac, do Tribunal de Contas da União-TCU, no âmbito do TRT22.

A execução da referida auditoria teve início com o envio da Requisição de Documentos e Informações nº 9/2017 à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, em 22/11/2017.

Com a manifestação do auditado, em 27/11/2017, possibilitou-se a elaboração do Relatório de Fatos Apurados (relatório preliminar de auditoria), o qual foi enviado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas em 16/11/2018 e tem prazo para atendimento até 31/1/2018. Preliminarmente, foram apontadas falhas nos registros de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria e desligamento de servidor.

Dessa forma, no momento, aguarda-se a manifestação da área auditada acerca dos fatos apurados para, então, elaboração de relatório final de auditoria, o qual será submetido à Presidência para deliberação acerca de eventuais recomendações realizadas por esta unidade.

Por fim, a última auditoria prevista no PAA 2017 objetiva avaliar a regularidade do processo de contratação referente à sétima etapa da obra de construção do edifício-sede do TRT22.

Iniciou-se a execução da referida auditoria em 14/11/2017, com o envio da Requisição de Documentos e Informações (RDI) nº 8/2017 à Diretoria-Geral de Administração (DGA). O prazo concedido para manifestação do

auditado foi de 15 (quinze) dias corridos, tendo, portanto, expirado em 29/11/2017. Contudo, apenas em 23/1/2018 a área auditada apresentou a manifestação acerca da citada requisição. Dessa forma, a presente auditoria encontra-se em fase de elaboração de relatório preliminar (RFA) pela equipe de auditoria.

4. Outras atividades relacionadas ao acompanhamento da gestão com base nos incisos I, II e III do art. 74 da Constituição Federal

Dando cumprimento às atribuições desta Unidade de Controle Interno previstas no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e na Resolução Administrativa TRT22 nº 73/2012 e suas atualizações, apresentam-se, a seguir, outras atividades desenvolvidas no ano de 2017:

- Auxílio ao Tribunal de Contas da União no exercício de sua função institucional, quer prestando informações e esclarecimentos solicitados, quer cumprindo diligências determinadas;
- Encaminhamento ao TCU, semestralmente, das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores do TRT22, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas;
- Análise dos atos de admissão de pessoal para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, via Sisac, conforme instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007;
- Análise dos processos referentes a concessões de aposentadorias de servidores deste Regional, bem como as alterações ocorridas no exercício, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, em conformidade com as instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007;
- Acompanhamento das deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, em especial das recomendações dirigidas especificamente a este Tribunal, prestando estas informações no Relatório de Gestão para envio ao TCU;
- Acompanhamento regular da situação das contas do TRT22 perante o Tribunal de Contas da União - TCU, especificamente o Processo 005.998/2000-8, referente a Tomada de Contas do ano 2000, exercício de 1999;
- Monitoramento das deliberações do TCU, em especial do Acórdão 1389/2006-TCU/Plenário, Processo 002.643/2003-4, que determina ao TRT-22ª Região que adote as providências necessárias, caso ainda não tenham sido tomadas, ao ressarcimento pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, beneficiários dos respectivos valores indevidamente pagos, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, da Súmula nº 235 da Jurisprudência do TCU e da Decisão Administrativa nº 444/94-TCU-Plenário, e do Acórdão 3206/2009-TCU/1ª Câmara, Processo 012.213/2005-3, que determina ao Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho e

dos Tribunais Regionais do Trabalho que se manifestem expressamente, nas próximas contas anuais das respectivas cortes trabalhistas, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível n. 281981, número de origem 2001.83.00014043-4, quanto ao eventual ressarcimento de valores porventura pagos aos servidores substituídos pela Anajustra;

- Monitoramento do Processo 001.407/2013-TCU, que trata do cumprimento das determinações constantes do item 9.2 do Acórdão TCU 1389/2006-TCU-Plenário, Processo TC 002.643/2003;
- Prestação eventual de consultoria à Presidência em assuntos diversos, quando por ela solicitada;
- Auxílio à Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CCAUD/CSJT), no exercício de sua função institucional, prestando informações, esclarecimento e cumprindo diligências por ela determinadas;
- Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados quadrimestralmente pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, observando o cumprimento dos índices estabelecidos no art. 20, I, II III, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, conforme disposições contidas nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;
- Análise das planilhas de custo e formação de preços dos serviços e obras de engenharia em procedimentos licitatórios, bem como análise de propostas de termos aditivos, em cumprimento ao disposto nos arts. 33 a 38 da Resolução CSJT nº 70/2010;
- Elaboração do Plano de Capacitação dos servidores lotados nesta Coordenadoria de Controle Interno para o ano de 2018, em cumprimento ao disposto na alínea "f", item 1, do Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ;
- Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo-PALP para o quadriênio 2018/2021, aprovado pelo Ato GP nº 07/2018.
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria-PAA para o exercício de 2018, aprovado pelo Ato GP nº 08/2018.

TÍTULO XVIII

SECRETARIA DA CORREGEDORIA - SECOR

A atuação da Corregedoria Regional cinge-se a atividades regulamentares da sua competência, segundo as normas do Regimento Interno do TRT da 22ª Região, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Provimento Geral Consolidado do TRT da 22ª Região, dos Provimentos da Corregedoria Regional, ou em obediência às determinações dos Órgãos Superiores, destacando-se as seguintes:

Elaboração mensal de relatório de produtividade individual dos Excelentíssimos Juízes da 1ª instância, por meio da elaboração de quadro comparativo, no qual constam o quantitativo de sentenças proferidas, as pendências, os acordos, as audiências realizadas, dentre outras informações, devidamente divulgado no domínio virtual deste E. Tribunal, nos termos do Provimento CGJT nº 01/2015.

Divulgação mensal do Informativo Justiça em Números, o qual contém as mais importantes estatísticas judiciais oficiais, apresentando o resumo das atividades da primeira instância, oferecendo os principais indicadores das Varas do Trabalho referentes às fases de conhecimento e de execução. Apresenta também os números a respeito dos recursos remetidos ao TRT, valores pagos aos reclamantes e à arrecadação de tributos por unidade judiciária. Compila dados referentes ao desempenho dos Juízes Titulares e Substitutos, indicando os quantitativos de processos solucionados e pendentes por magistrado.

Encaminhamento mensal ao Conselho Nacional de Justiça dos dados relativos à produtividade mensal dos juízes e serventias judiciais de 1º e de 2º graus, nos termos do Provimento nº 49/2015 do CNJ.

Elaboração e envio mensal ao Conselho Nacional de Justiça dos arquivos de movimentação analítica processual, em formato XML, de que trata o art. 5º, II da Portaria CNJ nº 56, de 27 de maio de 2016.

Apuração mensal dos indicadores que compõem as metas nacionais do Poder Judiciário (CNJ), do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT), bem como de algumas metas do Planejamento Estratégico Participativo do TRT da 22ª Região.

Encaminhamento semestral ao Conselho Nacional de Justiça dos seguintes dados, os quais alimentam o Relatório Justiça em Números: despesas, recursos humanos, informática, área física, litigiosidade, dados de atividades disciplinares, perfil das demandas e dados referentes a receitas e depósitos judiciais etc.

Elaboração e validação mensal dos dados que compõem o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciais da Justiça do Trabalho (e-Gestão) para envio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

Acompanhamento processual periódico de todas as Varas do Trabalho, procedido por meio dos sistemas APT, APT Virtual e PJe-JT, com a consequente cobrança de adequação dos prazos ou sugestões de boas práticas procedimentais, de forma a auxiliar as respectivas Secretarias.

Recebimento, análise, acompanhamento da movimentação, guarda e arquivamento dos processos de Reclamações Correicionais, Pedidos de Providências e Processos Administrativos instaurados, pertinentes à atividade correicional, promovendo a publicação e/ou notificação das decisões e despachos proferidos pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional.

Assessoramento ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional nas correições periódicas ordinárias, ou eventuais correições extraordinárias, com elaboração das respectivas atas, as quais são publicadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT e disponibilizadas no domínio virtual deste Tribunal, com o respectivo acompanhamento das providências destas decorrentes.

Acompanhamento dos processos de vitaliciamento, quando existentes, dos Juízes de primeiro grau, aprovados em concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto realizado por este Tribunal, com juntada da produtividade, além de outros relatórios e documentos necessários e que dizem respeito aos vitaliciandos.

Elaboração de relatório circunstanciado para instrução dos Processos de Remoção e/ou Promoção dos Excelentíssimos Juízes concorrentes, no âmbito das Varas do Trabalho deste Regional.

Elaboração e conferência de expedientes a serem submetidos à assinatura do Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, promovendo a respectiva publicação no órgão oficial, quando necessário.

Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT dos atos, provimentos e recomendações da Corregedoria Regional.

Ademais, segue em anexo relatório circunstanciado, referente ao exercício de 2017.

1. TRIBUNAL:

1.1. CORREIÇÕES:

Em relação à atividade correicional, foram realizadas, no exercício de 2017, 16 (dezesesseis) Correições Ordinárias, abrangendo todas as Varas do Trabalho da 22ª Região, a Central de Itinerância e Cidadania – Piauí e a Central de Mandados de Teresina, tendo sido lavradas as respectivas atas, que foram publicadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT e disponibilizadas no domínio virtual deste Tribunal, com o acompanhamento das providências destas decorrentes. Não foram realizadas correições extraordinárias no período.

A análise procedida durante as correições concentrou-se na verificação da regularidade do trâmite processual em obediência às disposições legais e às normas do Poder Judiciário, através do exame, por amostragem, dos

processos que se encontram em andamento nas Secretarias das Varas. Examinou-se também os dados estatísticos das Varas do Trabalho e o desempenho geral das mesmas.

Para contribuir com a uniformização e otimização dos procedimentos, foram expedidas recomendações e determinações para dar cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e aos Provimentos da Corregedoria deste Regional.

Nas correições ordinárias realizadas, foram observados, dentre outros, os seguintes aspectos listados pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho como de exame e de registro obrigatório em ata: I - a averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; II - a assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; III - a quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; IV - os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução; V - a análise de processos, por amostragem, na fase de execução, em especial para averiguar-se: a) o exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC; b) o registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais; c) a fiscalização do uso regular dos sistemas BACEN JUD e INFOJUD; d) se o juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja ordenado a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento; e) se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; f) se há registro fidedigno, no sistema informatizado, dos atos processuais praticados; g) se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária.

Cumprir destacar que nas correições realizadas observou-se que as Varas do Trabalho da 22ª Região vêm adotando a maioria dos comandos e ações acima, reputados como essenciais pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sendo recomendado em ata, pela Corregedoria Regional, o cumprimento daqueles ainda não observados.

A atividade correicional também é realizada por meio da correição permanente, exercida pelo acompanhamento processual periódico de todas as Varas do Trabalho da 22ª Região e pelo constante acompanhamento/monitoramento da produtividade dos juízes de primeiro grau da 22ª Região.

No que se refere ao controle do julgamento dos processos conclusos aos magistrados, este é procedido por meio dos dados fornecidos pelo sistema PJe-JT e pelas informações constantes do sistema interno que foi implementado no âmbito da Corregedoria do TRT da 22ª Região, Consulta22, ferramenta esta que foi idealizada para suprir o atraso na atualização das informações, uma vez que os dados referentes ao e-Gestão são enviados ao TST uma vez por mês, o que dificultava um acompanhamento diário da movimentação processual.

Logo, o sistema Consulta22 permite, por exemplo, acompanhar diariamente a quantidade de processos conclusos para julgamento por juiz, o total de processos julgados/conciliados/outras soluções, os pendentes de julgamento com a indicação do número de dias de atraso, a quantidade de dias trabalhados por magistrado e a de processos julgados/resolvidos por dia trabalhado.

1.2. RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS:

De acordo com a forma regimental, no ano de 2017 foram autuados 02 (duas) Reclamações Correicionais, as quais tiveram regular tramitação. Não foram autuados Pedidos de Providências.

1.3. ATOS EDITADOS PELA CORREGEDORIA:

1.3.1. ATOS EDITADOS CONJUNTAMENTE PELA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL:

Ato Conjunto GP/CR nº 001/2017 - Revoga o art. 6º, parágrafo único, do Provimento Correicional nº 001, de 28 de março de 2006, que limita a 05 (cinco) o número máximo de autores quando da propositura de reclamação em litisconsórcio facultativo no âmbito da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

Ato Conjunto GP/CR nº 002/2017 - Dispõe sobre a prática de Atos Processuais destinada ao Estado do Piauí, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, em 1º e 2º graus de jurisdição.

1.3.2. ATOS EDITADOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Ato CR nº 001/2017 - Edita o calendário oficial das correições ordinárias a serem realizadas em 2017 no âmbito das Varas do Trabalho da 22ª Região.

Ato CR nº 002/2017 – determina que os juízes observem o prazo de 30 (trinta) dias para a prolação de sentenças estipulado pelo inciso III do art. 226 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e assinala a previsão de abertura de procedimento administrativo para apuração das pendências para prolação de sentenças ou decisões interlocutórias pelos juízes de 1º grau quando excedido em mais de 60 (sessenta) dias o lapso temporal a que se referem os incs. II e III do art. 226 do CPC/2015.

1.3.3. RECOMENDAÇÕES EDITADAS CONJUNTAMENTE PELA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL:

Recomendação GP/CR Nº 01/2017 - Regulamenta procedimentos a serem adotados pelos advogados/procuradores quando do peticionamento no sistema PJE e dá outras providências no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

1.3.4. RECOMENDAÇÕES EDITADAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Recomendação CR Nº 001/2017 – Recomenda priorização da tutela coletiva, reunião de processos com conexão ou afinidade de direitos, aplicação os princípios da máxima amplitude da ação e processo coletivo, que seja evitada a limitação do litisconsórcio ativo facultativo e outras providências.

Recomendação CR Nº 02/2017 – Recomenda priorização das pautas de audiências, transferência de valores bloqueados via BacenJud, registros no sistema PJe, fase de liquidação com a adoção de soluções alternativas, como a elaboração do cálculo pelo credor, e processamento dos recursos.

1.3.5. ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Ofício Circular CR Nº 001/2017 – Orientação aos juízes titulares e substitutos acerca da priorização no processamento dos recursos, conferindo especial dedicação ao exercício do juízo de admissibilidade, notificação para contrarrazões e encaminhamento dos autos ao TRT-22ª.

Ofícios CR Nº 051 a 061/2017 – Orientação às Varas sobre a possibilidade de aplicação das disposições da CLT, art. 879, § 1º-B e do CPC/2015, art. 524, que permitem a elaboração dos cálculos pelas partes, sem prejuízo de sua verificação pelo contabilista do juízo.

Memorando Circular CR nº 004/2017 – Orientação acerca da contagem de prazo no gabinete em processos disponibilizados ao MPT.

Memorando Circular CR nº 024/2017 – Orientação sobre conclusão e distribuição de processos, recomendando-se a conclusão no prazo de 24 horas, conforme art. 81 do Provimento Geral Consolidado e 228 do CPC/2015.

Memorando Circular CR nº 024/2017 – segunda parte – Orientação sobre a necessidade de observar a regra que determina que não serão distribuídos para julgamento processos no período de dez dias que antecede ao início das férias dos magistrados (Provimento CR nº 02/2012).

Memorando Circular CR nº 026/2017 – Orientação acerca do fluxo de liquidação do PJe.

Memorando Circular CR nº 030/2017 – Orientação acerca da Confecção de mandados judiciais, conferindo especial atenção em relação à consistência e à correção das informações constantes dos mandados judiciais, evitando-se dados equivocados, notadamente quanto aos endereços das partes.

Memorando Circular CR nº 031/2017 – Orientação sobre conclusão e distribuição de embargos de declaração, recomendando-se a conclusão no prazo de 24 horas.

Memorando CR Nº 003/2017 – Orientação sobre os parâmetros para o pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ aos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, a fim de subsidiar ato editado pela Presidência.

Memorando CR Nº 007/2017 – Orientação acerca da devolução de processos pela Secretaria Judiciária para a Primeira Instância pelo PJe.

Memorandos CR Nº 038/2017 e 040/2017 – Orientações antecipadas da correição ordinária realizada na Vara do Trabalho de Piripiri.

Memorando CR Nº 039/2017, 041/2017 e 043/2017 – Orientações antecipadas da correição ordinária realizada na Vara do Trabalho de Parnaíba e pedido de designação de equipe da CR e STIC à Presidência para capacitação de servidores da Vara na utilização do PJe.

Memorando CR Nº 047/2017 e 051/2017 – Orientações antecipadas da correição ordinária realizada na Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato e pedido de redimensionamento da força de trabalho da VT de SRN à Presidência em face do número insuficiente de servidores.

Memorando CR Nº 048/2017 – Orientações antecipadas da correição ordinária realizada na Vara do Trabalho de Oeiras.

Memorando CR Nº 125/2017 – Orientações antecipadas da correição ordinária realizada na Vara do Trabalho de Floriano.

1.3.6. DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

Ofícios CR Nº 044 a 050/2017, 75 a 78/2017, 87 a 89/2017, 93/2017 e 114 a 115/2017 - Priorização aos juízes específicos do julgamento de processos conclusos há mais de 90 (noventa) dias (Ato nº 1/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

Memorandos CR Nº 053 a 075/2017 - Priorização aos juízes específicos do julgamento de embargos de declaração, no prazo de 5 (cinco) dias previsto nos arts. 897-A da CLT e 1.024 do CPC/2015.

Memorandos CR Nº 090 a 109/2017 - Priorização aos juízes específicos do julgamento de embargos à execução, no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 226, II).

Memorandos CR Nº 079 a 083/2017, 086/2017 e 112 a 120/2017 - Priorização aos juízes específicos do julgamento de processos conclusos há mais de 90 (noventa) dias (Ato nº 1/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

1.3.7. DECISÕES DA CORREGEDORIA

1.3.7.1 Decisão na Reclamação Correcional nº 0000002-40.2017.5.22.0000 – Não admitida por ausência dos requisitos regimentais.

1.3.7.2. Decisão no Pedido de Providências nº 0000001-55.2017.5.22.0000 – Rejeitado o pedido de suspensão da tramitação de todos os processos ajuizados contra o Município de Luzilândia na Vara do Trabalho de Parnaíba.

1.3.7.3. Decisão referente à Petição nº 10056/2017 - Deferido o pedido de reunião, no NUAPE, das execuções em curso nas Varas do Trabalho de Teresina em que figuram como executadas as empresas SERVI SAN LTDA. e SERVI-SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

1.3.7.4. Decisão referente ao Ofício NUAPE nº 5/2017 – Determina as Varas do interior a remessa dos autos ao NUAPE das execuções envolvendo as empresas SERVI SAN LTDA. e SERVI-SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, o que deve ser feito por todas as Varas do Trabalho da 22a. Região após a elaboração e atualização dos cálculos.

1.3.7.5. Decisão referente à Petição nº 10.252/2017 – Indeferido o pedido de abandamento de crédito em favor dos requerentes, nos processos 0080929-83.2014.5.22.0004, 0081027-68.2014.5.22.0004 e 0080928-98.2014.5.22.004.

1.3.7.6. Decisão referente às Petições nº 10231/2017, 10336/2017 e 10351/2017 – Reiteração de determinação anterior para que o juízo impulsionasse a execução nos autos do Processo nº 0001396-10.2016.5.22.0003, conferindo a necessária celeridade.

1.3.7.7. Decisão referente à Petição nº 10.629/2017 – Indeferido pretensão de julgamento de EE referente ao Processo nº 0001396-10.2016.5.22.0003, não só por não se vislumbrar a falta de diligência na tramitação da execução provisória como, ainda, pela inadequação da via eleita.

1.4. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRODUZIDOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL:

No ano de 2017, a Corregedoria Regional deste Tribunal expediu os seguintes documentos administrativos: 169 OFÍCIOS; 01 OFÍCIO CIRCULAR; 127 MEMORANDOS E 39 MEMORANDOS CIRCULARES.

1.5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO TRIBUNAL:

1.5.1. SÉRIE HISTÓRICA PROCESSOS RECEBIDOS E PROCESSOS JULGADOS:

Ano	Recebidos	Solucionados	Resíduo
2017	10.095	9.772	1.789
2016	9.304	9.654	2.004
2015	9.803	9.151	2.043
2014	10.235	9.877	2.472
2013	10.077	8.383	3.628
2012	8.396	8.291	1.934
2011	7.687	7.196	1.829
2010	6.587	6.789	1.342
2009	5.691	5.172	1.798

2008	4.520	4.680	909
2007	5.305	6.283	916
2006	5.287	4.337	1.927
2005	4.097	3.558	953
2004	2.620	2.746	506
2003	2.502	2.422	467
2002	2.096	2.251	643
2001	3.797	2.808	848
2000	2.483	1.647	579
1999	3.324	2.047	266
1998	3.041	2.643	614
1997	3.015	1.811	541
1996	2.321	1.523	252
1995	2.215	2.699	351
1994	2.718	2.393	1.442
1993	3.006	1.284	172

Fonte: Estatística TST e Sistema e-Gestão.

* Incluídos os recursos internos.

1.5.2. VARIAÇÃO PERCENTUAL – PROCESSOS RECEBIDOS E RESOLVIDOS:

DESCRIÇÃO	2016	2017	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Processos recebidos	9.304	10.095	7,83%
Processos Resolvidos	9.654	9.772	1,21%
Resíduo	2.004	1.789	-10,73%

2. VARAS DO TRABALHO:

Em 2017, as Varas do Trabalho da 22ª Região receberam um total de 27.405 processos, o que significa uma variação negativa de 5,40% em relação aos dados do ano anterior, conforme se observa abaixo.

2.1. PROCESSOS RECEBIDOS X RESOLVIDOS:

	2016	2017
RECEBIDOS	28.972	27.417
RESOLVIDOS	28.333	28.397

Fonte: Informativo Justiça em Números e Sistema e-Gestão.

Se a estatística levasse em consideração apenas os processos ingressados no ano de 2017, em relação aos processos resolvidos no mesmo período, haveria uma produtividade de 103,57% na resolução das lides.

Do total de processos resolvidos (28.397), a Justiça Trabalhista conseguiu conciliar o *quantum* de 7.497 destes litígios, o que revela um índice de 26,4% em aproveitamento conciliatório.

Ressalte-se que no ano de 2017 houve a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana da Conciliação – CNJ, onde o Tribunal do Trabalho da 22ª Região conseguiu chegar ao total de 1.344 casos trabalhistas solucionados através da conciliação, somando R\$ 69.087.000,56 em valores homologados, conforme demonstram os quadros abaixo.

2.1.1. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2017:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS/AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	SOMA TOTAL DOS VALORES DOS ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	103	88	75	85,22%	1.267.749,52
2ª TERESINA	198	70	83	118,57%	555.376,51
3ª TERESINA	89	86	41	47,67%	4.720.868,45
4ª TERESINA	215	165	157	94,01%	1.696.869,88
PARNAÍBA	0	0	0	0	0,00
S R NONATO	0	0	0	0	0,00
PICOS	8	7	4	57,14%	349.341,34
CORRENTE	0	0	16	160%	67.461,16
PIRIPIRI	43	41	6	14,63%	245.900,00
FLORIANO	57	35	23	65,71%	156.520,36
OEIRAS	40	40	9	22,5%	65.800,00
BOM JESUS	140	140	135	96,42%	1.584.910,04
VALENÇA PI	0	0	0	0	0,00
URUÇUI	0	0	0	0	0,00
TOTAL	893	672	549	81,69%	10.710.797,26

2.1.2. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO DE 2017:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS/AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VAL. ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	100	82	82	100%	1.586.980,73
2ª TERESINA	235	40	38	95%	762.017,29
3ª TERESINA	60	53	41	77,36%	1.328.765,27
4ª TERESINA	80	54	54	100%	20.387.519,28
PARNAÍBA	88	52	52	100%	361.376,29

S R NONATO	5	5	2	40%	3.186.050,06
PICOS	0	0	0	0	0
CORRENTE	136	133	122	91,73%	747.571,01
PIRIPIRI	93	93	15	16,13%	1.236.874,52
FLORIANO	17	13	13	100%	333.131,31
OEIRAS	10	10	3	30%	27.000,00
BOM JESUS	40	40	33	82,50%	483.134,84
VALENÇA PI	0	0	0	0	0
URUÇUI	0	0	0	0	0
CENTRAL DE LEILÕES					484.332,00
NÚCLEO DE EXECUÇÃO					0
TOTAL	864	575	455	79,13%	30.924.752,60

2.1.2. RESULTADOS DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO – CNJ DE 2017:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS/AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VAL. ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	100	76	76	100%	851.825,75
2ª TERESINA	139	63	54	85,71%	709.354,31
3ª TERESINA	139	131	28	21,37%	23.448.269,23
4ª TERESINA	107	105	105	99,22%	1.916.633,79
PARNAÍBA	0	0	0	0	0
S R NONATO	0	0	0	0	0
PICOS	0	0	0	0	0
CORRENTE	43	43	39	90,70%	204.419,00
PIRIPIRI	0	0	0	0	0
FLORIANO	23	23	23	100%	126.136,62
OEIRAS	33	32	15	46,87%	194.812,00
BOM JESUS	0	0	0	0	0
VALENÇA PI	0	0	0	0	0
URUÇUI	0	0	0	0	0
TOTAL	584	473	340	71,88%	27.451.450,70

2.2. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO SEGUINTE:

A seguir, é possível fazer-se uma análise comparativa das pendências de julgamento nos últimos 03 (três) anos, segundo os indicadores quantitativos.

ANO	2015	2016	2017
QUANTIDADE	12.001	13.878	12.912

Fonte: Sistema e-Gestão

* Ressalte-se que alguns dados de 2016 estão diferentes dos que constaram no Relatório de Atividades anterior, tendo em vista que houve atualização das ferramentas de extração dos dados referentes aos itens do e-Gestão.

2.4. MOVIMENTO PROCESSUAL POR VARA:

VARA	PENDENTES/ ANO ANTERIOR	RECEBIDOS		TOTAL A JULGAR	JULGADOS	REMANES- CENTES
		Sentenças Anuladas	Novos			
1ª TERESINA	1.948	4	2.918	4.870	3.646	1.224
2ª TERESINA	2.201	1	2.897	5.099	3.607	1.492
3ª TERESINA	1.964	2	2.922	4.888	3.188	1.700
4ª TERESINA	823	0	2.895	3.718	2.725	993
PARNAÍBA	1.716	1	2.195	3.912	2.649	1.263
S R NONATO	1.511	0	2.573	4.084	2.559	1.525
PICOS	800	0	3.022	3.822	2.222	1.600
CORRENTE	118	0	755	873	810	63
PIRIPIRI	804	0	1.978	2.782	1.795	987
FLORIANO	750	3	1.204	1.957	1.183	774
OEIRAS	552	0	1.613	2.165	1.470	695
BOM JESUS	375	1	772	1.148	991	157
VALENÇA PI	218	0	1.135	1.353	1.087	266
URUÇUÍ	98	2	538	638	465	173
TOTAL	13.878	14	27.417	41.309	28.397	12.912

TÍTULO XIX

OUVIDORIA REGIONAL

I) Informações gerais e competência legal

A Ouvidoria do TRT da 22ª Região funciona como um canal direto de comunicação entre o Tribunal e o cidadão, possibilitando a transmissão de informações e colaborando para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população.

Recorrendo à Ouvidoria, o usuário pode estabelecer um diálogo com a instituição, acerca do seu funcionamento geral, horários e serviços prestados.

Formalmente, as atividades deste setor são regulamentadas pelas Resoluções Administrativas nº 47/2016 e nº 51/2016, disponíveis no item “Regulamentação”, constante do endereço eletrônico: <<http://www.trt22.jus.br/portal/ouvidoria/>>.

Nos termos do inciso II do art. 4º da R.A. nº 47/2016, cabe à Ouvidoria do TRT/PI, “receber informações, reclamações, denúncias críticas e elogios sobre as atividades do TRT/PI e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas”.

Também cabe à Ouvidoria do TRT/PI, nos termos do inciso III do art. 4º da R.A. nº 47/2016, “receber, registrar, controlar e responder o pedido de acesso à informação, disciplinado pelo SIC (R.A. nº 051/2016).

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, no âmbito da Justiça do Trabalho da 22ª Região, foi criado em 2012 para assegurar ao cidadão o direito fundamental de acesso à informações, regulado pela Lei nº 12.527/2011.

O pedido de informações deve conter a identificação do requerente e a especificação da informação pretendida. Não serão exigidos os motivos determinantes da solicitação de informação.

O fornecimento da informação é gratuito, salvo se houver necessidade de reprodução de documentos.

Não serão processadas por esta Ouvidoria, nos termos dos incisos I, II e III do art. 7º da R.A. nº 47/2016: manifestações anônimas; manifestações para as quais existam recursos específicos, inclusive correição parcial; consultas sobre direitos trabalhistas e previdenciários.

II) Relacionamento com a sociedade por canais de acesso

A Ouvidoria do TRT22 disponibiliza os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- **Formulário eletrônico** disponível no sítio do Regional - <http://www.trt22.jus.br/portal/ouvidoria>;
- **Formulário SIC** (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível por via eletrônica, disponível no endereço eletrônico deste Tribunal (<www.trt22.jus.br>), pelo link: <<http://www.trt22.jus.br/portal/ouvidoria/>>, item: “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC”. O serviço tem objetivos específicos, conforme as disposições da Lei n. 12.527/2011, de promover o acesso a informações ou documentos produzidos e/ou recebidos pelo Tribunal.
- **E-mail** - ouvidoria@trt22.jus.br;
- **Telefone direto** - (86) 2106-9516, com atendimentos de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00h às 14:00h;
- **Correios** - correspondências endereçadas à Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, Rua 24 de Janeiro, 181 - Centro/Norte, 3º andar - CEP 64.000-921 - Teresina-PI;
- **Formulários impressos/urna** - disponíveis nas caixas de coleta localizadas no Tribunal e nas Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado;
- **Atendimento Presencial** - prestado por servidor da Ouvidoria, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00h às 14:00h, no 3º andar do prédio sede deste Tribunal.

III) Números estatísticos referentes aos trabalhos da Ouvidoria em 2017

1 Quantitativo geral

Foram registradas 733 (setecentas e trinta e três) manifestações, o que significa um decréscimo de 17,45% em relação ao exercício de 2016 (888 manifestações).

2 Quantitativo por tipo de canal

As 733 manifestações ocorridas no exercício 2017 chegaram à Ouvidoria do TRT22 pelos seguintes canais de acesso ao cidadão:

- Formulário eletrônico e SIC: **360 manifestações (49,11%)**;
- E-mail: **220 manifestações (30,01%)**;
- Telefone: **110 manifestações (15,01%)**;
- Formulários impressos / urna: **3 manifestações (0,41%)**;
- Atendimento Pessoal: **40 manifestações (5,46%)**.
- Correios: **Não ocorreu.**

3 Quantitativo por tipo de manifestação

As 733 manifestações ocorridas no exercício 2017 foram classificadas da seguinte forma:

- Crítica: **12 manifestações (1,64%);**
- Denúncia: **56 manifestações (7,64%);**
- Dúvida: **37 manifestações (5,05%);**
- Elogio: **15 manifestações (2,05%);**
- Informação: **371 manifestações (50,61%);**
- Acesso à Informação (SIC): **2 manifestações (0,27%);**
- Reclamação: **224 manifestações (30,56%);**
- Sugestão: **4 manifestações (0,54%);**
- Outros: **12 manifestações (1,64%).**

4 Quantitativo por perfil do manifestante

Quanto ao perfil do manifestante (usuário da Ouvidoria), as 733 manifestações ocorridas no exercício 2017 foram classificadas da seguinte categorias:

- Reclamante ou reclamado em ação trabalhista: **449 manifestações (61,22%);**
- Advogado: **96 manifestações (13,02%);**
- Estagiário: **12 manifestações (1,66%);**
- Magistrado: **16 manifestações (2,22%);**
- Servidor do TRT: **26 manifestações (3,60%);**
- Ouvidoria Externa: **4 manifestações (0,55%);**
- Outros: **130 manifestações (17,73%).**

IV) Inspeção no Portal da Transparência

Considerando que o *Portal da Transparência* deste Tribunal configura-se como um canal ativo de acesso à informação, esta Ouvidoria realizou em 2017, uma inspeção anual no respectivo *Portal*, que se encontra disponível em < <http://www.trt22.jus.br>>, no item “Transparência”. Na ação, foram inspecionados cerca de 80 documentos, com sequente notificação da Secretaria de Governança e Estratégia do TRT da 22ª Região, para as providências necessárias relativas à atualização e/ou retificação do respectivo conteúdo da “Transparência”.

V) Capacitação para aperfeiçoamento dos trabalhos da Ouvidoria

Colaboradores desta Ouvidoria realizaram em 2017, capacitações durante encontros nacionais do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), em que ocorrem palestras sobre: técnicas e cortesia no atendimento, legislação atualizada, sistemas eletrônicos, uniformização e aperfeiçoamento de trabalhos e “boas práticas” em Ouvidorias do Poder Público, do Brasil.

VI) Carta de Serviço ao Usuário

Embora o TRT da 22ª Região ainda não disponha da Carta de Serviço ao Cidadão, acessando a sítio do TRT22 na Web, o cidadão obtém informações claras e precisas relacionadas à missão deste Tribunal e aos seus serviços prestados (cálculo trabalhista, carta precatória eletrônica, CNDT, emissão de GRU, E-Doc, GRF Web recursal, leilão judicial, plantão judicial, justiça itinerante), bem como aos sistemas de consulta (endereços e telefones, atas, custas e emolumentos, legislação, pautas, precatórios, PJe, Processo nas Varas, no Tribunal, publicações, tabelas, estatísticas, produtividade dos juízes de 1º grau, indicadores de desempenho, disponibilidade dos sistemas etc.).

Todos esses serviços são dispostos de forma visível, clara e de fácil navegabilidade e usabilidade, permitindo que o usuário tenha acesso rápido ao conteúdo pretendido. Além disso, o portal do TRT da 22ª Região possui o Mapa do Site, onde é possível ter uma visão geral das páginas do website.

Ainda buscando divulgar o seu papel ao cidadão, a Ouvidoria adotou algumas medidas, tais como: alteração do ícone da Ouvidoria no portal do TRT22, tornando-o mais visível para o usuário; confecção e distribuição de cartazes no prédio sede e nas Varas da Capital e Interior, com o slogan “O TRT22 QUER OUVIR VOCÊ”; colocação de caixas de coleta de sugestão, reclamações e denúncias na sede do TRT e em todas as Varas; divulgação das atividades nas redes sociais em parceria com Assessoria de Comunicação deste Regional e recepção de formulários da Ouvidoria durante ações públicas da Rede de Ouvidorias do Estado/PI – da qual é integrante.

Ademais, esta Ouvidoria informa que já existe processo interno para confecção da Carta de Serviços ao Cidadão, nos termos do Art. 7º, § 1º, da Lei 13.460/2017 (Lei de Proteção aos Usuários dos Serviços Públicos).

VII) Análise das Manifestações, Motivos e Providências

1 Análise sobre Manifestações

Quanto ao item “tipo de manifestação”, conclui-se que os “pedidos de informações” (incluindo o SIC) e as “reclamações” somam, juntos, 81,44% dos manifestos de 2017. Desta maioria, registra-se preponderância de manifestações sobre andamentos e prazos processuais, advindas das “partes” (reclamante ou reclamado), e dos “advogados” constituídos nos autos. A soma

destes dois subitens inclusos em “perfil do manifestante” atinge 74,24%, em relação às sete categorias analisadas.

Se forem levados em conta apenas autores, réus e advogados, em relação aos “pedidos de informação” e às “reclamações”, sobre atos e prazos dos processos em que são constituídos, chega-se a quase 100% dos manifestos, pontuando que quase não há requerimentos sobre processos, advindos de terceiros, tendo em vista a Resolução CNJ nº 121/2010.

2 Motivos e Providências Administrativas

De acordo com informações gerais prestadas pelos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho, tais dados estão sendo configurados a partir de dois gargalos: o primeiro, relativo ao crescente volume de demandas para um restrito número de servidores por unidade; o segundo, relativo a uma carência de atendimento ao público, por telefone, nas unidades jurisdicionais, situação em que os respectivos dirigentes teriam que escolher entre cumprir suas tarefas de conduzir os trâmites processuais ou utilizar o mesmo tempo e recursos humanos para atender às ligações telefônicas e respectivas solicitações. Neste segundo caso, a carência de atendimento telefônico pelas Varas do Trabalho causa escoamento, para a Ouvidoria, de pedidos de informação sobre processos.

Verificou-se ainda que vários contatos telefônicos constantes no sítio eletrônico deste Tribunal aparecem desatualizados, reiteradas vezes, em relação a diferentes setores. Além disso, ocorreram falhas pontuais nos serviços telefônicos de unidades do interior, o que contribuiu para a canalização de pedidos de informação processual para esta Ouvidoria. Tais falhas nas unidades do interior foram sanadas dentro de poucos dias após o contato desta Ouvidoria.

Em observância ao Art. 14 da Lei 13.460/2017, os problemas acima elencados foram informados à Alta Administração desta Corte, que está avaliando alternativas de soluções sustentáveis em médio prazo, enquanto esta Ouvidoria tem recomendado às unidades jurisdicionais, que otimizem ao máximo, a atenção às ligações telefônicas.

Todas as outras ações desta Ouvidoria Regional (sobre os pedidos de informação e reclamações acerca de atos e prazos processuais) foram executadas ordinariamente, por meio de comunicação interna oficial, tratando de cada assunto em particular e requerendo soluções dentro dos prazos legais, o que vem sendo observado a contento. Os demais “tipos de manifestação” recebem, igualmente, tratamento individual específico, com notificação dos setores envolvidos, conforme descrito acima.

TÍTULO XX

ESCOLA JUDICIAL – EJUD22

01. VIII SEMANA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS DA 22ª REGIÃO e V ENCONTRO DE DIRETORES DE VARAS DO TRABALHO DO TRT DA 22ª REGIÃO

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas/aula - capacitação de magistrados e 30 (trinta) horas/aula - capacitação de Diretores de Varas do Trabalho e demais servidores.

DATAS: 16 a 20 de janeiro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações expositivas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Auto conhecimento e qualidade de vida no trabalho: gestão do estresse e do tempo - 2 h/a. Maria do Carmo Bezerra Maciel Bedard. Pós-Doutorado em Ciências Sociais (Sorbonne - Paris V, 2001). Atividade de formação inserida no Subeixo Jurisdicional-Trabalhista. PAINEL: Boas práticas de procedimentos e gestão de Vara do Trabalho - 4 h/a. Expositores: Antonio Tássio Nogueira Fernandes; Marcelo Nunes Nolleto e Raimundo Nonato de Oliveira Jr - Diretores de Secretarias de Varas do TRT da 22ª Região. Atividade de formação inserida no Subeixo Administrativo-Funcional. Gestão Estratégica e novas perspectivas para a Justiça do Trabalho - 1 h/a. Juiz Gustavo Ribeiro Martins (Auxiliar da Presidência do TRT 22ª Região). Atividade de formação inserida no Subeixo Administrativo-Funcional. PAINEL: Decisão surpresa no NCPD e sua repercussão no Processo do Trabalho - 5 h/a. Expositores: CLÁUDIO REGO e RAFAEL MIZIARA - Advogados. Novas ferramentas eletrônicas e aplicabilidade em prol da execução trabalhista. Juiz Tibério Freire Villar da Silva (Titular de Vara do Trabalho da 22ª Região). PAINEL: O Direito e sua contextualização em face das atuais transformações sociais no mundo contemporâneo - 6 h/a. Expositores: Francisco Meton Marques de Lima e Nelson Juliano Cardoso Matos - Doutor em Direito pela UFPE. Cientificação da conduta culposa do empregador em acidente de trabalho: subsídios para ações regressivas acidentárias e a quantificação do dano – acidentes de trabalho e doenças ocupacionais - 6 h/a. Amaury Rodrigues Pinto Junior (Desembargador do TRT da 24ª Região). O Direito do Trabalho como direito fundamental e as decisões recentes do STF - 6 h/a. Guilherme Guimarães Feliciano (Juiz do Trabalho da 15ª Região). Atividade de formação inserida no Subeixo Jurisdicional-Trabalhista, conf. definido no Programa Nacional de Formação Continuada de Magistrados do Trabalho (Res. ENAMAT Nº 18, de 29.06.15).

Nº DE PARTICIPANTES: 32 magistrados e 14 servidores. Total de participantes: 46.

02. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE EM RECURSO DE REVISTA E INCIDENTES PROCESSUAIS CORRELATOS

MINISTRANTE: Dr. Gustavo Ribeiro Martins (Juiz Auxiliar da Presidência do TRT da 22ª Região)

OBJETIVOS: Percorrer os caminhos para que se possa realizar o Juízo de Admissibilidade em recurso de revista, passando por uma breve análise do art. 896 da CLT, realizando uma análise sistemática dos recursos trabalhistas e auxiliar no exame da admissibilidade do recurso de revista.

PÚBLICO ALVO: Servidores lotados no Gabinete da Presidência e que auxiliem no exame de admissibilidade do recurso de revista.

CARGA HORÁRIA: 08 (oito) horas/aula.

DATAS: 23 e 24 de janeiro de 2017.

LOCAL: Gabinete da Presidência do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva, com participação interativa dos alunos e reflexões contextualizadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Análise do art. 896 da CLT, a partir da redação da Lei 13.015/14. Importância, sistemática e diferenças do Recurso de Revista para o Recurso Ordinário. Análise de Súmulas e OJs relacionadas à matéria. Casos concretos.

Nº DE PARTICIPANTES: 09 servidores. Total de participantes: 09.

03. PJE CALC

MINISTRANTE: Amanda Santos Teixeira (Servidora do TRT da 22ª Região)

OBJETIVOS: O objetivo principal do curso é capacitar os calculistas para realizar cálculos de liquidação no Sistema PJe-Calc. Apresentar as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências de modo a formar calculistas capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas, tanto do público interno quanto externo. Também objetiva-se uniformizar os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorar a qualidade da prestação jurisdicional reduzindo erros de cálculos e aumentando a produção dos calculistas.

PÚBLICO ALVO: Servidores lotados nos Setores de Cálculos.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 09 e 10 de fevereiro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva, com participação interativa dos alunos e reflexões contextualizadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Dados do processo e parâmetros do cálculo, Cadastro e configuração de faltas e férias, Cadastro de histórico salarial, Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias, Geração e importação de cartão ponto, Lançamento de verbas principais e reflexas, Parâmetros e ocorrências das verbas, Parametrização e apuração de verbas rescisórias,

Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho, Parametrização e apuração de salário família, Parametrização e apuração de seguro desemprego, Parametrização e apuração de FGTS, Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias, Parametrização e apuração de pensão alimentícia, Parametrização e apuração de previdência privada, Parametrização e apuração de imposto de renda, Parametrização e apuração de multas e indenizações, Parametrização e apuração de honorários, Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora, Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo, Geração dos relatórios do cálculo, Validação do cálculo, Importação e exportação do cálculo, Tabelas auxiliares do sistema, Resumo de Cálculo para adequação à Súmula 11 do TRT 23ª Região e Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 15 servidores e 01 Magistrado. Total de participantes: 16.

04. PANORAMA ORÇAMENTÁRIO INTEGRADO AO SIGEO e GOVERNANÇA CORPORATIVA

MINISTRANTE: Robnaldo José Santos Alves (TRT da 18ª Região)

OBJETIVOS: 1. Acompanhar toda a execução orçamentária, mostrando os detalhes relativos ao orçamento disponível, viabilizando o acompanhamento da execução do orçamento em tempo real e permitindo o remanejamento dos saldos disponíveis dos contratos antes do encerramento do exercício, mediante extração de dados obtidos no Sistema Integrado Gestão Orçamentária - SIGEO (sistema padrão adotado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para execução orçamentária, a ser utilizado por todos os Tribunais Regionais do Trabalho) e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. 2. Discorrer acerca da importância e da adoção da prática de Governança Corporativa na Administração Pública. A Governança Corporativa é fundamental e indispensável para o equilíbrio administrativo nas tomadas de decisões dos gestores e das contas públicas, como ferramenta ou mecanismo para incentivar e controlar possíveis prejuízos financeiros oriundos de conflitos de interesses entre administradores e administrados.

PÚBLICO ALVO: Magistrados e Servidores.

CARGA HORÁRIA: 08 (doze) horas/aula.

DATAS: 20 e 21 de fevereiro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva por meio de slides e/ou documentos, com participação interativa dos alunos e disponibilização dos conteúdos em meio eletrônico de modo a permitir consultas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PANORAMA ORÇAMENTÁRIO INTEGRADO AO SIGEO: Overview completo sobre a ferramenta Panorama Orçamentária e integração com o Sistema Integrado Gestão Orçamentária – SIGEO por meio das projeções de empenho. PALESTRA SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Apresentação sobre os conceitos e fundamentos de Governança Corporativa e de TIC, Modelos de Governança na Administração

Pública Federal e um Estudo de Caso sobre a Governança no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Nº DE PARTICIPANTES: 52 servidores e 01 Magistrado. Total de participantes: 53.

05. TREINAMENTO - PJE 1º GRAU

MINISTRANTES: Antonio Tássio Nogueira Fernandes e Clara Maria Rego Leite (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Expor o sistema PJe JT (1º Grau) de modo teórico e prático, objetivando uma compreensão ampla do sistema, apresentando as funcionalidades fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, de forma a capacitar os servidores a exercerem atividades de Secretaria de Vara.

PÚBLICO ALVO: Servidores do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas/aula.

DATAS: 27 a 30 de março de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas presenciais realizadas em laboratório de informática, sempre intercalando teoria e prática. As funcionalidades do sistema serão apresentadas na forma de exemplos práticos de atos de Secretaria de Vara.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: *LAYOUT* do PJe. Retificação de autuação. Caixas de entrada (Triagem inicial, apreciar urgentes, valor incompatível, iniciar liquidação/execução, analisar dependência). Designação de audiência. Dar ciência às partes/Preparar ato de comunicação (notificação/intimação, mandado, edital, carta precatória). Criar expediente de secretaria (ofício, alvará, certidão). Conclusão ao magistrado. Minutar despacho/decisão/sentença (antecipação de tutela, embargos de declaração, recursos, embargos à execução). Trânsito em julgado. Iniciar liquidação/execução. Cartas precatórias. Registrar pagamentos. Arquivamento. Agrupadores (petição avulsa, habilitação nos autos, petição não apreciada). Implicações dos movimentos no eGestão.

Nº DE PARTICIPANTES: 13 servidores. Total de participantes: 13.

06. PALESTRA "CONSCIENTIZAÇÃO E ESCLARECIMENTOS: VAMOS CONVERSAR SOBRE ASSÉDIO MORAL?"

MINISTRANTE: Fabíola Veloso Alves Falcão (Psicóloga).

OBJETIVOS: Palestra ministrada no Programa de Desenvolvimento de Líderes, visando a conscientização de servidores e magistrados sobre Assédio Moral.

PÚBLICO ALVO: Servidores e magistrados do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 02 (duas) horas/aula.

DATAS: 24 de abril de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Conceito; Métodos de assédio; Diferença de situação assediante e não assediante; Particularidades do setor público; Consequências e Prevenção.

Nº DE PARTICIPANTES: 20 servidores. Total de participantes: 20.

07. I SIMPÓSIO DE SAÚDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

MINISTRANTE: Leonardo Borges Ferro e Eryson Thiago do Prado Batista (Odontólogos)

OBJETIVOS: Capacitar o profissional quanto à Legislação básica de saúde, segurança do trabalho e biossegurança em ambientes de saúde; Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS no âmbito do TRT22, Elaboração do Procedimento Operacional Padrão-POP no âmbito do TRT22.

PÚBLICO ALVO: Servidores do TRT da 22ª Região lotados no Serviço de Atendimento Médico Odontológico, representantes do Conselho Regional de Odontologia e da Vigilância Sanitária.

CARGA HORÁRIA: 08 (oito) horas/aula.

DATAS: 25 e 26 de abril de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: CICLO INICIAL DE BIOSSEGURANÇA: Cuidados da Equipe com equipamentos, instrumentais e materiais utilizados. PALESTRANTE (DOCENTE): Leonardo Borges Ferro (Professor Doutor da Disciplina de Anatomia Humana do curso de Odontologia da UFPI). Carga Horária: 4 horas. CICLO FINAL DE BIOSSEGURANÇA: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Serviço de Saúde. PALESTRANTE (DOCENTE) : Eryson Thiago do Prado Batista (Cirurgião Dentista Membro da Comissão de Fiscalização do Conselho Regional de Odontologia). Carga horária: 4 horas.

Nº DE PARTICIPANTES: 06 servidores e 07 externos. Total de participantes: 13.

08. III SEMINÁRIO PIAUIENSE DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTÍMULO À APRENDIZAGEM

OBJETIVOS: finalidade é consolidar e ampliar o vínculo institucional da Justiça do Trabalho com o compromisso pela erradicação do trabalho infantil no Brasil.

PÚBLICO ALVO: Magistrados, servidores e público em geral

CARGA HORÁRIA: 10 (oito) horas/aula.

DATAS: 05 de maio de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROGRAMAÇÃO - 07:00 - CREDENCIAMENTO. 08:30 - SESSÃO SOLENE DE ABERTURA - Palavra dos Organizadores: Des. Giorgi Alan Machado Araújo - Presidente do TRT da 22ª Região, Des. Manoel Edilson Cardoso - Diretor da EJUD22 e Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz - Gestor do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Incentivo à Aprendizagem (1º Grau). Inauguração da exposição: "O MUNDO SEM TRABALHO INFANTIL". 09:00 - CONFERÊNCIA: "ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: UMA QUESTÃO ESSENCIAL AOS DIREITOS HUMANOS" - Kátia Magalhães Arruda - Ministra do TST - Coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. 10:30 - PAINEL 1: "BOAS PRÁTICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL" - Presidente da mesa: Luciane Rodrigues do Rêgo Monteiro Sobral - Juíza do Trabalho TRT - 22ª Região /PI. - Resgate a infância - O combate ao trabalho infantil pelo Ministério Público do Trabalho. Expositora: Valesca de Moraes do Monte - Coordenadora Nacional do Programa de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - COORDINFÂNCIA - Ministério Público do Trabalho. 11:00 - "Pelotão Mirim e repercussão na formação de crianças e adolescentes". Expositor: Capitão Saraiva - Coordenador Estadual do Pelotão Mirim da Polícia Militar do Piauí. 14:30 - PAINEL 2: "COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO PIAUÍ – Casos e sugestões para aprimoramento" - Presidente da mesa: Gustavo Ribeiro Martins -Juiz do Trabalho - Auxiliar da Presidência do TRT 22ª Região/PI. - "Combate ao trabalho infantil: Realidade prática e suas dificuldades". Expositor: José Camilo Ribeiro da Silveira - Auditor Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 15:30 - "Aspectos positivos do contrato de aprendizagem na empresa CFH - Empreendimentos Comerciais e Representações Ltda. Expositoras: Ana Maria Rocha Oliveira - Coordenadora do Ensino à Distância do Senac-PI -Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Joisa Braga - Gerente de Desenvolvimento Organizacional da CFH. 16:00 - CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO - "TRABALHO INFANTIL EM SUAS PIORES FORMAS E AS AÇÕES PARA SUA ERRADICAÇÃO" - Regina Coelli Batista de Moura Carvalho - Juíza do Trabalho - TRT 22ª Região/PI. 17:00 - ENCERRAMENTO DO EVENTO.

Nº DE PARTICIPANTES: 44 servidores, 11 magistrados e 74 externos. Total de participantes: 129.

09. OPERADOR DE DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE - SPARK - (TECNOLOGIAS NÃO LETAIS (SPARK 700 e ESPARGIDOR GL 108E)

MINISTRANTES: Rafael Correa Frota (1º Ten. PM-PI), Geovanei Mota Brito (Cap. PM-PI) e Marcelo Francisco de Carvalho Silva (Sgt. PM-PI).

OBJETIVOS: Formar operadores de tecnologias de menor potencial ofensivo com habilitação de Operação de DCEI (Dispositivo de Condutividade Elétrica Incapacitante), modelo SPARK Z2.0, do fabricante Condor e Espargidor GL-108/E; Capacitar, habilitar e treinar os Agentes de Segurança Judiciária no manuseio e operação de arma de menor potencial ofensivo modelo SPARK Z2.0; Demonstrar as oportunidades, técnicas de manuseio, emprego eficaz e seguro das armas SPARK; Discutir os aspectos médicos e de segurança para a saúde da tecnologia SPARK; Capacitar teoricamente os Agentes de Segurança

para a compreensão dos princípios de funcionamento e operação de armas SPARK; Qualificar os Agentes de Segurança através de treinamento prático para desenvolver habilidades operativas de ação eficaz e segura com as SPARK e o Espargidor GL-108/E; Desenvolver comportamentos, atitudes e técnicas que respeitem os direitos dos cidadãos e a dignidade da pessoa humana; Certificação dos Agentes de Segurança, após avaliação teórica (oral ou escrita) e prática, com validade de 12 meses, após a conclusão do ciclo de treinamento.

PÚBLICO ALVO: Agentes de Segurança do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 11 e 12 de maio de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Histórico e Conceitos; Uso Diferenciado da Força; Nível de Uso da Força; Legislação; Equipamento de Menor Potencial Ofensivo; Armas de Choque; Armas de Choque de Contato; Armas de Lançamento de Eletrodos Energizados; Espargidores GL - 108/E; Utilização, Efeitos, Pontos de Aplicação e Processo de Descontaminação.

Nº DE PARTICIPANTES: 12 servidores e 03 externos. Total de participantes: 15.

10. PALESTRA "MINDSET: ATITUDES MENTAIS QUE INFLUENCIAM A NOSSA VIDA"

MINISTRANTE: Maria da Conceição Sotero Costa (Servidora do TRT da 22ª Região)

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 02 (duas) horas/aula.

DATAS: 22 de maio de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva, com participação interativa dos alunos e reflexões contextualizadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Mindset; Mentalidade Fixa ou Rígida; Mentalidade Progressiva ou de Crescimento; Qual é o seu tipo de atitude mental?; Influência do Mindset; Obstáculos Mentais; Mindshift - Mudança de Mindset.

Nº DE PARTICIPANTES: 34 servidores. Total de participantes: 34.

11. RECICLAGEM ANUAL PARA AGENTES DE SEGURANÇA: "ARMAS LETAIS, NÃO-LETAIS E BRIGADA DE INCÊNDIO"

MINISTRANTE: Treinamento ministrado mediante a contratação da empresa CENTRO TÉCNICO DE FORMAÇÃO E VIGILÂNCIA LTDA - ME (CET SEG) - PRADM 245/2017.

OBJETIVOS: Desenvolver competências para atuação profissional de segurança, com a aplicação de medidas para garantir proteção aos ativos (pessoas, processos, equipamentos, materiais etc), de acordo com as especificidades dos órgãos do Poder Judiciário, observando-se o desenvolvimento de competências profissionais atinentes às atividades de segurança, planejamento e aplicação de medidas que visem à segurança institucional, como: Garantia dos atos judiciais; Difusão de conceitos e técnicas relativas à segurança com o fito de alicerçar as atividades inerentes ao cargo de Agente de Segurança do Judiciário Federal; Desenvolvimento e preparação técnica e psicológica dos Agentes de Segurança, capacitando-os a analisar, identificar e agir ante o perigo potencial.

PÚBLICO ALVO: Agentes de Segurança do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas/aula.

DATAS: 29 de maio a 02 de junho de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: TREINAMENTO TÁTICO COM ARMAS LETAIS: 1. ASPECTOS TEÓRICOS: Normas de Segurança; Técnicas de tiro defensivo: posição (weiver e isósceles), empunhadura (dupla), visada e semi-visada (para tiro intuitivo), respiração, acionamento do gatilho, recarga tática, aspectos psicofísicos do encontro violento; Normas de Segurança. 2. ASPECTOS PRÁTICOS: Disparos de precisão com munição real (tiro visado); Disparos defensivos em ação dupla (tiro semi-visado); Tiro em alvo único com stress. TREINAMENTO TÁTICO COM ARMAS NÃO-LETAIS: 1. ASPECTOS TEÓRICOS: Identificar versões existentes de armas de choque; Mecanismos de funcionamento; Restrições impostas ao uso; Sintomas decorrentes da sua utilização; Identificar versões existentes de armas de choque; Conhecer alternativas táticas de emprego de arma de choque. 2. ASPECTOS PRÁTICOS: Demonstrações e exercícios práticos com cartuchos de treinamento. BRIGADA DE INCÊNDIO: 1. ASPECTOS TEÓRICOS: Teoria contra incêndio e IT17/2015; Reconhecer os principais agentes extintores de incêndios para aplicação na classe de incêndio correspondente; Demonstração dos principais equipamentos de combate a incêndio e explicação sobre ventilação tática; Explicação de como reconhecer um extintor de incêndio sem a necessidade de ler o rótulo de instruções; Demonstração dos principais sistemas de proteção da edificação e primeiros socorros. 2. ASPECTOS PRÁTICOS: Exercícios simulados para desempenhar técnicas de prevenção e combate a incêndios; Manuseio de extintores; Exercício prático para prevenir e combater incêndios; Condutas na prestação dos primeiros socorros.

Nº DE PARTICIPANTES: 23 servidores e 06 externos. Total de participantes: 29.

12. PALESTRA "TUTELAS PROVISÓRIAS"

MINISTRANTE: Cláudio Moreira do Rêgo Filho (Advogado)

OBJETIVOS: Capacitar magistrados, servidores e público em geral, interessados na aplicação do Novo Código de Processo Civil.

PÚBLICO ALVO: Magistrados, servidores do TRT da 22ª Região lotados na Vara do Trabalho de Piripiri, advogados e demais interessados na aplicação do Novo Código de Processo Civil.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 30 de junho de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região - Pólo Piripiri (PI).

METODOLOGIA: Aula expositiva. disponibilização dos materiais em meio eletrônico. Interação com o público. Análise de situações concretas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Tutela Provisória - Disposições Gerais. Tutela de Urgência - Procedimento. Tutela de evidência.

Nº DE PARTICIPANTES: 01 magistrado, 12 servidores e 12 externos. Total de participantes: 25.

13. PALESTRAS: "PROTAGONIZE A SUA HISTÓRIA PARA O SUCESSO", "COMO LIDAR COM PESSOAS DIFÍCEIS" e "ESTADO ATUAL E ESTADO DESEJADO: COMO CHEGAR LÁ?" - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATA: 18 de agosto de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região - Pólo Piripiri (PI).

METODOLOGIA: Aula expositiva. disponibilização dos materiais em meio eletrônico. Interação com o público. Análise de situações concretas.

PROGRAMAÇÃO: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES - 08:30 – Homenagem: Servidores de Méritos; 09:00 – Protagonize a sua história para o sucesso (1. Autoconhecimento, 2. Autoperformance e 3. Autorresponsabilidade); Facilitador: Mariane Aquino (Coach de Realização Profissional, Jornalista, Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos e Escritora). 11:00 - Como lidar com pessoas difíceis? (1. Quais são os 4 tipos de pessoas (quanto ao perfil comportamental), 2. Como lidar com cada um deles? 3. Como descobrir o seu perfil comportamental? Facilitador: Deoclécio Dantas (Palestrante, Coach e Analista Comportamental). 12:00 – Estado Atual e Estado Desejado. Como chegar lá? Facilitadores: Fabíola Falcão e José de Anchieta Araújo Marques. Video: Eu estive aqui.

Nº DE PARTICIPANTES: 73 servidores. Total de participantes: 73.

14. IX SEMANA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS DA 22ª REGIÃO

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas/aula e Registro Reflexivo 10 (dez) horas/aula.

DATA: 21 a 25 de agosto de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região

METODOLOGIA: Palestras expositivas.

PROGRAMAÇÃO: DIA 21 de agosto, segunda-feira: 8h30 – Planejamento e Ação Institucional - Juiz Gustavo Ribeiro Martins (Auxiliar da Presidência do TRT - 22ª Região/PI) - Pós-Graduado em Processo Civil, Álvaro Celso Bonfim Resende (Secretario de Governança e Estratégia do TRT - 22ª Região) - Pós-Graduado em Gestão Pública Judiciária (Cefet-MT) e José Wallace Ribeiro de Macedo Junior (Secretario de Tec. da Informação e Com. TRT da 22ª Região) - Mestre em Ciência da Computação (UFPE); 11h00 - Reforma Trabalhista: Re(pensando) o princípio da proteção no Direito do Trabalho - Juíza Valdete Souto Severo (TRT - 4ª Região/RS) - Doutora em Direito do Trabalho pela USP; 14h00 - Encerramento. DIA 22 de agosto, terça-feira: 8h00 - Reforma Trabalhista e Terceirização - Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão (Tribunal Superior do Trabalho) - Mestre em Direito (UFBA); 11h00 - Gestão Documental e Memória - Juíza Maria Cristina Diniz Caixeta (TRT - 3ª Região/MG) - Mestra em Processo (PUC MINAS). 13h00 - Debates. 14h00 - Encerramento. DIA 23 de agosto, quarta-feira: 8h00 – 1º PAINEL: Reforma Trabalhista e Precarização das Relações de Trabalho - Expositor: Juiz José Aparecido dos Santos (TRT 9ª Região/PR) - Mestre e Doutor em Direito (PUC/PR). Debatedor: Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz (TRT 22ª Região/PI) - Mestre em Direito (PUCRS); Debatedora: Juíza Regina Coelli Batista de Moura Carvalho (TRT 22ª Região/PI) - Mestra em Direito (UFPE). Presidente da Mesa: Thiago Spode (TRT 22ª Região/PI). 14h00 - Encerramento. DIA 24 de agosto, quinta-feira: 8h00 - 2º PAINEL — Novo CPC e Processo do Trabalho - Expositor: Desembargador Sérgio Torres Teixeira (TRT 6ª Região/PE) - Mestre e Doutor em Direito (UFPE). Debatedor: Desembargador Francisco Meton Marques de Lima (TRT 22ª Região/PI); Debatedor: Desembargador Arnaldo Boson Paes (TRT 22ª Região/PI) - Mestre em Direito Constitucional (UFC). Doutor em Direito do Trabalho (PUC/SP). Doutor em Direito das Relações Sociais (UCLM/Espanha). Presidente Juiz Roberto Wandley Braga (TRT 22ª Região/PI); 11h00 – Retorno/Debates. 12h30 - Debates. 14h00 - Encerramento. DIA 25 de agosto, sexta-feira: 8h00 – Tutela Inibitória e Execução nas Ações Coletivas - João Batista Machado Júnior - Procurador Regional do Trabalho (MPT/PI); 11h00 – Uso de ferramentas eletrônicas na pesquisa patrimonial de devedores - Juiz Marcos Vinicius Barroso (TRT 3ª Região). 14h00 - Encerramento. *Atividades de formação definidas no Programa Nacional de Formação Continuada de Magistrados do Trabalho (Res. ENAMAT Nº 18, de 29.06.15).*

Nº DE PARTICIPANTES: 28 magistrado, 38 servidores e 06 externos. Total de participantes: 72.

15. VI ENCONTRO DE DIRETORES DE VARAS DO TRABALHO

OBJETIVO: Promover o compartilhamento de boas práticas de sucesso em cada unidade, bem como discutir os vários problemas administrativos mais recorrentes e as possíveis soluções, objetivando a criação de um manual de

procedimentos que vise maximizar o uso das diversas ferramentas à disposição no Regional Trabalhista, bem como padronizar procedimentos e uniformizar expedientes.

PÚBLICO ALVO: Diretores de Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas/aula.

DATAS: 21 a 25 de agosto de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Apresentações dialogadas.

Nº DE PARTICIPANTES: 14 servidores. Total de participantes: 14.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIA 21 de agosto, segunda-feira

8h00 – **Abertura:** Des. Giorgi Alan Machado Araújo (Presidente do TRT 22ª Região), Des. Manoel Edilson Cardoso (Diretor da EJUD22) e Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz (Coordenador Pedagógico da EJUD22)

8h30 – **Planejamento e Ação Institucional**

Juiz Gustavo Ribeiro Martins (Auxiliar da Presidência do TRT - 22ª Região/PI)

Pós-Graduado em Processo Civil

Álvaro Celso Bonfim Resende (Secretario de Governança e Estratégia do TRT - 22ª Região)

Pós-Graduado em Gestão Pública Judiciária (Cefet-MT)

José Wallace Ribeiro de Macedo Junior (Secretario de Tec. da Informação e Com. TRT da 22ª Região)

Mestre em Ciência da Computação (UFPE)

10h30 - Intervalo

11h00 - **Reforma Trabalhista: Re(pensando) o princípio da proteção no Direito do Trabalho**

Juíza Valdete Souto Severo (TRT - 4ª Região/RS)

Doutora em Direito do Trabalho pela USP

13h00 - Debates.

14h00 - Encerramento.

DIA 22 de agosto, terça-feira

8h00 - **Reforma Trabalhista e Terceirização**

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão (Tribunal Superior do Trabalho).

Mestre em Direito (UFBA)

10h30 - Intervalo.

11h00 - **Gestão Documental e Memória**

Juíza Maria Cristina Diniz Caixeta (TRT - 3ª Região/MG)

Mestra em Processo (PUC MINAS)

14h00 - Encerramento.

DIA 23 de agosto, quarta-feira

8h00 – MESA REDONDA - Temas: 1. **Teletrabalho - como têm sido as experiências?** 2. **Central de apoio ao primeiro grau - como têm sido as experiências?** 3. **Avaliação de Desempenho - Efetividade das avaliações.** Debatedor: Marcelo Nunes Nolleto (Diretor de Secretaria/VT São Raimundo Nonato)

10h30 - Intervalo.

11h00 – Retorno/Debates - MESA REDONDA - Temas: 4. **Notificações eletrônicas para entes Públicos e Privados** - Debatedor: José Zito Magalhães Neto (Diretor de Secretaria/VT Valença - TRT 22ª Região) 5. **Uniformização de procedimentos para os casos dos Incidentes de Repetição de Demanda** - Debatedor: Welton do Nascimento Braz (Diretor de Secretaria/VT Piripiri- TRT 22ª Região). Mediador: Marcelo Nunes Nolleto (Diretor de Secretaria/VT São Raimundo Nonato- TRT 22ª Região).

14h00 - Encerramento.

DIA 24 de agosto, quinta-feira

8h00 – **"Gestão de Riscos"** - Rodrigo Pizzatto - Coordenador de Controle Interno do TRT da 22ª Região

9h30 – **"Assédio Moral"**

Fabíola Veloso Alves Falcão - Psicóloga- TRT 22ª Região

10h30 - Intervalo.

11h00 – **"Finanças Pessoais: Como cuidar?"**

Conceição Sotero Costa – Contadora - TRT 22ª Região

12h30 - Debates.

14h00 - Encerramento.

DIA 25 de agosto, sexta-feira

8h00 – **Tutela Inibitória e Execução nas Ações Coletivas**

João Batista Machado Júnior - Procurador Regional do Trabalho (MPT/PI)

10h30 - Intervalo.

11h00 – **Uso de ferramentas eletrônicas na pesquisa patrimonial de devedores**

Juiz Marcos Vinicius Barroso (TRT 3ª Região)

14h00 - Encerramento.

Nº DE PARTICIPANTES: Servidores: 14. Total de participantes: 14.

16. APOSENTADORIAS NO SERVIÇO PÚBLICO

MINISTRANTE: José Afonso Pires Ferreira Júnior (Servidor do TRF 1ª Região - Seção Brasília - Instrutor da empresa: HEXAGON CONSULTORES ASSOCIADOS)

OBJETIVOS: Proporcionar conhecimentos dos institutos que se revelam indispensáveis à concessão e manutenção de benefícios sociais inerentes aos servidores públicos, notadamente em um contexto sócio-político-econômico de grandes transformações, com a introdução de novas regras que impactam a vida dos servidores públicos.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, notadamente aqueles que trabalham com instrução processual na concessão de aposentadorias.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 13 e 14 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aula expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MÓDULO I - 1. Regime Jurídico Único - Benefícios Sociais - Implicações dos Acórdãos TCU nºs 1176/2015 e 2377/2015: Conceitos. Aposentadoria. Espécies. Procedimentos. Concessão. Cálculo de Proventos. Alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 19 e 20. Comparação, distinção e diferenciação entre os sistemas (pré e pós Emendas). 2. Aspectos principais - Principais novidades do TCU. 3. Pensões - Principais novidades da lei 13.135/2015 e do TCU. Módulo II - 1. Regime Jurídico Único - Benefícios Sociais - o que existe; o que propõe a Nova Reforma da previdência - PEC nº 287-A/2016; Como serão as novas regras da aposentadoria, propostas pelo governo? Como fica a aposentadoria especial? Ainda haverá aposentadoria para pessoa com deficiência? Quais as propostas de regras de transição? Tem como me aposentar antes dos 65 anos de idade? Entrei no Serviço Público antes de 12/1998. Como fica minha situação? Entre no Serviço Público antes de 12/2003. Como fica minha situação? Professores e Policiais Civis e Militares serão alcançados pela reforma? As alíquotas da previdência ficarão as mesmas? E as pensões? Como calcular? A forma de dividir as pensões ficará a mesma? E a temporalidade? Mudam os beneficiários? E como fica para quem já preencheu os requisitos? Vale a pena me aposentar agora?.

Nº DE PARTICIPANTES: 20 servidores e 03 Externos. Total de participantes: 23.

17. PALESTRA: "APOSENTADORIAS NO SERVIÇO PÚBLICO"

MINISTRANTE: José Afonso Pires Ferreira Júnior (Servidor do TRF 1ª Região - Seção Brasília - Instrutor da empresa: HEXAGON CONSULTORES ASSOCIADOS).

OBJETIVOS: Proporcionar conhecimentos dos institutos que se revelam indispensáveis à concessão e manutenção de benefícios sociais inerentes aos servidores públicos, notadamente em um contexto sócio-político-econômico de grandes transformações, com a introdução de novas regras que impactam a vida dos servidores públicos.

PÚBLICO ALVO: Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, notadamente aqueles que trabalham com instrução processual na concessão de aposentadorias.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 15 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aula expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Regime Jurídico Único - Benefícios Sociais - o que existe; o que propõe a Nova Reforma da previdência - PEC nº 287-A/2016; Como serão as novas regras da aposentadoria, propostas pelo governo? Como fica a aposentadoria especial? Ainda haverá aposentadoria para pessoa com deficiência? Quais as propostas de regras de transição? Tem como me aposentar antes dos 65 anos de idade? Entrei no Serviço Público antes de 12/1998. Como fica minha situação? Entre no Serviço Público antes de 12/2003. Como fica minha situação? Professores e Policiais Cíveis e Militares serão alcançados pela reforma? As alíquotas da previdência ficarão as mesmas? E as pensões? Como calcular? A forma de dividir as pensões ficará a mesma? E a temporalidade? Mudam os beneficiários? E como fica para quem já preencheu os requisitos? Vale a pena me aposentar agora?.

Nº DE PARTICIPANTES: 07 Magistrados, 47 servidores e 05 Externos. Total de participantes: 59.

18. OFICINAS: "FINANÇAS PESSOAIS" e "GESTÃO DE RISCOS" - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES.

- **OFICINA: "FINANÇAS PESSOAIS: CONSUMO E DÍVIDAS"** -
Facilitadora: Maria da Conceição Sotero Costa (Servidora do TRT da 22ª Região).

PROGRAMAÇÃO: Consumo e consumismo; Nossas escolhas: equilíbrio entre emoção e razão; Necessidade e desejo; Planejando o consumo; Definição de crédito; Uso do crédito; Dívidas; Planejamento para quitar dívidas.

- **OFICINA: "GESTÃO DE RISCOS"**

Facilitador: Rodrigo Pizzatto (Servidor do TST, requisitado pelo TRT da 22ª Região).

PROGRAMAÇÃO: Conceitos básicos relacionados à Gestão de Riscos; Análise e identificação de riscos; Tratamento de riscos; Controles Internos x Auditoria Interna; Gestão de riscos no TRT22.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 22 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição dialogada.

Nº DE PARTICIPANTES: 39 servidores. Total de participantes: 39.

19. SIMPÓSIO SOBRE REFORMA TRABALHISTA E PERSPECTIVAS HERMENÊUTICAS

MINISTRANTES: Dr. Gustavo Ribeiro Martins (Juiz do Trabalho Auxiliar da Presidência do TRT da 22ª Região), Dr. Antonio Umberto de Souza Júnior (TRT da 10ª Região) e Dra. Maria do Socorro Almeida de Sousa (TRT da 16ª Região)

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 10 (dez) horas/aula.

DATAS: 28 e 29 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aula expositiva.

PROGRAMAÇÃO - 28 de setembro (quinta-feira): 08h00 às 11h00 – *Reforma Trabalhista na Perspectiva do Direito Material*. Juiz Gustavo Ribeiro Martins - Auxiliar da Presidência do TRT - 22ª Região/PI. 11h00 às 13h00 – *Reforma Trabalhista na Perspectiva da Fase de Execução*. Juiz Antonio Umberto de Souza Júnior (TRT 10ª Região, DF). Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). 13h00 – Encerramento. 29 de setembro (sexta-feira). 09h00 às 14h00 - *Reforma Trabalhista e Direito do Trabalho na Perspectiva Processual*. Juíza Maria do Socorro Almeida de Sousa (TRT - 16ª Região/MA). Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca/ES. Mestre em Ciências Jurídicas, com ênfase em Direito do Trabalho, pela Univ. de Lisboa/PT. 14h00 – Encerramento do evento.

Nº DE PARTICIPANTES: 07 Magistrados, 36 servidores e 07 Externos. Total de participantes: 50.

20. PALESTRA "FALAR É A MELHOR OPÇÃO" - 1. Dor psíquica e suicídio (Escutar a dor do outro é prevenção)" e 2. Um olhar sobre os fatores de risco e de proteção do suicídio - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES.

20.1. DOR PSÍQUICA E SUICÍDIO (Escutar a dor do outro é prevenção).

OBJETIVOS: Expor a realidade do suicídio no mundo, no Brasil e no Piauí, tendo como suporte a bandeira levantada pela OMS (Organização Mundial da

Saúde), "Precisamos falar sobre suicídio", como também aspectos psicológicos, com o intuito de promover um outro olhar e a prevenção do suicídio.

MINISTRANTE: Maria Luzia Porto Noleto de Souza (Psicóloga)

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 02 (duas) horas/aula.

DATAS: 29 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aula expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - Estatísticas do suicídio: números, fatores de risco, gênero e métodos utilizados; Importância da informação; Por que não falar de suicídio?; Efeito "Werther"; As primeiras relações do sujeito com a dor (constituição psíquica); Fragmento (relato de escuta clínica); Dor psíquica; Escuta a dor do outro; Comportamentos indicativos de possibilidades de suicídio.

20.2. UM OLHAR SOBRE OS FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DO SUICÍDIO

OBJETIVOS: Fornecer informações sobre o tema "Suicídio", de forma a ajudar a identificar pessoas em risco e, a partir desta identificação, estabelecer estratégias preventivas.

MINISTRANTE: Cinthya Selma de Holanda Barbosa Soares Araújo (Psicóloga)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - Definição de suicídio; O impacto do suicídio: por que prevenir?; Fatores de risco para o suicídio; Fatores de proteção contra o suicídio; Como ajudar a pessoa com risco de suicídio?; Onde procurar ajuda.

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 02 (duas) horas/aula.

DATAS: 29 de setembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição dialogada.

Nº DE PARTICIPANTES: 21 servidores. Total de participantes: 21.

21. REFORMA TRABALHISTA: Principais aspectos e repercussões hermenêuticas

MINISTRANTE: Dr. Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz (Juiz do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Oeiras).

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 06 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região - Núcleo de Piripiri.

METODOLOGIA: Aula expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - Direito Material do Trabalho; Hermenêutica jurídico-trabalhista; Sucessão empresarial e responsabilidade dos sócios; Prescrição; Jornada de trabalho e desdobramentos; Novos contratos da relação de trabalho; Contrato intermitente; Extinção do contrato de trabalho; Quitação anual dos direitos trabalhistas; Negociado sobre o legislado; Direito Processual do Trabalho; Competência da Justiça do Trabalho; Prazos; Custas; Justiça Gratuita; Honorários periciais e advocatícios; Dano processual; Litigância de má-fé; Exceção de incompetência; Ônus da prova; Reclamação; Contestação; Audiência; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Execução trabalhista e seus contornos.

Nº DE PARTICIPANTES: 01 Magistrados, 05 servidores e 46 Externos. Total de participantes: 52.

22. IX TESTE DE CONDICIONAMENTO FÍSICO PARA AGENTES DE SEGURANÇA (Obs: o teste de condicionamento físico foi realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região)

OBJETIVOS: Atender ao disposto na Lei nº 44.416/2006, que instituiu a Gratificação de Atividade de Segurança para os Agentes de Segurança, tornando obrigatória a participação destes em programa de reciclagem anual.

PÚBLICO ALVO: Agentes de Segurança do TRT da 22ª Região

DATAS: 06 de outubro de 2017.

LOCAL: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí

Nº DE PARTICIPANTES: 20 Agentes de Segurança. Total de participantes: 20.

23. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJE CALC

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os calculistas para realizar cálculos de liquidação no sistema PJe CALC e formar multiplicadores da ferramenta nas varas do trabalho e para o público externo, em obediência à Resolução CSJT 185/2017, apresentando as diretrizes teóricas e fundamentias do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências, de modo a formar calculistas capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas, tanto do público interno, quanto do público externo. Objetiva, também, uniformizar os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como

melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, reduzindo erros de cálculos e aumentando a produção dos calculistas.

PÚBLICO ALVO: Servidores lotados nos Setores de Cálculos e seus substitutos.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 09 e 10 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial mediante aplicação de conteúdo teórico e prático, com demonstração das funcionalidades do sistema e, em seguida, aplicação prática por meio da realização de cálculos para fixação do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e apuração de salário-família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: aletas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema e Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 01 Magistrado, 22 servidores e 01 externo. Total de participantes: 24.

24. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJE CALC CIDADÃO (ADVOGADOS)

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os advogados para realização de cálculos de liquidação no sistema PJe CALC CIDADÃO e formar multiplicadores da ferramenta em suas respectivas seccionais, apresentando as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências, de modo a formar advogados capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas, uniformizando os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorando a qualidade da prestação jurisdicional.

PÚBLICO ALVO: advogados.

CARGA HORÁRIA: 06 (seis) horas/aula.

DATAS: 11 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial mediante aplicação de conteúdo teórico e prático, com demonstração das funcionalidades do sistema e, em seguida, aplicação prática por meio da realização de cálculos para fixação do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Elaboração dos Cálculos Trabalhistas - Verbas trabalhistas e suas formas de apuração: remuneração, saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, multa 40% FGTS, Repouso Semanal Remunerado (RSR) ou Descanso Semanal Remunerado (DSR), Horas extras e Reflexos (caso as horas extras sejam habituais), Intervalo intrajornada (para jornadas de trabalho com mais de 6 horas diárias) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Intervalo interjornada (11 horas de descanso necessárias entre uma jornada de trabalho e outra) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Adicional noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Adicional de transferência, Seguro Desemprego, Vale Transporte – Dec. 95.147/87, Multa do artigo 477, § 8º, da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, - Indenização do artigo 479 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregador), Indenização do artigo 480 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregado) e Honorários Advocatícios; Atualização Monetária dos Créditos Trabalhistas: Aspectos gerais, Critério de aplicação dos índices de correção monetária, Juros de Mora (JM); Descontos legais- Previdenciário e Fiscal: Considerações gerais sobre ambos os descontos, Esclarecimentos gerais (competência da JT para execução de contribuições previdenciárias conforme decisão do E. STF em Recurso Extraordinário nº 569.056-3, que, em resumo, determinou o afastamento da aplicação do teor do parágrafo único do Art. 876 da CLT e confirmou o entendimento exarado na Súmula 368, inciso I do C. TST.), IR (Forma e momento de cálculo), Tabela prática de incidência de INSS, IR e FGTS; Apresentação de relatórios do cálculo e Resumo de Cálculo do Sistema PJE-CALC; Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e apuração de salário família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema; Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 01 Magistrado, 01 servidor e 22 externos (ADVOGADOS). Total de participantes: 24.

25. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJE CALC CIDADÃO (ADVOGADOS) - NÚCLEO DA ESCOLA JUDICIAL EM PICOS (PI)

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os advogados para realização de cálculos de liquidação no sistema PJe CALC CIDADÃO e formar multiplicadores da ferramenta em suas respectivas seccionais, apresentando as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências, de modo a formar advogados capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas, uniformizando os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorando a qualidade da prestação jurisdicional.

PÚBLICO ALVO: advogados.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 14 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial mediante aplicação de conteúdo teórico e prático, com demonstração das funcionalidades do sistema e, em seguida, aplicação prática por meio da realização de cálculos para fixação do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Elaboração dos Cálculos Trabalhistas - Verbas trabalhistas e suas formas de apuração: remuneração, saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, multa 40% FGTS, Repouso Semanal Remunerado (RSR) ou Descanso Semanal Remunerado (DSR), Horas extras e Reflexos (caso as horas extras sejam habituais), Intervalo intrajornada (para jornadas de trabalho com mais de 6 horas diárias) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Intervalo interjornada (11 horas de descanso necessárias entre uma jornada de trabalho e outra) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Adicional noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Adicional de transferência, Seguro Desemprego, Vale Transporte – Dec. 95.147/87, Multa do artigo 477, § 8º, da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, - Indenização do artigo 479 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregador), Indenização do artigo 480 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregado) e Honorários Advocatícios; Atualização Monetária dos Créditos Trabalhistas: Aspectos gerais, Critério de aplicação dos índices de correção monetária, Juros de Mora (JM); Descontos legais- Previdenciário e Fiscal: Considerações gerais sobre ambos os descontos, Esclarecimentos gerais (competência da JT para execução de contribuições previdenciárias conforme decisão do E. STF em Recurso Extraordinário nº 569.056-3, que, em resumo, determinou o afastamento da aplicação do teor do parágrafo único do Art. 876 da CLT e confirmou o entendimento exarado na Súmula 368, inciso I do C. TST.), IR (Forma e momento de cálculo), Tabela prática de incidência de INSS, IR e FGTS; Apresentação de relatórios do cálculo e Resumo de Cálculo do Sistema PJE-CALC; Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e

configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e apuração de salário família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema; Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 15 externos (ADVOGADOS). Total de participantes: 15.

26. GESTÃO DO PJe DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

MINISTRANTE: Francisco Otávio Costa (TRT da 7ª Região).

OBJETIVOS: Reforçar no gestor as principais tarefas no PJe que refletem no eGestão, e como elas podem ser formatadas pela Secretaria para o melhor aproveitamento das funcionalidades a disposição do processo, principalmente as vantagens de utilização de fluxos específicos do PJe; Apresentar as principais funcionalidades do GIGS e a ferramenta SICOND utilizada pela Gestão de Secretaria; Mostrar as funcionalidades disponíveis e modos de utilização, importância de padronização do que é possível, modos de utilização do GIGS no controle da Secretaria e dos serviços diários, cadastro e utilização dos modelos de despacho, decisões e sentenças no PJe.

PÚBLICO ALVO: Gestores e multiplicadores das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas/aula.

DATAS: 25 e 26 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas expositivas e discussões presenciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Importância de se buscar uma padronização no PJe; GIGS e suas utilidades; Novas Tarefas do PJe conforme os fluxos; Importância da Triagem (filtros das classes processuais), Apreçar urgentes e Valor Incompatível; Dependência e consequências para Meta 1 do CNJ; Relatórios importantes do e-Gestão; Indicadores consolidados no SICOND; Relatórios gerenciais para melhorar indicadores do e-Gestão, em especial, prazos médios; Tarefas/funções no PJe para ajustes necessários das inconsistências; Experiência na separação de processos de audiências em par e ímpar quando há dois juízes (configuração de sala); Como obter dados de RPV nos processos diretamente do PJe.

Nº DE PARTICIPANTES: 18 servidores. Total de participantes: 18.

27. PALESTRA COMPORTAMENTAL: "O SERVIDOR PÚBLICO DO NOVO MILÊNIO"

MINISTRANTE: Gonçalo de Sousa Pontes Júnior (TRT da 13ª Região).

OBJETIVOS: Despertar nos servidores a importância da pró-atividade postural.

PÚBLICO ALVO: Servidores e Magistrados do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 03 (três) horas/aula.

DATAS: 27 de outubro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestra expositiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Reeducação organizacional na profissão: passo basilar; A importância das posturas pessoal e profissional; A nova visão de oportunidades: RESULTADOS; Eficiência x eficácia; Relação interpessoal no trabalho e sua importância no seu resultado e o de sua equipe; A mágica de transformar dificuldades em OPORTUNIDADES; Velocidade, autoconfiança, foco e persistência: adquira com urgência; Atitudes espetaculares como diferencial para o crescimento; Aumento da produtividade: sempre uma escolha; A decisão sob a fundamental e necessária pressão; Romper continuamente: O passo basilar do sucesso funcional; O compromisso com a sua causa X O compromisso com a sua organização.

Nº DE PARTICIPANTES: 01 magistrado, 142 servidores e 06 externos. Total de participantes: 149.

28. TESOIRO GERENCIAL

MINISTRANTE: Edson Roberto Rasia (Servidor do Tribunal Superior do Trabalho, com lotação no Conselho Superior da Justiça do Trabalho).

OBJETIVOS: Capacitar os servidores na operacionalização dos principais recursos existentes no Tesouro Gerencial, voltados à consecução das rotinas orçamentárias e financeiras afetas às áreas de gestão e de controle interno do Tribunal.

PÚBLICO ALVO: Profissionais da área financeira, orçamentária, contábil e de controle interno do Tribunal.

CARGA HORÁRIA: 21 (doze) horas/aula.

DATAS: 06 a 08 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas expositivas e discussões presenciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: **06.11.2017** - Apresentação Geral; Motivação inicial; Conceitos orçamentários e noções básicas acerca do Tesouro Gerencial; Layout inicial do tesouro gerencial; Explicação teórica acerca da criação, alteração e salvamento de relatórios de bancada, dos ajustes sobre a

criação de filtros de relatórios, a pivotagem o drill, os gráficos, a paginação e as demais ferramentas do Tesouro Gerencial; Explicando com se devem exportar relatórios para o excel, inclusive, com a sua utilização como ferramenta secundária na obtenção de resultados, e também dissertando acerca das demais formas de se exportarem relatórios nos formatos PDF e HTML; Explicação de como se obterem informações por meio do Tesouro Gerencial. **07.11.2017** - Aula prática do sistema Tesouro Gerencial com a aplicação de exercícios dirigidos; Navegação pelas principais opções do menu do Tesouro Gerencial; Criando, alterando, organizando e salvando relatórios de bancada, com a criação de filtros, pivotagem, drill e a criação de gráficos; Como confeccionar documentos do Tesouro Gerencial, tais como Notas de Empenhos (NE), Ordens Bancárias (OB) etc. **08.11.2017** - Aplicação prática dos conceitos apreendidos, inclusive os relacionados à área de controle interno do TRT, através de exercícios contextualizados às rotinas e situações existentes no Tribunal; Estudos de casos aplicados à realidade das áreas.

Nº DE PARTICIPANTES: 07 servidores e 01 externo. Total de participantes: 08.

29. REFORMA TRABALHISTA: PRINCIPAIS ASPECTOS E REPERCUSSÕES HERMENÊUTICAS (Núcleo da EJUD22 - Oeiras)

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Transmitir aos participantes uma compreensão geral dos institutos trabalhistas após a Reforma Trabalhista.

PÚBLICO ALVO: Magistrados e Servidores do TRT da 22ª Região e advogados.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 09 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região - Núcleo de Oeiras.

METODOLOGIA: Apresentação expositiva, com apresnetação de mídia digital (*slides*) e discussões presenciais, permitindo a troca de conhecimento teórico e prático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: **Direito Material do Trabalho:** Hermenêutica jurídico-trabalhista; Sucessão empresarial e responsabilidade dos sócios; Prescrição; Jornada de trabalho e desdobramentos; Novos contratos da relação de trabalho. Contrato intermitente; Extinção do contrato de trabalho; quitação anual dos direitos trabalhistas. Negociado sobre o legislado. Direito Processual do Trabalho: Competência da Justiça do Trabalho; Prazos, custas, Justiça Gratuita; Honorários periciais e advocatícios; Dano processual; Litigância de má-fé; Exceção de incompetência; Ônus da prova; Reclamação; Contestação; Audiência; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Execução trabalhista e seus contornos.

Nº DE PARTICIPANTES: 12 servidores e 02 externo. Total de participantes: 14.

30. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJe CALC CIDADÃO (manhã/tarde) - Núcleo da EJUD22 - Piripiri

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: O objetivo principal do curso é capacitar os advogados para realizar cálculos de liquidação no sistema PJe-Calc Cidadão e formar multiplicadores da ferramenta nas suas respectivas seccionais. Apresentar as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências de modo a formar advogados capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas. Também objetiva-se uniformizar os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

PÚBLICO ALVO: Advogados.

CARGA HORÁRIA: 08 (oito) horas/aula.

DATAS: 10 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas expositivas e discussões presenciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Elaboração dos Cálculos Trabalhistas - Verbas trabalhistas e suas formas de apuração: remuneração, saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, multa 40% FGTS, Repouso Semanal Remunerado (RSR) ou Descanso Semanal Remunerado (DSR), Horas extras e Reflexos (caso as horas extras sejam habituais), Intervalo intrajornada (para jornadas de trabalho com mais de 6 horas diárias) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Intervalo interjornada (11 horas de descanso necessárias entre uma jornada de trabalho e outra) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Adicional noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Adicional de transferência, Seguro Desemprego, Vale Transporte – Dec. 95.147/87, Multa do artigo 477, § 8º, da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, - Indenização do artigo 479 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregador), Indenização do artigo 480 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregado) e Honorários Advocatícios; Atualização Monetária dos Créditos Trabalhistas: Aspectos gerais, Critério de aplicação dos índices de correção monetária, Juros de Mora (JM); Descontos legais- Previdenciário e Fiscal: Considerações gerais sobre ambos os descontos, Esclarecimentos gerais (competência da JT para execução de contribuições previdenciárias conforme decisão do E. STF em Recurso Extraordinário nº 569.056-3, que, em resumo, determinou o afastamento da aplicação do teor do parágrafo único do Art. 876 da CLT e confirmou o entendimento exarado na Súmula 368, inciso I do C. TST.), IR (Forma e momento de cálculo), Tabela prática de incidência de INSS, IR e FGTS; Apresentação de relatórios do cálculo e Resumo de Cálculo do Sistema PJE-CALC; Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e

apuração de salário família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema; Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 03 servidores e 47 externo. Total de participantes: 50.

31. VII SEMINÁRIO PIAUIENSE SOBRE TRABALHO SEGURO

PÚBLICO ALVO: Evento destinado a estudantes, sindicatos dos bancários, dos profissionais de saúde, da construção civil, dos técnicos em segurança do trabalho, conselho de fisioterapia, de educação física, empresários, procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho, advogados, sociedade civil em geral e instituições envolvidas com o tema, além dos magistrados do trabalho e servidores do TRT - 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 06 (seis) horas/aula.

DATAS: 10 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Palestras expositivas e discussões presenciais.

PROGRAMAÇÃO: 8:00 – CREDENCIAMENTO; 9:00 – PAINEL: Transtornos mentais relacionados ao Trabalho - Presidente da mesa: CARLOS WAGNER ARAÚJO NERY DA CRUZ (Juiz do Trabalho e Coordenador Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 22ª Região). Debatedores: POLLYANNA SOUSA COSTA TORRES (Procuradora Regional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho da 22ª Região), LUCIANA MARIA PINHEIRO LEAL (Médica do Trabalho e Auditora Fiscal - Superintendência Reg. do Trab. e Emprego - SRTE/PI) e SAMUEL ROBSON MOREIRA RÊGO (Médico Psiquiatra - Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí - SIMEPI). 11:00 – CONFERÊNCIA: Transtornos mentais decorrentes das relações de Trabalho. Conferencista: EDUARDO MOITA (Presidente do Conselho Reg. de Psicologia - 21ª Região/PI - CRP21/PI). 14:00 - ENCERRAMENTO DO EVENTO.

Nº DE PARTICIPANTES: 03 magistrados, 25 servidores e 75 externos. Total de participantes: 108.

32. SEGURANÇA PESSOAL E DIGITAL

MINISTRANTES: Daniel Martins de Sousa e José Messias Alves da Silva (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVO: Possibilitar uma compreensão de ameaças e capacitar os participantes com noções de defesa ante os perigos físicos e virtuais.

PÚBLICO ALVO: Magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 04 (oito) horas/aula.

DATAS: 17 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas expositivas e práticas e discussões presenciais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: *Segurança Digital - Palestrante: José Messias Alves da Silva*: Desafios; Crescente dependência de Tecnologia; Questões Importantes; O que é Segurança da Informação; Necessidade de garantir Segurança da Informação; Principais ameaças/Códigos Maliciosos; Recomendações de uso (senhas, computadores, dispositivos móveis, redes sociais e internet banking). *Segurança Pessoal - Palestrante: Daniel Martins de Sousa*: Controle de acesso; Desconstrução de conflitos; Segurança de magistrados, oficiais de Justiça, servidores e jurisdicionados; Técnicas de contenção e condução de indivíduos; Defesa pessoal com uso de técnicas do Krav Magá.

Nº DE PARTICIPANTES: 50 servidores. Total de participantes: 50.

33. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJe CALC CIDADÃO (manhã/tarde) - Núcleo da EJUD22 - Oeiras

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: O objetivo principal do curso é capacitar os advogados para realizar cálculos de liquidação no sistema PJe-Calc Cidadão e formar multiplicadores da ferramenta nas suas respectivas seccionais. Apresentar as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências de modo a formar advogados capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas. Também objetiva-se uniformizar os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

PÚBLICO ALVO: Advogados.

CARGA HORÁRIA: 04 (oito) horas/aula.

DATAS: 18 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Aulas expositivas e discussões presenciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Elaboração dos Cálculos Trabalhistas - Verbas trabalhistas e suas formas de apuração: remuneração, saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, multa 40% FGTS, Repouso Semanal Remunerado (RSR) ou Descanso Semanal Remunerado (DSR), Horas extras e Reflexos (caso as horas extras sejam habituais), Intervalo intrajornada (para jornadas de trabalho com mais de 6 horas diárias) e Reflexos (caso as

intervalos não concedidos sejam habituais), Intervalo interjornada (11 horas de descanso necessárias entre uma jornada de trabalho e outra) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Adicional noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Adicional de transferência, Seguro Desemprego, Vale Transporte – Dec. 95.147/87, Multa do artigo 477, § 8º, da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, - Indenização do artigo 479 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregador), Indenização do artigo 480 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregado) e Honorários Advocatícios; Atualização Monetária dos Créditos Trabalhistas: Aspectos gerais, Critério de aplicação dos índices de correção monetária, Juros de Mora (JM); Descontos legais- Previdenciário e Fiscal: Considerações gerais sobre ambos os descontos, Esclarecimentos gerais (competência da JT para execução de contribuições previdenciárias conforme decisão do E. STF em Recurso Extraordinário nº 569.056-3, que, em resumo, determinou o afastamento da aplicação do teor do parágrafo único do Art. 876 da CLT e confirmou o entendimento exarado na Súmula 368, inciso I do C. TST.), IR (Forma e momento de cálculo), Tabela prática de incidência de INSS, IR e FGTS; Apresentação de relatórios do cálculo e Resumo de Cálculo do Sistema PJE-CALC; Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e apuração de salário família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema; Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 03 externos. Total de participantes: 03.

34. FINANÇAS PESSOAIS NA PRÁTICA

MINISTRANTE: Maria da Conceição Sotero Costa (Servidora do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os servidores com técnicas de controle financeiro

PÚBLICO ALVO: Servidores do TRT da 22ª Região.

CARGA HORÁRIA: 04 (oito) horas/aula.

DATAS: 24 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição dialogada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Necessidade de Organização Financeira; Conhecendo sua Realidade Financeira; Renda; Objetivo Financeiro; Reserva Financeira; Controle dos Gastos; Orçamento Pessoal; Dívidas; Desequilíbrio Financeiro; Controle das Dívidas; Planejamento Financeiro.

Nº DE PARTICIPANTES: 23 Servidores. Total de participantes: 23.

35. FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DO PJE CALC CIDADÃO (ADVOGADOS) - São Raimundo Nonato

MINISTRANTES: Amanda Santos Teixeira e Raimundo Nonato de Oliveira Júnior (Servidores do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os advogados para realização de cálculos de liquidação no sistema PJe CALC CIDADÃO e formar multiplicadores da ferramenta em suas respectivas seccionais, apresentando as diretrizes teóricas e fundamentais do sistema, seu funcionamento prático, sua importância e suas vantagens. Além disso, o curso objetiva a interação e a troca de experiências, de modo a formar advogados capazes de compreender o sistema, resolver problemas e dirimir dúvidas, uniformizando os procedimentos aplicados na elaboração de cálculos, bem como melhorando a qualidade da prestação jurisdicional.

PÚBLICO ALVO: advogados.

CARGA HORÁRIA: 06 (seis) horas/aula.

DATAS: 25 de novembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial mediante aplicação de conteúdo teórico e prático, com demonstração das funcionalidades do sistema e, em seguida, aplicação prática por meio da realização de cálculos para fixação do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Elaboração dos Cálculos Trabalhistas - Verbas trabalhistas e suas formas de apuração: remuneração, saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, multa 40% FGTS, Repouso Semanal Remunerado (RSR) ou Descanso Semanal Remunerado (DSR), Horas extras e Reflexos (caso as horas extras sejam habituais), Intervalo intrajornada (para jornadas de trabalho com mais de 6 horas diárias) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Intervalo interjornada (11 horas de descanso necessárias entre uma jornada de trabalho e outra) e Reflexos (caso as intervalos não concedidos sejam habituais), Adicional noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Adicional de transferência, Seguro Desemprego, Vale Transporte – Dec. 95.147/87, Multa do artigo 477, § 8º, da CLT, Multa do artigo 467 da CLT, - Indenização do artigo 479 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregador), Indenização do artigo 480 da CLT (rescisão do contrato por prazo determinado por iniciativa do empregado) e Honorários Advocatícios; Atualização Monetária dos Créditos Trabalhistas: Aspectos gerais, Critério de aplicação dos índices de correção monetária, Juros de Mora (JM); Descontos legais- Previdenciário e Fiscal: Considerações gerais sobre ambos os descontos, Esclarecimentos gerais

(competência da JT para execução de contribuições previdenciárias conforme decisão do E. STF em Recurso Extraordinário nº 569.056-3, que, em resumo, determinou o afastamento da aplicação do teor do parágrafo único do Art. 876 da CLT e confirmou o entendimento exarado na Súmula 368, inciso I do C. TST.), IR (Forma e momento de cálculo), Tabela prática de incidência de INSS, IR e FGTS; Apresentação de relatórios do cálculo e Resumo de Cálculo do Sistema PJE-CALC; Dados do processo e parâmetros do cálculo; Cadastro e configuração de faltas e férias; Cadastro de histórico salarial; Incidência de FGTS e contribuições previdenciárias; Geração e importação de cartão ponto; Lançamento de verbas principais e reflexas; Parâmetros e ocorrências das verbas; Parametrização e apuração de verbas rescisórias; Parametrização e apuração de verbas decorrentes da jornada de trabalho; Parametrização e apuração de salário família; Parametrização e apuração de seguro desemprego; Parametrização e apuração de FGTS; Parametrização e apuração de contribuições previdenciárias; Parametrização e apuração de pensão alimentícia; Parametrização e apuração de previdência privada; Parametrização e apuração de imposto de renda; Parametrização e apuração de multas e indenizações; Parametrização e apuração de honorários; Parametrização e apuração de correção monetária e juros de mora; Verificação de pendências: alertas e erros de cálculo; Geração dos relatórios do cálculo; Validação do cálculo; Importação e exportação do cálculo; Tabelas auxiliares do sistema; Resolução de casos práticos.

Nº DE PARTICIPANTES: 14 externos (ADVOGADOS). Total de participantes: 14.

36. PROGRAMA APOSENTADORIA SAUDÁVEL

MINISTRANTES: Celso José de Sousa (Servidor do TRT da 22ª Região) e Fabíola Veloso Alves Falcão (Psicóloga).

OBJETIVOS: Proporcionar informação e orientação que contribua com o processo de reflexão sobre o impacto que a aposentadoria causa, de forma que sejam preparados para o início de uma nova etapa de vida.

PÚBLICO ALVO: Servidores e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 04 de dezembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial e oficina para análise particularizada da situação funcional de cada servidor/participante no que diz respeito ao tempo de serviço em relação à aposentadoria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROGRAMA APOSENTADORIA SAUDÁVEL - 08h00 - Palestra: "A arte de fazer acontecer" - Facilitadora: Fabíola Veloso Alves Falcão (Psicóloga). 10h30 - Oficina: "Contando os dias" - Facilitador: Celso José de Sousa. 14h00 - Encerramento.

Nº DE PARTICIPANTES: 25 servidores. Total de participantes: 25.

37. TREINAMENTO: FERRAMENTA WIKI NACIONAL

MINISTRANTE: Antonio Tássio Nogueira Fernandes (Servidor do TRT da 22ª Região).

OBJETIVOS: Capacitar os servidores.

PÚBLICO ALVO: advogados.

CARGA HORÁRIA: 04 (quatro) horas/aula.

DATAS: 19 de dezembro de 2017.

LOCAL: Escola Judicial do TRT da 22ª Região.

METODOLOGIA: Exposição presencial mediante aplicação de conteúdo teórico e prático, com demonstração das funcionalidades do sistema e, em seguida, aplicação prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Apresentação Geral da Ferramenta; Identificação do Curso; Fluxo da Fase de Conhecimento; Fluxo da Fase de Liquidação; Fluxo da Fase de Execução.

Nº DE PARTICIPANTES: 17 servidores. Total de participantes: 17.

RELATÓRIO ANUAL - 2017

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO - 2017 - Eventos Internos

EVENTOS INTERNOS	DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS		Nº DE PARTICIPANTES EXTERNOS	TOTAL DE PARTICIPANTES
			MAGISTRADOS	SERVIDORES		
1 VIII Semana de Formação Continuada para Magistrados e V Encontro de Diretores de Varas do Trabalho do TRT da 22ª Região	16 a 20.01.17	30	32	14	0	46
2 Juízo de Admissibilidade em Rec. de Revista e Incidentes Processuais Correlatos	23 e 24.01.17	8	0	9	0	9
3 PJe CALC	09 e 10.02.17	12	1	15	0	16
4 Panorama Orçamentário Integrado ao SIGEO e Governança Corporativa	20 e 21.02.17	8	1	52	0	53
5 Treinamento em PJe 1º Grau	27 a 30.03.17	20	0	13	0	13

6	Palestra "Conscientização e esclarecimentos: vamos conversar sobre assédio moral?"	24.04.17	2	0	20	0	20
7	I Simpósio de Saúde do TRT da 22ª Região	25 e 26.04.17	8	0	6	7	13
8	III Seminário Piauiense de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	05.05.17	10	11	44	74	129
9	Operador de dispositivo elétrico incapacitante - SPARK (Tecnologias não letais: Spark 700 e Espargidor GL 108E)	11 e 12.5.17	12	0	12	3	15
10	Palestra "Mindset: Atitudes mentais que influenciam a nossa vida"	22.05.17	2	0	34	0	34
11	Reciclagem anual para Agentes de Segurança: "Armas letais, não-letais e brigadas de incêndio"	29.05 a 02.06.17	30	0	23	6	29
12	Palestra "Tutelas Provisórias"	30.06.17	4	1	12	12	25
13	Palestras: "Protagonize a sua história para o sucesso", "Como lidar com pessoas difíceis" e "Estado atual e estado desejado: como chegar lá?" - Programa de Desenvolvimento de Líderes	18.08.17	4	0	73	0	73
14	IX Semana de Formação para Magistrados	21 a 25.08.17	30	28	38	6	72
15	VI Encontro de Diretores de Varas do Trabalho	21 a 21.08.17	30	0	14	0	14
16	Aposentadorias no Serviço Público	13 e 14.09.17	12	0	20	3	23
17	Palestra: "Aposentadorias no Serviço Público"	15.09.17	4	7	47	5	59
18	Oficinas: "Finanças Pessoais" e "Gestão de Riscos" - Programa de Desenvolvimento de Líderes	22.09.17	4	0	39	0	39
19	Simpósio sobre Reforma Trabalhista e Perspectivas Hermenêuticas	28 e 29.09.17	10	7	36	7	50

20	Palestra "Falar é a melhor opção!"	29.09.17	4	0	21	0	21
21	Reforma Trabalhista: Principais aspectos e repercussões hermenêuticas	06.10.17	4	1	5	46	52
22	IX Teste de Condicionamento para Agentes Físicos de Segurança	06.10.17	0	0	20	0	20
23	Formação de Multiplicadores do PJe CALC	09 e 10.10.17	12	1	22	1	24
24	Formação de Multiplicadores do PJe CALC (Advogados)	11.10.17	6	1	1	22	24
25	Formação de Multiplicadores do PJe CALC (Núcleo EJUD-Picos)	14.10.17	4	0	0	15	15
26	Gestão do PJe de Primeira Instância	25 e 26.10.17	12	0	18	0	18
27	Palestra Comportamental "O servidor público do novo milênio"	27.10.17	3	1	142	6	149
28	Tesouro Gerencial	06 a 08.11.17	21	0	7	1	8
29	Reforma Trabalhista: Principais aspectos e repercussões hermenêuticas - Núcleo EJUD - Oeiras	09.11.17	4	0	12	2	14
30	Formação de multiplicadores do PJe Calc Cidadão (manhã/tarde) - Núcleo EJUD22 - Piripiri	10.11.17	8	0	3	47	50
31	VII Seminário Piauiense sobre Trabalho Seguro	10.11.17	6	3	25	75	103
32	Segurança Pessoal e Digital	17.11.17	4	0	50	0	50
33	Formação de multiplicadores do PJe Calc Cidadão (manhã/tarde) - Núcleo EJUD22 - Oeiras	18.11.17	4	0	0	3	3
34	Finanças Pessoais na Prática	24.11.17	4	0	23	0	23

35	Formação de multiplicadores do PJe Calc Cidadão (manhã/tarde) - Núcleo EJD22 - São Raimundo Nonato	25.11.17	6	0	0	14	14
36	Programa "Aposentadoria Saudável"	04.12.17	4	0	25	0	25
37	Treinamento: Ferramenta Wiki Nacional	19.12.17	4	0	17	0	17
TOTAL			350	95	912	355	1362

EVENTOS EXTERNOS

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS DE PROCESSOS - MÓDULO 1 - ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DE PROCESSOS

PARTICIPANTES: JOSÉ DE ANCHIETA ARAÚJO MARQUES, JUSTINO BARBOSA NETO e RONILDO FONTENELE DE MENESES

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: SÃO PAULO (SP)

PERÍODO: 27 a 29.04.2017

EVENTO: I ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO INSTALADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

PARTICIPANTES: ANTONIO DANTAS VELOSO FILHO e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA MARANHÃO

CARGA HORÁRIA: 32 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (SP)

PERÍODO: 15 a 19.05.2017

EVENTO: 45 QUESTÕES POLÊMICAS E RELEVANTES SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA RESOLVÊ-LAS

PARTICIPANTE: JOSÉ LUIZ LUSTOSA

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: FORTALEZA (CE)

PERÍODO: 25 a 31.05.2017

EVENTO: CONGRESSO SOBRE GOVERNANÇA, CONTROLE PÚBLICO E GESTÃO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES

PARTICIPANTE: ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE

CARGA HORÁRIA: 26 h/a

LOCAL: FOZ DO IGUAÇU (RS)

PERÍODO: 22 a 25.05.2017

EVENTO: 3º SEMINÁRIO PIAUIENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PARTICIPANTE: FERNANDO JOSÉ MATOS DE FREITAS

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: TERESINA (PI)

PERÍODO: 29 a 31.05.2017

EVENTO: I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJE

PARTICIPANTE: FABRÍCIO SOUSA MORAES

CARGA HORÁRIA: 12 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 30 e 31.05.2017

EVENTO: I ENCONTRO SOBRE PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL ELETRÔNICO E PRÁTICAS DE ATOS PROCESSUAIS NO PJE

PARTICIPANTE: ROBERTO WANDERLEY BRAGA (Juiz do Trabalho)

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 1º e 02.06.2017

EVENTO: IV ENCONTRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL DO TRT DA 10ª REGIÃO

PARTICIPANTE: RICARDO PEREIRA DA COSTA E SILVA e TATIANA MARIA DE SIQUEIRA MARTINS

CARGA HORÁRIA: 11 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 20 e 21.06.2017

EVENTO: SEMINÁRIO NACIONAL "OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - DO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO ATÉ A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS"

PARTICIPANTE: RAIMUNDO SARAIVA DE MORAES FILHO e RODRIGO PIZZATTO

CARGA HORÁRIA: 16 h/a

LOCAL: SÃO PAULO (SP)

PERÍODO: 22 e 23.06.2017

EVENTO: 3º FÓRUM IBGP DE GOVERNANÇA DE TI

PARTICIPANTE: MARCO ANTONIO VIEIRA FORTES

CARGA HORÁRIA: 16 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 27 e 28.06.2017

EVENTO: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA (CONBRASCOM)

PARTICIPANTE: JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA FILHO

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

LOCAL: MACEIÓ (AL)

PERÍODO: 28 a 30.06.2017

EVENTO: II ENCONTRO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES
FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

PARTICIPANTES: AÉCYO FERNANDO AGUIAR RUFINO, FRANCISCO
JOSÉ DA COSTA SOBRAL, CYNTHIA LEAL ROCHA, AIRTON VILARINHO
DA SILVA, RICARDO PEREIRA DA COSTA E SILVA, MARCUS VINICIUS DE
CARVALHO E SOUZA, IVANEIDE FAUSTO GOMES e SÉRGIO
CRONEMBERGER BRITO

CARGA HORÁRIA: 16 h/a

LOCAL: TERESINA (PI)

PERÍODO: 07 e 08.07.2017

EVENTO: O e-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS

PARTICIPANTES: KAPLANN MACKLAYNY RIBEIRO MOURA, LILIA BRAGA
CASTELO BRANCO, IVAN SELMO DE JESUS COSTA, RONILDO
FONTENELE DE MENESES, VINICIUS DANTAS E MELO, FRANCISCO
SANTOS FERREIRA, RODRIGO PIZZATTO, JOSÉ WALLACE RIBEIRO DE
MACEDO JÚNIOR, JOÃO BATISTA NOBRE LINHARES e ANA ARACI DE
SOUSA MARTINS ALMEIDA.

CARGA HORÁRIA: 8 h/a

LOCAL: TERESINA (PI)

PERÍODO: 18.07.2017

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS DE PROCESSOS - CFAP
- Módulo I

PARTICIPANTE: UIRATAN ALVES DE SOUSA CAVALCANTE.

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 20 a 22.07.2017

EVENTO: CURSO DE ESCULTURA DENTAL COM RESINAS COMPOSTAS
EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES

PARTICIPANTE: MARIA DO SOCORRO MELO CAVALCANTE.

CARGA HORÁRIA: 32 h/a

LOCAL: FORTALEZA (CE)

PERÍODO: 09 a 12.08.2017

EVENTO: CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS DE PROCESSOS -
MÓDULO 2

PARTICIPANTE: ACÍLIO DE SOUSA MENDES

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: CURITIBA (PR)

PERÍODO: 17 a 19.08.2017

EVENTO: ORACLE DATABASE 12c: ADMINISTRATION WORKSHOP ED2
NEW

PARTICIPANTE: FABRÍCIO SOUSA MENDES

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

LOCAL: CURITIBA (PR)

PERÍODO: 14 a 18.08.2017

EVENTO: SEMINÁRIO "REFORMA TRABALHISTA: UM NOVO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES: AVANÇO OU RETROCESSO?"

PARTICIPANTE: FRANCÍLIO BIBIO TRINDADE DE CARVALHO

CARGA HORÁRIA: 16 h/a

LOCAL: FORTALEZA (CE)

PERÍODO: 17 a 18.08.2017

EVENTO: XVI ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PARTICIPANTE: MARIA CREUZA DE SALES

CARGA HORÁRIA: 24 h/a

LOCAL: PORTO ALEGRE (RS)

PERÍODO: 16 a 18.08.2017

EVENTO: 2ª REUNIÃO NACIONAL DA ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PARTICIPANTE: KAPLANN MACKLAYNY RIBEIRO MOURA

CARGA HORÁRIA: 11:30 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 27 e 28.06.2017

EVENTO: IV CURSO TESOUREIRO GERENCIAL AVANÇADO

PARTICIPANTE: RICARDO RAFAEL FREITAS RÉGO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 25 a 29.09.2017

EVENTO: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO

PARTICIPANTE: ANTONIO MARIA DE MOURA

CARGA HORÁRIA: 12 h/a

LOCAL: SÃO PAULO (SP)

PERÍODO: 28 e 29.09.2017

EVENTO: IX FÓRUM BRASILEIRO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

PARTICIPANTE: RODRIGO PIZZATTO

CARGA HORÁRIA: 15 h/a

PERÍODO: 19 e 20.10.2017

EVENTO: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PARTICIPANTE: CREUZA MARIA DE SALES

CARGA HORÁRIA: 31 h/a

LOCAL: FORTALEZA (CE)

PERÍODO: 17 a 20.10.2017

EVENTO: FÓRUM NACIONAL DE CONTRATAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PARTICIPANTES: ADÃO ALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES, JORSELINS RODRIGUES BARBOSA e RONILDO FONTENELE DE MENESES

CARGA HORÁRIA: 12 h/a

LOCAL: CUIABÁ (MS)

PERÍODO: 23 e 24.10.2017

EVENTO: SEMINÁRIO "INTERNET: DESAFIOS JURÍDICOS E TÉCNICOS"

PARTICIPANTE: Dr. TIBÉRIO FREIRE VILLAR

CARGA HORÁRIA: 21 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 09 e 10.11.2017

EVENTO: CURSO "RESCISÃO DO CONTRATO, APLICAÇÃO DE SANÇÕES, RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POR AÇÕES E OMISSÕES E A LEI ANTICORRUPÇÃO"

PARTICIPANTE: JAQUELINE LOPES RIBEIRO

CARGA HORÁRIA: 16 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 09 e 10.11.2017

EVENTO: II CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E DO TRABALHO

PARTICIPANTE: DR. JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

CARGA HORÁRIA: 10,5 h/a

LOCAL: CAMBORIU (SC)

PERÍODO: 09 e 11.11.2017

EVENTO: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA TRABALHISTA

PARTICIPANTE: Dra. LIANA FERRAZ DE CARVALHO, EDMILSON GONÇALVES DE CARVALHO e LIANA ALMEIDA

CARGA HORÁRIA: 13 h/a

LOCAL: BRASÍLIA (DF)

PERÍODO: 27 e 28.11.2017

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO - 2017 - Eventos Externos

EVENTOS EXTERNOS		DATA	C/H	Nº DE PARTICIPANTES INTERNOS		Nº DE PARTICIPANTES EXTERNOS	TOTAL DE PARTICIPANTES
				MAGISTRADOS	SERVIDORES		
1	Curso de Formação de analistas de processos - Módulo 1 - Análise e diagnóstico de processos	27 a 29.04.17	24	0	3	0	3
2	I Encontro de Formento ao Desenvolvimento do Sistema Processo Judicial Eletrônico Instalado na Justiça do	15 a 19.05.17	32	0	2	0	2

	Trabalho						
3	45 Questões Polêmicas e Relevantes sobre Contratação Pública - Soluções Práticas para resolvê-las	25 a 31.05.17	24	0	1	0	1
4	Congresso sobre Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	22 a 25.05.17	26	0	1	0	1
5	3º Seminário Piauiense de Licitações e Contratações Públicas	29 a 31.05.17	24	0	1	0	1
6	I Encontro de Infraestrutura do Sistema PJe	30 e 31.5.17	12	0	1	0	1
7	I Encontro sobre Princípios da Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho Eletrônico e Práticas de Atos Processuais no PJe	01 e 02.06.17	10	1	0	0	1
8	IV Encontro de Oficiais de Justiça Avaliador Federal do TRT da 10ª Região	20 e 21.06.17	11	0	2	0	2
9	Seminário Nacional "Obras e Serviços de Engenharia - do Planejamento e Julgamento da Licitação até a Fiscalização dos Contratos"	22 e 23.06.17	16	0	2	0	2
10	3º Fórum IBGP de Governança de TI	27 e 28.06.17	16	0	1	0	1
11	XIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (CONBRASCOM0	28 a 30.06.17	15	0	1	0	1
12	II Encontro dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Região Nordeste	07 e 08.07.17	16	0	8	0	8
13	O E-Social para Órgãos Públicos	18.07.17	8	0	10	0	10
14	Curso de Formação de analistas de processos - Módulo 1 - Análise e diagnóstico de processos	20 a 22.07.17	24	0	1	0	1

15	Curso de Escultura Dental com Resinas Compostas em Dentes Anteriores e Posteriores	09 a 12.08.17	32	0	1	0	1
16	Curso de Formação de analistas de processos - Módulo 2 - Análise e diagnóstico de processos	17 a 19.08.17	24	0	1	0	1
17	Oracle Database 12c: Administration Workshop ED2New	14 a 18.08.17	40	0	1	0	1
18	Seminário "Reforma Trabalhista: Um Novo Sistema de Relações de Trabalho - Principais Alterações - Avanço ou Retrocesso?"	17 e 18.08.17	16	1	0	0	1
19	XVI Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho	16 a 18.08.17	24	0	1	0	1
20	2ª Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho	27 e 28.06.17	12	0	1	0	1
21	IV Curso Tesouro Gerencial Avançado	25 a 29.09.17	20	0	1	0	1
22	VII Congresso Internacional de Direito do Trabalho	28 e 29.09.17	12	0	1	0	1
23	IX Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental	19 e 20.10.17	15	0	1	0	1
24	XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	17 a 20.10.17	31	0	1	0	1
25	Fórum Nacional de Contratações da Justiça do Trabalho	23 e 24.10.17	12	0	4	0	4
26	Seminário "Internet: desafios jurídicos e técnicos"	06 e 07.11.17	21	1	0	0	1
27	Curso "Rescisão do contrato, aplicação de sanções, responsabilidade dos agentes por ações e omissões e a lei anticorrupção"	09 e 10.11.17	16	0	1	0	1
28	II Congresso Nacional de Direito Previdenciário e do Trabalho	09 a 11.11.17	10	1	0	0	1

29	Seminário sobre Reforma Trabalhista	27 e 28.11.17	13	1	2	0	3
TOTAL			556	5	50	0	55

MODALIDADE À DISTÂNCIA

EVENTO: INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO

PARTICIPANTE: REGINA CELLE PEREIRA GALVÃO

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 10 a 30.01.2017

EVENTO: DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

PARTICIPANTE: REGINA CELLE PEREIRA GALVÃO

CARGA HORÁRIA: 60 h/a

PERÍODO: 12.01 a 01.02.2017

EVENTO: CURSO DE CÁLCULOS TRABALHISTAS

PARTICIPANTE: ROCICLEBER ASSIS DAMASCENO

CARGA HORÁRIA: 10 h/a

PERÍODO: 26.12.2016 a 09.02.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: VICENTE DE PAULA DA SILVA RIOS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 13.01 a 06.02.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: DENILSON ALVES DE SOUSA e LÚCIA DE FÁTIMA RIBEIRO SOUSA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 16.01 a 05.02.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: FRANCISCO CARLOS VALE REIS

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 17.01 a 03.03.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: CÍCERO OLIVEIRA E SILVA OLIVEIRA

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PERÍODO: 25.01 a 25.02.2017

EVENTO: OUVIDORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: REGINA CELLE PEREIRA GALVÃO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PERÍODO: 16.02 a 10.03.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPANTE: GILZA NEPOMUCENO DE ALENCAR

CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 26.01 a 22.02.2017

EVENTO: INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL (CURSO ONLINE)
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 09.02 a 31.03.2017

EVENTO: GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARTICIPANTE: ANTONIO TÁSSIO NOGUEIRA FERNANDES
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 31.01 a 14.03.2017

EVENTO: MODALIDADES, TIPOS E FASES DE LICITAÇÃO
PARTICIPANTE: ALESSANDRA SOARES MARREIROS FERRAZ
CARGA HORÁRIA: 40 h/a
PERÍODO: 04.04 a 24.04.2017

EVENTO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO GERENCIAL - CURSO ONLINE
PARTICIPANTE: JOSÉ FRANCISCO BENIGNO MARTINS
CARGA HORÁRIA: 20 h/a
PERÍODO: 31.03 a 22.05.2017

EVENTO: EXECUÇÃO TRABALHISTA - TURMA IV
PARTICIPANTE: ELOI BONA DE ALENCAR ARARIPE, CYNTHIA LEAL ROCHA e ANTONIO DOS SANTOS NASCIMENTO
CARGA HORÁRIA: 10 h/a
PERÍODO: 05 a 16.06.2017

EVENTO: BIG DATA ANALYTICS COM R E MICROSOFT AZURE MACHINE LEARNING
PARTICIPANTE: JOSÉ WALLACE RIBEIRO DE MACEDO JÚNIOR
CARGA HORÁRIA: 72 h/a
PERÍODO: 10.07 a 05.08.2017

EVENTO: CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARTICIPANTE: RODRIGO PIZZATTO
CARGA HORÁRIA: 30 h/a
PERÍODO: 16.10.2017

EVENTO: EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE VIGILÂNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO
PARTICIPANTE: EVERDAM MARTINS DA SILVA
CARGA HORÁRIA: 30 h/a
PERÍODO: 06 a 24.11.2017

VIAGENS DA DIRETORIA

EVENTO: 52ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: Des. Manoel Edilson Cardoso (Diretor da EJUD22), Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz (Coordenador Pedagógico da EJUD22) e Ronildo Fontenele de Meneses (Secretário-Executivo da EJUD22)

CARGA HORÁRIA: 08 h/a

LOCAL: São Luís (MA)

PERÍODO: 16.03.2017

EVENTO: 53ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: Des. Liana Chaib (Vice-Diretora da EJUD22) e Ronildo Fontenele de Meneses (Secretário-Executivo da EJUD22)

CARGA HORÁRIA: 08 h/a

LOCAL: Brasília (DF)

PERÍODO: 22 e 23.05.2017

EVENTO: 54ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTE: Juiz Carlos Wagner Araújo Nery da Cruz (Coordenador Pedagógico da EJUD22)

CARGA HORÁRIA: 08 h/a

LOCAL: Goiânia (GO)

PERÍODO: 03.07.2017

EVENTO: 55ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: Des. Manoel Edilson Cardoso (Diretor da EJUD22), Juiz Roberto Wanderley Braga (Coordenador de EaD da EJUD22) e Ronildo Fontenele de Meneses (Secretário-Executivo da EJUD22)

CARGA HORÁRIA: 11 h/a

LOCAL: Recife (PE)

PERÍODO: 21 e 22.09.2017

EVENTO: 56ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E REUNIÕES DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO - CONEMATRA

PARTICIPANTES: Des. Manoel Edilson Cardoso (Diretor da EJUD22), Ronildo Fontenele de Meneses (Secretário-Executivo da EJUD22) e Jaqueline de Amorim Osório Santos (Assistente-Chefe da Sessão de Capacitação de Magistrados e Servidores)

CARGA HORÁRIA: 11 h/a

LOCAL: Porto Alegre (RS)

PERÍODO: 23 e 24.11.2017